



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

ANO XV

PORTO VELHO-RO, QUINTA-FEIRA, 01 DE OUTUBRO DE 2026

Nº 184

SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS	4351
SECRETARIA DE FINANÇAS	4353
SECRETARIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES	4357

TAQUIGRAFIA

13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO — CPI DESTINADA A INVESTIGAR E APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES EM TODO O PROCESSO DA CADEIA PRODUTIVA DO LEITE DO ESTADO DE RONDÔNIA.

EM: 14.07.2026

INÍCIO: 09h25min

PRESIDENTE: SRA. CLÁUDIA DE JESUS

RELATOR: SR. EYDER BRASIL

MEMBROS: SR. DELEGADO CAMARGO

SRA. DRA. TAÍSSA

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Bom dia a todos. A gente já vai iniciar aqui. Pessoal, nós vamos iniciar então aqui os nossos trabalhos.

O professor Otacílio também se encontra conosco on-line? Agradecer a presença do professor Otacílio, agradecer a presença de todos vocês que são membros do Conseleite (Conselho Paritário de Produtores e Indústrias de Leite do Estado de Rondônia) e que estão aqui conosco participando desta reunião.

Devido à falta de quórum regimental para a abertura da reunião desta Comissão Parlamentar de Inquérito, será

necessária a abertura de uma audiência de instrução legislativa, nos termos do artigo 47-A do Regimento Interno, para que sejam ouvidos os convocados para esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

(Transforma-se esta Reunião Extraordinária em audiência de instrução às 9 horas e 26 minutos)

Eu vou ler aqui o Requerimento no qual foi constituída esta Comissão Parlamentar de Inquérito, para que vocês possam compreender e para que possamos registrar nos anais da Casa. Está sendo também transmitida esta reunião de instrução:

“REQUERIMENTO 3540/2025 DE AUTORIA COLETIVA. Requer a Constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, destinada a investigar e apurar possíveis irregularidades em todo o processo da cadeia produtiva do leite do Estado de Rondônia e dá outras providências. Os Parlamentares que este subscrevem, requerem à Mesa Diretora, na forma do § 3º, artigo 36 da Constituição do Estado, combinado com os artigos 30, 31, inciso I e 33 do Regimento Interno desta Casa de Leis, seja constituída uma Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, composta de 05 (cinco) membros, pelo prazo de 90 (noventa) dias, prorrogáveis nos termos regimentais, com o objetivo de investigar e apurar possíveis irregularidades praticadas por todos aqueles que fazem parte do processo de produção, comercialização, industrialização, precificação e fiscalização da cadeia produtiva do leite no Estado de Rondônia.

Por força do preceito constitucional do § 3º art. 36 da Constituição Estadual, em perfeita simetria ao § 3º art. 58 da Constituição Federal, aplicado à espécie, elencam-se, desde já, os seguintes fatos determinados, e outros que possam surgir em decorrência da instrução processual e motivadores da instalação do presente procedimento investigatório:

1. A metodologia adotada pelo Conseleite/RO para apuração dos custos de produção, considerando que a produção ocorre em pequenas, médias e grandes propriedades;
2. Eventual conflito de interesses ou manipulação

MESA DIRETORA

Presidente: ALEX REDANO

1º Vice-Presidente: LAERTE GOMES

2º Vice-Presidente: ROSÂNGELA DONADON

1º Secretário: ALAN QUEIROZ

2º Secretário: CÁSSIO GOIS

3º Secretário: EDEVALDO NEVES

4º Secretário: MARCELO CRUZ

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - Carlos Alberto Martins Manvailer
Ger. de Apoio ao Processo Legislativo - Miranilde R. do Nascimento Robles
Divisão de Publicações e Anais - Isabella Lopes de Souza Pinto

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Avenida Farquar 2562 - Olaria
CEP 76.801-189 - Porto Velho-RO

metodológica pelo Conceleite/RO;

3. Dados enviados pelas indústrias e qual o grau de confiabilidade, avaliando-se possível subdeclaração de custos ou sobreposição de despesas que distorçam o valor final;

4. Os valores divulgados pelo Conceleite/RO e a sua correspondência ou não com a realidade da agricultura familiar e da pecuária leiteira regional;

5. Correlação entre a política de incentivos fiscais para o setor lácteo e a crise no setor leiteiro no Estado de Rondônia;

6. A existência de eventual cartelização ou concertação de preços;

7. A adoção de mecanismos de bonificação, premiação, gratificação ou similares sem critérios públicos, objetivos e transparentes;

8. A assimetria informacional existente entre produtores e indústrias, com possível manipulação unilateral de dados utilizados para a formação do preço ao produtor;

9. A imprevisibilidade do preço do leite entregue aos laticínios e o lapso temporal para pagamento extenso a partir da entrega.

Plenário das Deliberações, 16 de dezembro de 2025.”

Esse Requerimento foi aprovado por unanimidade.

Eu estou aqui com o apoio técnico do Doutor Daniel, e ele iniciará aqui os trabalhos e vai falar a dinâmica para os senhores. Todos estão nos ouvindo, não é? Se alguém estiver com dificuldade, é só nos acionar aqui, está bem? Passo agora para o Doutor Daniel.

O SR. DANIEL MATIAS ASSIS – Bom dia a todos. Por autorização e por solicitação da Deputada Cláudia, eu vou aqui explicar a dinâmica dos trabalhos, aqui como assessor da Presidência desta Comissão.

Pois bem, serão feitos alguns questionamentos à Diretoria do Conceleite, que é composta por representação da indústria e dos produtores. E eu vou solicitar que, diante de cada questionamento, cada representante de cada entidade, quando for pedir a palavra, peça a palavra, se identifique, diga de qual instituição é, e a gente abre para explanação, considerando que são várias perguntas, e são perguntas que necessariamente devem ser respondidas por cada parte do Conselho paritário.

Aquele que quiser responder, não precisa necessariamente serem todos, porque aqui têm representantes do Conselho por parte da indústria e dos produtores, é importante se identificar, mas ressaltando que não há necessidade que todos falem.

Sendo assim, vamos fazer a primeira pergunta. Eu vou endereçar a pergunta de forma geral. Aquele que quiser responder, repito, se identifique e formule a resposta.

A primeira pergunta que vai ao Conselho: qual é a metodologia exata do Conselho para calcular os valores de referência, e se a fórmula capta a disparidade regional dos custos dos insumos?

Alguém, tanto da indústria como dos produtores, pode formular a resposta.

O SR. MANOEL CARLOS DANTAS (Por videoconferência)

– Bom dia, deputada. É um prazer estar aqui. Meu nome é Manoel Carlos Dantas, Presidente da Fetagro e Vice-Presidente do Conselho. Nós temos uma instituição que é a Universidade do Paraná, que tem a metodologia. O que nós, enquanto conselheiros, fazemos? Diante dos estudos que são feitos baseados nas informações que são repassadas dos laticínios e do comércio, um levantamento que é feito via oficial, via Sefin, via comércio, é que é feito o cálculo da capacidade comercial. Só para ficar claro, é que o valor que é estabelecido na resolução, não é um valor, preço negociado pelo laticínio e produtor. A negociação entre produtores e laticínios está livre. É apenas um valor de referência, que baseado no volume de produtos, volume de produção, volume comercializado, valor comercializado e os dados a nível nacional também, porque são juntados não só os dados de Rondônia, também tem o mercado nacional e internacional.

Nós temos hoje um problema sério que é com relação à importação de leite do Mercosul, principalmente da Argentina e do Uruguai, isso influencia também nos valores de referência. Mas a metodologia específica, quem tem é a universidade. Eles criaram a metodologia própria e eles aplicam isso em alguns Estados que eles fazem a coordenação do processo. Nós temos Conceleite em Minas Gerais, tem Conceleite em Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, se me lembro falando que se, não sei se em Goiás tem, mas eu sei que esses Estados que eu citei têm, e Rondônia.

Então tem, desses Estados, eu não tenho certeza se eles fazem acompanhamento em todos, mas eles usam a mesma metodologia em todos os Estados que eles acompanham.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Correto. Alguém mais quer complementar, falar sobre esse primeiro questionamento?

O SR. MARCOS PAULO SOUZA DA SILVA (Por videoconferência) – Se ninguém for falar, eu...

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Pode falar, só se identifica.

O SR. MARCOS PAULO SOUZA DA SILVA (Por videoconferência) – Eu sou Marcos Paulo Souza da Silva, aqui da região da *** (**dados anonimizados conforme LGPD**), sou produtor e representante aqui da minha região.

A questão aí da...

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Marcos, deixa só lhe falar, você não compõe o Conceleite não, não é?

O SR. MARCOS PAULO SOUZA DA SILVA (Por videoconferência) – Não, eu não. Eu sou só produtor.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Então, vamos combinar assim: como agora nós estamos ouvindo o

Conseleite, você pode ficar como ouvinte convidado, e nós vamos abrir depois, conforme foi combinado, para você poder falar. Mas, pode ficar com a gente aqui, pode participar. E aquilo que for havendo dúvida, você pode estar colocando aqui, porque agora a prioridade é ouvir a diretoria do Conseleite.

O SR. MARCOS PAULO SOUZA DA SILVA (Por videoconferência) – Tranquilo.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Aí, depois, a gente vai te ouvir, está bom, amigo? Obrigada.

O SR. MARCOS PAULO SOUZA DA SILVA (Por videoconferência) – Beleza. De nada.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Pessoal, mais alguém?

Nós vamos passar para a próxima pergunta.

O SR. MANOEL CARLOS DANTAS (Por videoconferência) – Jaime está inscrito e o Edmar, tá?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Ah, tá. Perdão. Então, vamos lá. Jaime?

O SR. JAIME SABINO SOUZA FILHO (Por videoconferência) – Bom dia a todos. Complementando o que o Senhor Carlinhos falou em relação à metodologia.

Existem vários questionamentos em relação à metodologia por parte das pessoas envolvidas. Eu acompanho a Câmara Técnica. A metodologia é muito dinâmica e é uma metodologia que traz uma segurança em relação àquilo que os professores nos colocam.

Essa metodologia é aplicada em outros Estados. É uma metodologia importante pelo fato de cruzar esses valores da comercialização com os valores dos insumos comprados pelo produtor. Então, tudo isso. Agora, eu acredito que o Edmar também venha a falar. Essa metodologia foi aplicada e tem vários anos que não vem sendo feita uma revisão nela, correto?

Agora, que ela é de confiança, disso temos certeza. Agora o que nós temos que fazer, senhor Carlinhos, é fazer uma ampliação, um novo estudo.

É aquilo que a gente vem preparando para apresentar agora, até meados do ano: um novo método, com números diferentes. Entendeu? Então, isso daí a gente já vem trabalhando. Eu, como membro também do Conseleite, a gente vem trabalhando isso.

Só para reforçar mesmo aquilo que o senhor Carlinhos, no início, falou. Eu acho que o caminho é este aí.

Obrigado.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Certo. Edmar?

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA (Por videoconferência) – Bom dia a todos, tudo bem?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Bom dia, Edmar. Tudo bem?

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA (Por videoconferência) – Bom demais rever os amigos aqui que lutam pela cadeia produtiva do leite no Estado de Rondônia.

Eu acho que a crise foi provocada toda essa situação de CPI, de novas leis, por conta da crise. E eu acredito que a crise é um limão, mas a gente tem que ter a capacidade de fazer uma limonada.

Se fôssemos pensar no mercado atual do leite, talvez a gente não estaria mobilizando uma CPI, não estaríamos mobilizando uma revisão em absolutamente nada, porque, quando as coisas estão boas, nós, como bons brasileiros “desplanejados”, não estamos preocupados em lutar pela causa. Então, a crise sempre cria oportunidades de melhoria.

Quanto à metodologia, Deputada Cláudia, eu tenho dito assim: vamos pensar numa febre. O termômetro serve para saber se você está com febre, qual é o seu grau de febre. E tirar o termômetro não vai fazer você parar de ter febre. Não vai resolver o seu problema de febre.

Então, a metodologia é o termômetro. É o termômetro que mensura a temperatura da indústria e a temperatura do produtor. E esse termômetro só está descalibrado. Ou seja, nós não temos, há muitos anos, desde 2023, uma atualização do preço do custo de produção do produtor. Essa metodologia está desatualizada, o termômetro não vai ser usado conforme a atualização ou a desatualização. E, assim, eu não estive na crise do leite de 2009, mas aqui nós temos amigos nossos que estiveram naquela crise, em 2019, salvo engano. E eles sabem que a instituição do Conseleite foi exatamente para trazer uma ferramenta chamada termômetro, para ajudar a mensurar a temperatura dos dois lados da moeda. É uma mesma moeda que tem duas faces, e não tem valor sem uma das duas faces. A metodologia é para aferir isso.

Então, nós estamos questionando aquilo que é inquestionável. Nós temos que questionar assim: por que essa metodologia, que é eficiente em todos os Estados, aqui em Rondônia está aferindo para menor? Porque nós não estamos atualizando essa metodologia com o custo do produtor rural.

E por que isso não tem acontecido? Porque nós, produtores rurais, trabalhamos de forma voluntária e nem sempre temos todo o tempo disponível para isso. Nós precisaríamos, urgentemente, que os entes do Estado, como a Emater e o próprio Senar, nos ajudassem na atualização mensal dessa planilha de custo. Desse, por ofício, isso: que a Assembleia, que a CPI, após a conclusão, ofertasse uma das possibilidades reais e sugestões práticas de que a Emater fosse o órgão que nos ajudasse a regulamentar isso.

Ela tem funcionários, tem salário, tem recursos suficientes, porque eles estão no campo, têm todo o tempo disponível para fazer isso. É só destinar funcionários para fazer isso, para nos ajudar a atualizar, mensalmente, essa planilha de custo de produção do leite. Ao fazer isso, o termômetro vai dizer assim: “Opa, agora aqui tem que subir a temperatura, porque fulano de tal está com febre.” E nós não estamos fazendo isso

em Rondônia desde 2023. E nós estamos há quatro meses lutando para atualizar esta tabela.

Nós estamos agora com a reunião marcada para esse mês, para ver se a gente consegue atualizar. Coisa que não é fácil, por quê? Porque nós estamos fazendo um trabalho voluntário. Então, assim, eu gostaria de ratificar que nós não temos um problema da metodologia, porque nós estamos olhando para o mercado.

O problema não é a metodologia, o problema é que não se abastece a metodologia. E do lado da indústria, pode culpar a indústria porque eles estão com o preço atualizado? Não, não podemos culpar, porque eles têm funcionários, tem uma carteira de funcionários que podem fazer isso mensalmente, porque já faz parte do negócio deles, da gestão rotineira deles.

Nós somos prejudicados porque estamos fazendo um trabalho hercúleo, porém voluntário. Nós temos essa dificuldade e precisamos da ajuda da Assembleia para mostrar para o governo que precisa disponibilizar funcionário, nomeando servidor público para nos ajudar fazer isso, para que a gente consiga fazer isso de forma mensal.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Correto, Edmar. Nas falas dos senhores, se vocês tiverem encaminhamentos também, pessoal, pode fazer, sugerir encaminhamentos, porque a CPI é justamente para investigar essa crise que está acontecendo em Rondônia. Tem alguns pontos principais, porém, é aquilo que o Edmar disse: é um momento de crise que nós visualizamos muita oportunidade para a gente se reorganizar, para a gente retomar o fortalecimento dessa cadeia produtiva.

Então, as proposições dos senhores são muito valorosas porque são instituições, são técnicos, são produtores que, realmente, têm condições, com propriedade, de dizer. E, Edmar, acho que uma coisa também que seria importante você nos dizer, também como produtor, você acredita hoje que essa metodologia seja segura também para os produtores de leite, como também tem sido segura para os laticínios, as indústrias?

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA (Por videoconferência) – Sim, com certeza, Deputada Cláudia. O que acontece, Deputada Cláudia, seria até importante se vocês conseguissem fazer isso por nós. Aciona, por exemplo, o Conseleite do Mato Grosso. Do Mato Grosso, aqui, do nosso vizinho. Aciona e veja como eles estão fazendo para atualizar a planilha. Eles têm um órgão do Estado disponibilizado para fazer isso para os produtores.

Só para vocês terem noção, quem apresenta a planilha de custo dos produtores não é nem a faculdade, é esse órgão estadual. Por quê? Porque eles têm autoridade para isso e autonomia para isso, mas lá o Estado disponibiliza. Eu tive o privilégio de participar de uma reunião com o Conseleite do Mato Grosso, e é exatamente assim. É um órgão do Estado, o INDEA (Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso) de lá, que faz isso, que tem a metodologia, ela é aberta, só

precisa ser alimentada.

O problema é que nós não damos conta de alimentar, porque nós não temos mão de obra disponibilizada para isso. A gente já faz muito mais do que a gente consegue, abre mão dos nossos negócios, de nosso dia a dia, mas não tem como a gente fazer tudo. O Estado é pago para isso, o Estado arrecada para isso. Então, podia fazer como o Estado do Mato Grosso faz lá.

Então o problema é a indústria? Não. O problema é a metodologia? Não. O problema é a nossa mão de obra que não é suficiente para poder atualizar essa tabela do nosso custo de produção mensal e a gente fica no prejuízo, nesse sentido.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Correto, Edmar. A gente já está colocando aqui como um encaminhamento, e acredito que a gente pode, inclusive, aqui com a equipe do Conseleite, organizar uma visita técnica e ir lá visitar. Eu acho que o momento exige algumas tomadas de decisão.

Ninguém está aqui brincando de trabalhar. E gostaria de dizer o quanto a gente tem agido com responsabilidade e contando muito com a ajuda dos senhores, porque eu não sou técnica nessa área, mas eu tenho um comprometimento muito grande e um respeito muito grande pelos produtores de leite, pelas empresas, por todos que estão envolvidos na cadeia produtiva.

Então, eu sei que no espaço que nós estamos, a gente consegue aqui, através do Parlamento, ajudar os senhores. Então, eu acredito que essa visita técnica nos dá essa condição de ver lá se a realidade deles lá está positiva, tem dado certo. Eu acho que não custa a gente ir lá e acompanhar isso, porque isso daqui não pode ser somente uma CPI que aconteceu e que daqui a pouco termina e fica por isso. Acho que tem que dar continuidade e nós precisamos estar em sintonia para que a gente retome mesmo essa cadeia produtiva que é tão valorosa.

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA (Por videoconferência) Deputada Cláudia, só mais um detalhe, por favor, me desculpa. Mas, por exemplo, só para poder fortalecer a sua tomada de decisão. Na reunião que eu participei, na hora de colocar o custo de produção nosso, do leite, inclusive tinha baixado em 0,7%, 0,8%, o custo de produção. Inclusive, um dos professores lá da faculdade perguntou: "Mas por que baixou o custo?" Aí o INDEA de lá mostrou: "Olha, porque o custo do preço do milho caiu agora em plena safra. Então, agora nós tivemos um reajuste a menor por conta disso."

Ao fazer isso, Deputada Cláudia, a gente tira esse partidário de produtor contra indústria. A gente vai fazer com que o Conseleite seja a parte que nos junta, não a que nos divide, que nos deixa mais unidos, mostrando a dor de um lado e a dor do outro. Hoje a nossa dor não é apresentada por falta dessa atualização de preço do nosso custo de produção.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Correto.

Dando continuidade. Tem o Leandro, está escrito.

O SR. TEÓFILO SANTANA DA SILVA (Por videoconferência) – Deputada, o Teófilo.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – O Teófilo está inscrito também?

O SR. TEÓFILO SANTANA DA SILVA (Por videoconferência) – Sim.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Só um pouquinho, Teófilo. O Leandro está inscrito primeiro aqui.

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA (Por videoconferência) – O Rodrigo também se inscreveu. O Rodrigo Bertelli.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Ah, perdão.

O SR. LEANDRO AVELINO MARTINS (Por videoconferência) – Bom dia a todos. Bom dia, Deputada Cláudia. Bom, dia Daniel. Bom dia, Presidente.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Bom dia.

OSR. LEANDRO AVELINO MARTINS (Por videoconferência) – Eu gostaria só de fazer uma contribuição, quando o Edmar falava sobre a metodologia em si. Eu acredito que é um ponto, que é um dos pontos, é o custo de produção dos produtores, isso é inegável que tem que ser feito periodicamente. Não digo talvez mensalmente, mas periodicamente tem que ser feito isso. Isso precisa acontecer.

E, eu acredito também que não é somente custo de produção dos produtores. Nós precisamos ter um entendimento desta metodologia, se esta metodologia está sendo aplicada aqui no Estado de Rondônia, de fato, para o Estado de Rondônia. Por quê? Se usarmos uma metodologia aplicada lá no Estado do Paraná, a produção do Estado do Paraná, ela é diferente do Estado de Rondônia. Então, eu acredito que tudo isso precisa ser avaliado e aprimorado.

Um outro ponto que precisa ser levado em consideração, é que, se há uma metodologia própria de uma empresa, de quem quer que seja, o acesso a isso é somente a câmara técnica do Conceleite. Correto? Porém, eu não vejo isso somente com bons olhos. Por quê? Porque usa recursos públicos para a contratação de uma empresa dessa, e isso é disponibilizado apenas para uns poucos. Até que ponto isso é nocivo para o nosso Estado?

Então eu acredito que tudo isso é aprimorar para o bem do Estado. Não é para o bem das empresas e para o bem dos produtores também; é para que haja uma junção, porque é a união dessa forma que vai fazer com que o Estado produza, e as empresas tenham capacidade de se manter dentro do Estado de Rondônia. Um não sobrevive sem o outro, isso é um fato. Então essa união de forças.

Então nós precisamos entender isso para aprimorar em favor do Estado de Rondônia; não é de empresa, nem de produtor, mas do Estado de Rondônia, para que o Estado de Rondônia cresça. Eu acho que tem que levar em consideração essa observação, com relação à questão da metodologia para o Estado de Rondônia. Obrigado, mais uma vez.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigado, Leandro.

Agora eu tenho o Teófilo e o Rodrigo inscritos. Aí, nós vamos ouvir eles dois e já passar para a próxima pergunta. Está bom, pessoal? Teófilo.

O SR. MANOEL CARLOS DANTAS (Por videoconferência) - Hélio Dias está inscrito, Deputada Cláudia.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Ah sim, Hélio, perdão. Desculpa, eu não vi.

Então, a gente vai ouvir agora o Teófilo, o Rodrigo e o Hélio; aí depois nós vamos para a próxima pergunta.

Vou pedir para vocês, quem quiser fazer os questionamentos, levante a mãozinha na próxima, está bom? Por agora a gente já encerrou a inscrições desse questionamento.

O SR. TEÓFILO SANTANA DA SILVA (Por videoconferência) – Bom dia, deputada. Bom dia aos demais membros da Comissão.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Bom dia, Teófilo.

O SR. TEÓFILO SANTANA DA SILVA (Por videoconferência) – Bom dia, pessoal, nossos amigos Conceleite.

Primeiro, assim, como produtor e também como membro representante da Fetagro, deputada, esse Conselho é muito importante. É um Conselho extremamente democrático, tem reunião, acontece todos os meses, e a participação dele é muito boa. O trabalho da universidade, muito importante.

Agora, eu acho, deputada, eu acho não, eu tenho certeza que o Estado precisa ajudar mais o produtor de leite. Tem que ter um Fundo, tem que criar um Fundo para ajudar o produtor de leite, para baixar o custo de produção. Então, é esse o meu recado. O Estado tem que participar mais, porque senão o custo de produção acaba ficando muito maior. Quando não tem a participação do Estado, aí piora.

E, eu acho que tem que estruturar os órgãos de Estado para ajudar a baixar esse custo de produção, porque o mercado é isso mesmo: uma hora está em cima, outra hora está em baixo. E quando o Estado não ajuda, fica muito difícil.

Essas são minhas palavras. Muito obrigado.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigado, Teófilo. Agora, Rodrigo.

O SR. RODRIGO FIGUEIREDO BERTELLI (Por videoconferência) – Bom dia a todos.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Bom dia.

O SR. RODRIGO FIGUEIREDO BERTELLI (Por videoconferência) – Só levantar alguns pontos que o Edmar falou.

O custo de produção é feito pela Câmara Técnica, é tanto o custo de produção do produtor, quanto o custo de produção da indústria. Ao mesmo período que está sem aprimoramento dos custos de produção do produtor, também está sendo a conta da indústria. A indústria não tem custo de produção mensal que é passado para o Conceleite. Isso é tudo feito pela Câmara Técnica, de tempos em tempos.

Então, se está errado o do produtor, também está errado o da indústria. Não existe: "Ah, a indústria tem mão de obra disponível para fazer isso todo mês." Não. O Conceleite faz de acordo com o que o Conceleite determina.

Então, a Câmara Técnica se reúne, calcula o custo de produção do produtor e da indústria, de tempos em tempos. Não tem um diferente do outro. Por isso que é paritário o programa, de um lado e do outro.

E, outro ponto que o Edmar falou: "Ah, a Emater podia fazer isso." Eu tenho minhas sérias dúvidas sobre a capacidade da Emater fazer isso e ajuda. Porque a Emater faz um levantamento de um preço de vendas do leite de abril deste ano, de R\$ 1,64 por produtor. Não tem isso. O Conceleite levantou R\$ 2,21. É 25% de diferença. Como é que você pode confiar num negócio que alguém dá uma informação que é 25% diferente do que o mercado está mostrando, do que os produtores estão recebendo?

Então tem que tomar cuidado com isso. É só isso, minhas palavras.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, Rodrigo. Agora, Hélio Dias.

O SR. HÉLIO DIAS DE SOUZA (Por videoconferência) – Bom dia a todos os participantes desta Comissão.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Bom dia.

O SR. HÉLIO DIAS DE SOUZA (Por videoconferência) – Bom dia, deputada. Em seu nome cumprimentar a todos os participantes das entidades que estão presentes.

Eu, no meu modo, eu estou há 40 anos aqui em Rondônia, a exemplo de muitos de vocês. E nós temos um problema crônico na nossa pecuária de leite, que é a nossa base genética do Estado de baixa produtividade por vaca. Esse é o maior problema gerador de conflitos e da dificuldade da pequena produção.

Então, a pequena produção em Rondônia é uma verdade, e nós temos 50% dos produtores de leite que está enquadrado na baixa produção diária de leite. Então é diferente do nosso sistema de produção aqui do Paraná,

Rio Grande do Sul. A base genética lá tem outra, outra composição. Apesar que em Rondônia está melhorando muito a sua base genética nos últimos anos, Girolando e outras entidades que têm contribuído aí para melhorar, e outras políticas que têm contribuído.

Dizer, pessoal, que a metodologia que eu vejo de levantar os custos e preço da capacidade de pagamento das indústrias todos os meses, a metodologia está correta. O que a gente tem que fazer é um acompanhamento de aferir melhor esse formato do custo de produção mensal, tanto dos produtores como da indústria, porque oscila para cima ou para baixo.

E o que falta é nós termos dentro do Conceleite uma comissão. A gente sabe da dificuldade, que já tentamos no passado. Agora o Edmar entrou agora, ultimamente, ele sentiu na pele o quanto que é difícil. E a gente era muito criticado — não é, Carlinhos? Você que acompanha há tempo — quanto à questão da necessidade de ter esse custo de produção aferido mensalmente ou a cada três meses.

Agora, é fácil fazer isso? Não é fácil, porque existe a oscilação desse custo de produção em cima dos insumos, da matéria-prima que compõe todo esse fornecimento para a cadeia. Então, eu acredito que a saída seria nós termos uma Câmara Técnica, uma Câmara Técnica em que nós pudéssemos ter um representante da Faperon, como tem, um da Fetagro, também dos laticínios; e ter também três membros técnicos que pudessem trabalhar com informações técnicas e pudessem ter o conhecimento de formação, de preferência na área de zootecnia ou veterinária, um da Emater, um da Idaron e um da Conab, para poder acompanhar esses preços.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Hélio, só me, só me permita. Só me permita uma dúvida. Hoje, essas entidades citadas não compõem essa Câmara Técnica, no caso?

O SR. HÉLIO DIAS DE SOUZA (Por videoconferência) – Compõem, mas igual o Edmar disse, nós somos voluntários. E, normalmente, eu, por exemplo, se tivesse uma Câmara Técnica que fosse tanto representando os produtores como técnico, eu colocaria um técnico do Senar, um veterinário ou coisa para poder estar à disposição, mas teria que ter previsão legal dentro do estatuto do Conceleite.

Essa Câmara deveria trazer participação não só dos membros das federações e dos laticínios, mas pudesse ter também uma equipe técnica junto, fazendo parte, para acompanhar mensalmente essa oscilação da matéria-prima, que os custos de produção, ela é tirada tanto da indústria como dos produtores em cima da matéria-prima. Tem época que o preço está lá em cima, do milho ou de qualquer outro subproduto.

Então, acho que é necessário a gente rever isso aí nesse formato, conforme o Edmar disse e outros parceiros, para que a gente possa ser mais assertivo.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Isso daria,

isso daria segurança aos produtores, no caso, assim, se a gente tiver...

O SR. HÉLIO DIAS DE SOUZA (Por videoconferência) – Exatamente.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Eu não sei, Hélio, só me permite, porque eu acho que como a gente está em um processo também de construção aqui, acho que da mesma forma que o Estado hoje, ele tem disponibilizado aí, tem esse contrato com a própria universidade, eu não sei se é possível a gente talvez implementar isso para dar segurança, porque é muito sério tudo isso.

Eu acho que se a gente tem condições de talvez fazer alguns investimentos no sentido de ter, às vezes, ali um profissional, ou até mesmo se as entidades têm essa capacidade também financeira de disponibilizar. Eu acho que, se você achar que seja também interessante, a gente pode ver a legalidade. Se isso de fato dá segurança, eu acho que é preciso ser pensado. Pode continuar.

O SR. HÉLIO DIAS DE SOUZA (Por videoconferência) – É, na verdade nós temos aí esse recurso do Fundo Proleite, que quem paga somos nós, produtor e os laticínios. Esse dinheiro deveria ser revertido para o fortalecimento da cadeia e não para manutenção como Fonte 100 da Emater. Então, na verdade o dinheiro está mal destinado pelo governador, por quem faz essa política pública do Estado, próprio pelos deputados. Então esse formato está errado. Na verdade, esse recurso deveria ser redirecionado 100% para o fortalecimento da cadeia e não como está hoje. E assim vai.

Nós temos outros erros de percurso de administração que vêm prejudicando a cadeia. Então, é muito recurso mal aplicado ou redirecionado para outros locais. Então, pessoal, quanto a esse entendimento, é isso que eu gostaria de dizer nessa minha fala inicial. E dizer que essa cadeia não é fácil; ela compõe a cesta básica do Brasil.

E a importação tem sido o maior entrave do setor, a importação de lácteos passando de 100 milhões de dólares só em queijos e leite em pó, fazendo com que a concorrência desleal subsidiada de outros países, como os quais na América do Sul são Argentina, Uruguai e Paraguai, que têm despejado produtos lácteos no Brasil e em Rondônia, causando todo esse desequilíbrio na cadeia.

É isso, Deputada Cláudia de Jesus. Obrigado.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Obrigada, Hélio, pela sua contribuição. Nós vamos agora para o segundo questionamento. Doutor Daniel.

O SR. DANIEL MATIAS ASSIS – Eu vou pedir para que na resposta ao questionamento, se atenha exatamente à pergunta. Podem ser feitas considerações, obviamente, mas para a gente também conseguir seguir a dinâmica. Segunda pergunta, então. E quem quiser responder, a

gente sugere que levante a mão e a gente consegue acompanhar aqui quem levantar a mão lá no chat. Caso contrário, a gente não consegue saber quem pediu a palavra. Se levantar a mão, fica por ordem, então basta fazer isso.

A pergunta é a seguinte: na verdade, fazer uma afirmação e em seguida eu faço uma pergunta. A metodologia do cálculo do Conseleite faz um alerta para outros parâmetros considerados pelo mercado no estabelecimento do valor final do leite a ser pago ao produtor. E entre esses parâmetros está a fidelização do produtor ao laticínio.

E a pergunta ao Conseleite: isso não levaria a uma divisão do mercado? Não criaria monopólios regionais na compra da matéria-prima?

Quem for responder, quem for fazer a contribuição, pode levantar a mão e responder especificamente à pergunta. Levantar a mão vai aparecer para a gente aqui.

O SR. MARCOS PAULO SOUZA DA SILVA (Por videoconferência) – Doutor, poderia fazer novamente a pergunta, repetir a pergunta, fazendo favor?

O SR. DANIEL MATIAS ASSIS – Vou repetir. Vou fazer uma afirmação. A metodologia de cálculo do Conseleite faz um alerta para outros parâmetros considerados pelo mercado no estabelecimento do valor final do leite a ser pago ao produtor. E entre esses parâmetros está a fidelização do produtor ao laticínio.

As perguntas são: isso não levaria a uma divisão do mercado? Não criaria monopólios regionais na compra da matéria-prima? O que isso quer dizer? Por exemplo, esse parâmetro da fidelização ao produtor, como um dos critérios para formular o preço de referência, o valor de referência. Se isso não levaria a uma divisão de mercado, por exemplo, essa questão da fidelização. E se isso também não criaria monopólios regionais na compra da matéria-prima.

E só ressaltar que as perguntas aqui são feitas aos conselheiros, aqueles que compõem o Conseleite, e ao final a deputada oportunizará que os produtores que eventualmente estejam aqui presentes façam suas considerações.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – O Hélio levantou a mãozinha. Pode falar, Hélio.

O SR. DANIEL MATIAS ASSIS – O Hélio já estava com a mão levantada.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Ele levantou novamente.

O SR. HÉLIO DIAS DE SOUZA (Por videoconferência) – Não, levantei não. Vou apagar. Desculpa.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Levantou não? Ah, então está. Então é o Rodrigo que levantou a mãozinha. Quem quiser contribuir pode levantar a

mãozinha.

O Rodrigo já levantou. Enquanto o Rodrigo fala, os demais que queiram podem levantar também. Rodrigo, a palavra está contigo.

O SR. RODRIGO FIGUEIREDO BERTELLI (Por videoconferência) – Daniel, não existe, no entendimento do Conseleite, na formação dos preços a fidelização. A fidelização é política das empresas para pagar mais ou menos de acordo com o que já foi falado outras vezes. A política de preços das empresas.

A empresa passa para o Conseleite o preço final pago. A fidelização não é um item separado do Conseleite. A fidelização é um componente do preço que a indústria paga. A indústria passa para o Conseleite o preço total pago.

Então não existe um item: fidelização para formação do preço do Conseleite. Só isso.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Correto. Edmar, está inscrito. Pode falar, Edmar.

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA (Por videoconferência) – Eu acho que a pergunta, Deputada Cláudia, a formulação da pergunta ficou um pouco, pelo menos para mim, um pouco confusa. A pergunta quis dizer se o preço do Conseleite remete imediatamente à fidelização ao laticínio A, B ou C?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Ele vai explicar novamente aqui, só um pouquinho.

O SR. DANIEL MATIAS ASSIS – Senhor Edmar, a afirmação que eu fiz foi a seguinte: a metodologia de cálculo do Conseleite faz um alerta para outros parâmetros considerados pelo mercado no estabelecimento do valor final do leite a ser pago ao produtor. E entre esses parâmetros que compõem a metodologia está a fidelização ao produtor.

O senhor Rodrigo falou que isso não compõe a política da formação do valor de referência. Aí entra a pergunta: isso não levaria a uma divisão do mercado? No caso, a fidelização compor um desses parâmetros da formação do preço? E também não criaria monopólios regionais na compra da matéria-prima? Essa é a pergunta. Se não geraria um monopólio ou uma divisão de mercado, essa questão da fidelização.

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA (Por videoconferência) – A meu ver, o Rodrigo está correto, porque realmente na composição do Conseleite não tem esse item como base de cálculo. Não tem isso aí. Isso realmente é negociação do laticínio com o produtor, como ele falou, paga mais, paga menos. E acho que é por aí mesmo. Eu imagino, se eu entendi bem a pergunta.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Correto. O próximo inscrito é a Federação Fetagro. Acho que é o Carlinhos.

O SR. MANOEL CARLOS DANTAS (Por videoconferência)

– Ok, perfeitamente. Carlinhos, Manoel Carlos Dantas. Eu quero concordar aqui com o Edmar. A pergunta tem uma dupla interpretação da nossa parte, inclusive da minha parte, mas, de fato, não caracteriza a essa questão nesse sentido.

O valor de referência estabelecido no Conselho utiliza informações recolhidas, e como ele não é um valor, de fato, da comercialização, porque a livre comercialização existe... Os produtores têm perdido essa capacidade de negociação direta com os laticínios. A forma de negociação os laticínios fazem conforme a política que eles têm para poder fazer isso.

Isso já foi objeto de outras discussões que nós tivemos no passado, muitas vezes. Tivemos dificuldade de negociação em outros momentos. A partir daí, que trouxe o Conseleite para ter um parâmetro de valor de referência. Mas, só serve como um parâmetro, não é?

Apesar de que nos termos uma legislação que diz que o laticínio tem que informar o valor do leite a ser pago no próximo pagamento. Na nota fiscal que ele emite no mês anterior. Porém, esse preço não está sendo levado em conta.

E, muitas vezes, o laticínio apresenta um valor a ser pago que não condiz com o valor que é pago posteriormente. E nós, enquanto produtores, e eu digo nós, Hélio, enquanto instituições de representação, também não temos cobrado a efetividade da aplicação da legislação, para que o laticínio, de fato, coloque o preço real que vai pagar.

Essa é uma diferença que nós temos. Então, falta também, da nossa parte, um pouco de organização nesse sentido.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Só registrando aqui, o Deputado Eyder Brasil está aqui conosco também, agora participando desta reunião.

Deputado, quer dar um bom-dia? Nós estamos aqui com a composição do Conseleite participando com a gente. A reunião está bem produtiva. O senhor quer dar um bom-dia?

O SR. EYDER BRASIL (Relator) – Bom dia a todos os membros do Conseleite.

Primeiro, agradecer a Deus a oportunidade e a cada um de vocês por terem aceitado esse convite para participar desses momentos finais da nossa Comissão Parlamentar de Inquérito acerca do leite, muito bem presidida pela minha amiga, a Deputada Cláudia de Jesus.

Tenho certeza de que essa união de esforços, tanto do Poder Legislativo, como a nossa Presidente está falando acerca das legislações, quanto também dos técnicos do Conseleite, que vivem essa experiência, esse dia a dia na pele, tenho certeza, eu creio, de que nós sairemos daqui com bons frutos, bons encaminhamentos no relatório final da nossa CPI.

Obrigado, gente.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Obrigada, Deputado Eyder.

O Carlinhos concluiu.

Então, só volta lá para mim, por favor, só para eu ver quem está inscrito lá, fazendo o favor. O Leandro, agora, inscrito.

O SR. LEANDRO AVELINO MARTINS (Por videoconferência) – Em relação à questão desse item que o Daniel mencionou, é porque, dentro da metodologia do Conceleite, o que ele mencionou, existem vários pontos que vão fazer com que aconteça a metodologia.

Vou dar um exemplo: ele falou fidelidade, qualidade do leite, produtividade. Tudo isso são pontos que são debatidos e discutidos dentro da metodologia.

Nesse caso, a questão da fidelidade do produtor com a empresa A, B ou C, qualquer que seja a empresa, isso não vai, induzir, fazer com que haja um monopólio regionalizado ali. Isso não vai influenciar.

Essa é a minha humilde opinião e minha visão.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Correto. Obrigada, Leandro.

Agora, Valdivino Rodrigues está inscrito. Pode falar, Valdivino.

O SR. VALDIVINO RODRIGUES LAIA (Por videoconferência) – Bom dia, Deputada. Bom dia para os conselheiros. Está me ouvindo perfeitamente?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Estamos ouvindo. Pode falar.

O SR. VALDIVINO RODRIGUES LAIA (Por videoconferência) – É que eu estou no meio do pasto aqui, Deputada, e não estou tendo a oportunidade de estar em uma sala igual os colegas. Mas eu vou tentar aqui dar uma contribuição.

Sobre esse item, eu acredito que o produtor já tem fidelidade com as indústrias, Deputada, porque a forma que as indústrias trabalham com o pagamento do produtor já torna o produtor fiel à indústria. Hoje nós estamos chegando na metade do mês, e o produtor ainda vai receber um pagamento referente ao mês passado, no dia 25.

Então, é uma forma de fidelizar o produtor. Mesmo que ele queira sair de uma indústria, ele já fica preso 30 dias naquela indústria. É uma forma de fidelizar o produtor, e ele não tem a capacidade de estar se movimentando muito.

Eu estou tentando responder ao que o Doutor perguntou da minha forma mais útil possível. Eu não sei se vou conseguir.

Veja só, Deputada, e os membros que estão aí hoje. Se um pequeno produtor hoje agenda 12 cabeças de gado no frigorífico e mata essas 12 cabeças de gado, em três dias ele recebe a sua nota fiscal com o valor que vai receber, seja à vista ou para 30 dias. Mas ele já sabe o preço que vai receber.

Nós, produtores de leite, não temos essa mesma oportunidade. Por que eu estou dizendo isso? Se as

indústrias não tivessem esse modelo de fidelizar o produtor de leite segurando o pagamento dele esse tanto de dias, o produtor ficaria mais livre para fazer as mudanças que achasse necessárias para uma indústria ou para outra, ou parar 30 dias ou 60 dias de produzir. Agora, o produtor, mesmo que ele queira, não tem essa capacidade. Então, o produtor hoje é fidelizado às indústrias, de um jeito mais democrático, que ele não consegue se desvencilhar.

E esse item que o produtor colocou ali pode até existir lá, mas ele não é usado para colocar no valor do produtor. Porque tem produtor que tem 5 anos, 6 anos, 8 anos que está na indústria e ele recebe os preços normais do Conceleite, não tem diferença nenhuma.

Essa é a fala que eu tenho, espero que tenha contribuído o aqui. Espero que a minha internet esteja sendo ok, porque a pastagem está aqui, para vocês verem onde que eu estou, não estou em um lugar muito bom para falar. É isso, deputada.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada pela contribuição, Valdivino. A gente te ouviu muito bem.

O Deputado Delegado Camargo também entrou de forma remota aqui com a gente, on-line.

O SR. DELEGADO CAMARGO (Por videoconferência) - Obrigado, Presidente. Por favor registrar a minha presença. Me perdoe pelo atraso, estava em uma agenda externa, mas estou à disposição de Vossa Excelência.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS(Presidente) - Obrigada, deputado. Seja bem-vindo.

Nós estamos ouvindo a diretoria do Conceleite. Nós não temos mais nenhum inscrito para esse questionamento, vamos passar já para o próximo questionamento. Pode prosseguir, Daniel.

Eu só quero aqui transformar a nossa reunião aqui em 13ª Reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito. Nós estamos com um quórum agora regimental aqui de parlamentares. Então, a transformo em Reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar.

(Às 10 horas e 15 minutos, transforma-se a audiência de instrução em Reunião Extraordinária da CPI)

Dando continuidade, Doutor Daniel pode já ler o próximo questionamento.

O SR. DANIEL MATIAS ASSIS – Sobre esse ponto da questão da política.

O SR. EYDER BRASIL (Relator) – Presidente, como a senhora abriu, eu já quero pedir, antes do Daniel continuar, a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, e a gente dar prosseguimento nos trabalhos.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS(Presidente) - Obrigada, Deputado Eyder. Dispensada a leitura da Ata da reunião

anterior para que a gente possa ganhar tempo aqui nos questionamentos. Acatado, deputado.

O SR. DANIEL MATIAS ASSIS – Obrigado, deputado. Sobre o ponto anterior da questão da fidelização, só pontuar. De fato, a questão da fidelização não compõe o valor de referência, mas a própria Resolução do Conseleite alerta para o fato de que a fidelização pode implicar em maior ou menor preço, conforme consta da Resolução, ao lado de outras questões, como, por exemplo, a distância da propriedade e tudo mais.

Existe uma observação, ao final da Resolução, que diz exatamente isso: “O Conseleite Rondônia alerta que outros parâmetros são considerados pelo mercado para estabelecer o valor final do leite a ser pago ao produtor, tais como: 1. Fidelidade do produtor ao laticínio (...)”, entre outras questões. Então, por uma questão de mercado. Mas, pelo que deu a entender, o Conselho, paritariamente, entende que essa é uma questão de mercado e não uma questão de política do Conseleite. Mas, então, partindo para o próximo questionamento. A pergunta também é bem objetiva. E eu vou só ressaltar, acho que entraram mais algumas pessoas aqui, que as perguntas são endereçadas aos membros da Diretoria do Conselho e que, ao final, a Deputada Cláudia e o Deputado Eyder abrirão para que produtores façam as considerações.

Então, vamos à pergunta. Sendo a fórmula dependente de dados fornecidos pelas indústrias, rendimentos e preços de derivados, o Conseleite realiza auditorias externas e dependentes, para evitar o risco de subfaturamento artificial dos dados enviados pelos laticínios? Ou seja, se é feita uma auditoria externa independente para avaliar se há ou não subfaturamento desses dados enviados pelos laticínios.

A pergunta vai ao Conseleite, então é importante que tanto a representação de produtores responda como a representação das indústrias.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - O Leandro está inscrito. Pode falar, Leandro.

O SR. LEANDRO AVELINO MARTINS (Por videoconferência) – A pergunta é importante. Vejo que nós não temos essa auditoria externa. Lembrando que em vários momentos das nossas reuniões, levantamos questionamentos em que poderíamos trazer a Sefin para compor o Conseleite. Por quê? Somente a Sefin vai poder fazer essa compilação de dados para dizer, para a gente saber se os dados que estão sendo enviados para a faculdade, para os professores da faculdade, se estão fidedignos àquilo que é, de fato, a realidade do Estado. Por que eu falo isso? Porque em outros momentos tivemos a fala dos professores em que empresas, que não foram citadas também, não levaram as informações fidedignas àquilo que eles precisam.

Então, o que precisamos? Trazer mais entidades para compor, especialmente a Sefin, para poder compilar esses dados para dizer para nós que, de fato, esses dados

estão sendo fidedignos àquilo que está acontecendo no Estado por parte das empresas. Eu acho que é um ponto que tem que ser levado em consideração. Obrigado.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Muito boa a sua colocação, Leandro. Eu já peço aqui que a gente transforme isso em um encaminhamento. E só, também, na fala dos demais, se há também essa concordância, eu acho bem justo, porque a Sefin é quem, de fato, tem a condição de fazer essa aferição da veracidade das notas. Agora, nós temos inscrito o Rodrigo, e, depois, o Edmar; Depois a Fetagro. Rodrigo, a fala está contigo.

O SR. RODRIGO FIGUEIREDO BERTELLI (Por videoconferência) – Só uma correção, que o Daniel falou. As indústrias só passam os preços dos produtos vendidos e os preços pagos aos produtores. Rendimento industrial é só da Câmara Técnica, que é renovado a cada período. Não é um negócio que passa mensalmente, isso não. São só os preços pagos aos produtores e os preços de venda dos produtos.

E quanto ao que o Leandro falou, é isso. Quem tem... Não adianta contratar alguém externo para tentar confirmar de cada indústria o que é. A Sefin tem tudo isso na mão. Se ela quiser, ela vê isso na hora. Não precisa ir atrás de ninguém mais que isso. Não sei se ela tem que fazer parte do Conseleite, mas ela pode chegar na reunião e mostrar: “Ó, isso aqui que foi recebido”. “Isso aqui que a Sefin olhou e falou foi vendido a esse preço. Está certo?” Está certo. Então...

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Rodrigo, na opinião do senhor, como proprietário de laticínios, o senhor também concorda que a Sefin também acompanhe essa aferição para dar mais transparência no processo?

O SR. RODRIGO FIGUEIREDO BERTELLI (Por videoconferência) – Eu acho que a Sefin tem que acompanhar muito mais que isso. Foi o que eu disse na minha fala, na semana passada. Existe uma lei estadual que obriga as indústrias a participarem do Conseleite para terem direito ao uso do benefício fiscal. Não tem ninguém fiscalizando isso. Não tem ninguém. Os professores falam que tem tantas indústrias participando, Rondônia tem muito mais. Então, tem indústria recebendo benefício fiscal que não está participando. Quem tem, quem consegue ver isso é a Sefin, também.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Está certo. É também o questionamento do senhor, para a gente poder também averiguar essa situação junto à Sefin. Obrigada, Rodrigo.

Agora temos o Edmar inscrito.

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA (Por videoconferência) – Quanto a esse tema, eu acho que é uma segurança para as duas partes.

Nós temos uma auditoria independente —, se nós

podéssemos assim dizer “auditoria”, mas é importante que as duas partes sejam referendadas —, em que as informações prestadas estão em uma produção de custo do produtor.

Quanto à produção, o custo de indústria e venda de lácteos, etc., etc., tem alguém que seja a medida aferidora das duas partes. Porque, como é um Conselho bipartite, a segurança tem que preservar as duas partes. Eu tenho insistido, Deputada Cláudia, e às vezes, a duras penas, que nós somos parte da mesma moeda, indústria e produtor. São duas faces de uma moeda só. Não existe produtor “bem”, com indústria quebrada; não existe indústria “bem,” com produtor quebrado.

Então, nós temos que preservar a cadeia produtiva do leite. Quando a gente pensa em auditoria, eu não estou pensando na indústria, eu estou pensando no conjunto. Nós temos que auditar as nossas prestações de contas de custo; nós temos que auditar as prestações de custo da indústria, para que ninguém, para que não paire dúvida sobre o caráter, sobre a idoneidade de ninguém. Se tem uma coisa que dissipa trevas, é a luz. Quanto mais luz, menos sujeira, menos trevas, menos possibilidade para a gente ficar com minhoca na cabeça, pensando que alguém está querendo lesar alguém. Ou seja, se isso ocorre, é bom para as partes; inclusive, na relação comercial das partes. Olha, não tem ninguém querendo lesar ninguém. Nem eu estou querendo majorar meu preço de produção nem vocês estão querendo minimizar a capacidade de pagamento. Nós somos parte da mesma moeda. Vamos preservar.

Eu acho que esse é um encaminhamento importante, que preserva a relação comercial entre as duas partes.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto, Edmar. Concordo com você. A gente tem que pensar a cadeia produtiva como um todo, a importância de todos nesse processo. Então, não tem como o produtor estar bem se a indústria não está; se a indústria está bem e o produtor não está; o consumidor também. Então, acho que a gente tem que ter essa capacidade de pensar, até porque existe, além da questão econômica, a questão social.

Isso nos preocupa muito mesmo. Isso é algo que a gente não consegue mensurar valor quando a gente começa a ver o êxodo rural, a desistência da atividade. E aí a gente sabe, se isso tudo começa a cair, a gente sabe que daqui a pouco as empresas também vão ter problemas; começam também a ter problemas de fechar.

Então, eu penso que o momento é de construção mesmo. E é importante a sua fala.

Agora, Carlinhos, da Fetagro.

O SR. MANOEL CARLOS DANTAS (Por videoconferência) – Só para referendar que nós já tivemos, em outros momentos, acho que a dois anos atrás, enquanto Fetagro, enquanto Sindileite (Sindicato das Indústrias de Laticínios no Estado de Rondônia), enquanto Faperon, a gente tentou trazer para a composição do Conselho mais instituições, inclusive a Fecomércio, porque nós temos

uma situação aqui no Estado que é também os produtos que vêm de outros Estados.

Ontem, por exemplo, eu fui ali no mercado, no Atacadão, e tem queijo ali, muçarela, de R\$ 37,00, vindo do Paraná. Então nós queremos também, além da Sefin, nós precisamos trazer também a Fecomércio, o Sindicato do Comércio, para poder a gente dar mais transparência nessa questão comercial. Porque apenas ter um valor de referência no Estado é uma coisa importante, mas esse conjunto tem que ser maior.

Então nós estamos aqui e estamos de acordo de que a gente possa abrir, deputada, para o Conseleite ter uma participação mais efetiva também do público do comércio varejista, mas também do público consumidor. A gente precisa ter uma certa transparência maior no Conseleite.

Fizemos essa discussão a 2 anos atrás e não tivemos êxito nesse sentido, porque a Fecomércio não se interessou, a Sefin, que é uma instituição que faz o controle financeiro, mas nós não temos a certeza de que, olha, o queijo está saindo aqui para a região Norte, ele está utilizando preço de varejo mesmo, preço do atacadista, ou é preço de pauta. Eu acho que nós precisamos envolver mais a Sefin nesse sentido, porque tem a diferença de preço comercial e preço de pauta.

O que a gente tem de informações é que os produtos que vão para o Centro-Sul estão com o preço de mercado, mas para essa outra região, como que fica isso? A gente precisa também conhecer isso da Sefin.

Eu quero confessar a vocês que eu não tenho essa informação. Se isso acontece por parte da indústria diferente, por parte, do que a legislação permite, nós não temos essa informação. Por isso que eu acho que é importante a Sefin, é importante trazer as outras instituições, tanto do mercado como também os consumidores.

Isso dá transparência para que a gente possa, de fato, ter uma certeza de como é que vamos negociar leite com o laticínio.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Correto, Carlinhos. Importante essa colocação. Então também fica como uma proposição, certo? Está bem.

O Edmar se inscreveu novamente? Edmar, é isso? Então está. Nós temos inscrito o Edmar e o Teófilo. E, nessas duas falas, a gente encerra e já vai para o próximo questionamento. Está bem? Edmar.

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA (Por videoconferência) – Você falou de uma questão social, Deputada Cláudia, eu acho que é bom a gente precificar isso para que a gente consiga vislumbrar o tamanho do prejuízo. Para você ter uma noção, de 10 anos para cá, nós perdemos em valor atual de preço de mercado do leite R\$ 4 milhões diariamente deixados de circular no Estado de Rondônia; R\$ 1,2 bilhão por mês, porque nós deixamos de produzir 2 milhões e 100 mil litros de leite/dia no Estado de Rondônia.

Significa que nós temos R\$ 1 bilhão e 200 milhões a

menos na economia do Estado de Rondônia. Ou seja, nós estamos falando de um prejuízo imensurável do ponto de vista social e do ponto de vista econômico do Estado de Rondônia. Não olhar para a cadeia produtiva do leite é você dar um tiro no pé; é você esquivar-se de uma coisa que é uma solução social. Manter o homem no campo no campo, com dignidade, diga-se de passagem, com dignidade.

Segunda coisa que o Carlinhos propõe, nós poderíamos sugerir um valor de pauta para entrar o muçarela no Estado de Rondônia, porque nós não precisaríamos ficar preocupados com muitas coisas. Agora, porque nós somos autossuficientes para a produção do leite, nós não teríamos desabastecimento de queijo no Estado de Rondônia, porque nós somos autossuficientes em muçarela, porque nós exportamos muçarela para o Estado de Rondônia.

Eu não vou aqui dizer que eu já fiz esse estudo, que eu nunca fiz esse estudo, mas por que nós não podemos pensar na possibilidade de um valor de pauta para entrada de queijo muçarela no Estado de Rondônia? Porque assim nós regularíamos o mercado de maneira equânime.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Certo. Eu acho que precisa ser rediscutido, mas a gente está aberto aqui para aquilo que a gente puder estar contribuindo através do Parlamento. E tendo essa concordância, acho que aqui abre um debate também sobre essas outras demandas. Teófilo.

O SR. LEANDRO AVELINO MARTINS (Por videoconferência) – Deputada Cláudia, só para contribuir, o valor de pauta do queijo no Estado de Rondônia é R\$ 18,16. É inconcebível isso.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Ok. Teófilo?

O SR. TEÓFILO SANTANA DA SILVA (Por videoconferência) – Deputada, saudar o outro deputado que está também presente na nossa Audiência. Deputada, eu queria fazer uma sugestão em cima do que o nosso Presidente Carlinhos falou. Acho que o Estado tem que fazer uma campanha para as pessoas consumirem produtos de Rondônia.

Por exemplo, domingo eu fui no mercado, eu encontrei a muçarela, para fazer o aniversário do meu pai, mesmo preço, a muçarela de Rondônia é mais barata do que a muçarela de outros Estados. Daí as pessoas olham e acabam consumindo produtos de outros Estados por falta de consciência.

Então eu acho que o Estado precisava fazer uma campanha para incentivar as pessoas a consumir os produtos do nosso Estado. E isso é uma campanha de conscientização das pessoas. Só isso.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Obrigada, Teófilo. Edmar, você quer só formular então o encaminhamento sobre a questão da pauta do

muçarela? Só para a gente registrar aqui de uma forma mais organizada.

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA (Por videoconferência) – Você quer que eu faça a nível de ofício ou eu faça a sugestão por aqui?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Não, não. Só fala mesmo.

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA (Por videoconferência) – Então, nossa sugestão como Girolando, é que nós reavaliemos o valor de pauta de entrada do queijo muçarela no Estado Rondônia, que hoje ele está deflacionado, ele está no valor muito abaixo do custo de produção dele.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Correto.

O SR. RODRIGO FIGUEIREDO BERTELLI (Por videoconferência) – Gente, pauta é só para saída, não existe pauta para entrada, não. A legislação é só para saída, não existe pauta de entrada, não.

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA (Por videoconferência) – Então, fazemos a pauta de entrada, não é Rodrigo? Porque isso aí preservaria inclusive a indústria do Estado Rondônia.

O SR. RODRIGO FIGUEIREDO BERTELLI (Por videoconferência) – Edmar, Rondônia não consome, em um mês, o queijo muçarela produzido em 1 dia. Não faz diferença nenhuma isso. Isso aí não é o problema.

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA (Por videoconferência) – Não, Rodrigo. É a entrada do queijo, Rodrigo, que está entrando muito abaixo do custo que você tem de produção.

O SR. RODRIGO FIGUEIREDO BERTELLI (Por videoconferência) – Mas o queijo é vendido para fora do Estado. A produção de Rondônia. O consumo de queijo muçarela do Estado Rondônia não dá a produção de 1 dia.

O SR. LEANDRO AVELINO MARTINS (Por videoconferência) – É, não chega a 1% do consumo do que produz.

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA (Por videoconferência) – Isso mesmo Rodrigo.

O SR. RODRIGO FIGUEIREDO BERTELLI (Por videoconferência) – Não existe isso mesmo, não é diferença nenhuma.

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA (Por videoconferência) – Hein, Rodrigo, eu acho que a gente tá falando duas coisas diferentes. Nós não estamos falando sobre a nossa capacidade de exportação.

O SR. RODRIGO FIGUEIREDO BERTELLI (Por videoconferência) – Não, você está reclamando da muçarela que entra em Rondônia, esse volume é mínimo.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Só um pouquinho, gente, para não bagunçar aqui, para poder ficar mais entendido. Então, só para entendimento, eu acho que o Rodrigo estava querendo dar uma contribuição. É isso, Rodrigo?

O SR. RODRIGO FIGUEIREDO BERTELLI (Por videoconferência) – Não, só corrigir. Eu falei: a pauta que exista na legislação estadual, é só para saída, não existe pauta de entrada. Aí o Edmar falou assim: “Não, vamos criar uma pauta de entrada.” Aí eu quis dizer: a muçarela no Estado Rondônia, que entra no Estado Rondônia, que entra, que é, que é vendida pelas empresas aqui, não dá 1 dia de produção. Um mês inteiro não dá 1 dia de produção. Isso aí não faz diferença nenhuma.

Mas vamos, você quer falar. Vamos encarecer o preço? E aí quem se “lasca” é o consumidor, porque ele pode querer comprar a minha, pode querer comprar Piracanjuba, pode querer comprar o Catupiry. Aí você está tirando a escolha dele, a escolha do mercado.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto. Concluído, Rodrigo?

O SR. RODRIGO FIGUEIREDO BERTELLI (Por videoconferência) – Sim.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Edmar, quer fazer mais alguma complementação para a gente passar para frente?

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA (Por videoconferência) – Eu quero, sim. É porque nós estamos falando de duas coisas distintas. Como eu disse no início da minha fala, eu nunca fiz um estudo sobre o volume de queijo que entra no Estado de Rondônia e a influência que ele poderia produzir no nosso mercado.

E, eu coloquei como sugestão: nós fazermos essa análise do queijo que entra no Estado de Rondônia e o tanto que ele está influenciando. Por quê? O Carlinhos disse que ele foi no mercado e o muçarela a R\$ 37,00 o quilo. Ou seja, a gente precisa dar uma olhadinha, porque já que a gente está estudando, não custa nada a gente estudar o todo do mercado, nesse sentido. Era esse sentido.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto. Entendido. Passando agora para a próxima pergunta. Teófilo está com a mãozinha levantada, você queria falar ou já foi contemplado?

OSR. TEÓFILO SANTANA DA SILVA (Por videoconferência) – Não, deputada, esqueci de abaixar, desculpa aí.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Ah, beleza. Então vamos passar para o próximo questionamento.

O SR. DANIEL MATIAS ASSIS – A próxima pergunta, então.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Quem na hora for responder, por gentileza, abrir a câmera para a gente poder está fazendo a gravação aqui. Está sendo transmitida a nossa reunião.

O SR. DANIEL MATIAS ASSIS – Então, vou formular a próxima pergunta aqui.

Na percepção do Conseleite, os principais segmentos produtivos da cadeia, no caso produtores de leite e indústria, se sentem representados em condições de igualdade técnica e política dentro do Conselho, ou algum segmento da cadeia produtiva detém o controle político e econômico majoritário nas decisões do Conselho? Então é importante que os dois segmentos respondam aí.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Você está inscrito, Teófilo? Ou você esqueceu de abaixar a mãozinha?

OSR. TEÓFILO SANTANA DA SILVA (Por videoconferência) – Não. Eu esqueci de abaixa a mão.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Quem quiser se inscrever, fica à vontade. Leandro, a fala está contigo.

OSR. LEANDRO AVELINO MARTINS (Por videoconferência) – Eu vejo que - eu falo como produtor, tá? Eu vejo que, infelizmente, o Estado tem pecado, e muito, e muito, no tocante à representação dos produtores.

Por vários, vários momentos, na reunião do Conseleite, eu participo já há muitos anos, a gente sempre cobrou, inclusive já cobramos do Estado para poder fazer uma política pública de valorização do leite aqui, na propaganda do nosso leite aqui do Estado Rondônia, para o consumo do leite do Estado Rondônia, e isso nunca aconteceu.

Nós tínhamos um, vamos dizer aí, uma pequena parcela de colaboração e contribuição que era o Fundo Proleite, o governo fez questão de “jogar na lata de lixo”, entre aspas, não teve capacidade de poder colaborar e valorizar os parceiros da Emater. E com isso pega e faz o que fez.

Os deputados estão aí, estão o Deputado Delegado Camargo, Deputada Cláudia de Jesus, Deputado Eyder Brasil, estão aí... Lembro-me que o Deputado Delegado Camargo comentou e falou, sobre quando foi derrubado o Fundo Proleite. Eu acho incabível o que o Estado faz. Então, representatividade do Estado no segmento Executivo, hoje, infelizmente, para o produtor de leite, de fato, ele não tem representatividade. A gente se sente, muita das vezes, desvalorizados. Infelizmente, essa é a realidade.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Leandro,

eu compreendi a sua colocação, e é importante. Mas o questionamento aqui que ele quer que você dê ênfase sobre essa representatividade hoje dentro do Conseleite, produtor e laticínio. Se você, de fato, se sente representado. Ele vai ler de novo. Aí você dê a sua opinião de como você, como produtor, hoje se sente.

O SR. DANIEL MATIAS ASSIS – O questionamento é se, na percepção do Conseleite, ou seja, das duas partes do Conselho, no caso produtores de leite e indústria, elas se sentem representadas em condições de igualdade técnica e política dentro do Conselho, ou se algum segmento da cadeia produtiva detém o controle político e econômico majoritário nas decisões do Conselho.

O SR. LEANDRO AVELINO MARTINS (Por videoconferência) – Ok, entendi. Agora foi feita uma leitura perfeita da pergunta aí, não é?

Vamos entender um pouquinho o que é o Conseleite do Estado de Rondônia. O Conseleite do Estado de Rondônia leva em consideração a capacidade de pagamento das empresas para os produtores.

Então, eu, enquanto produtor, sempre observo que há um desequilíbrio nisso. Por quê? As entidades que deveriam nos representar, trazer para nós esse equilíbrio, não trazem.

Foi citada aí a Emater, outras entidades que poderíamos trazer para nos auxiliar nisso. Como bem disse o Rodrigo, com relação à questão das empresas, elas têm tudo na mão. Tudo na mão elas têm. Isso é natural, faz parte. Elas estão jogando com as cartas delas, não é?

Porém, os produtores, infelizmente, não têm. O auxílio que eles têm vai acontecendo conforme a maré vai jogando. Então, os produtores, infelizmente, não têm esse auxílio de imediato. Infelizmente, essa é a realidade. Lembrando que a metodologia do Conseleite leva em consideração a capacidade de pagamento das empresas. Então, infelizmente, nesse contexto, eu, enquanto produtor, não me sinto valorizado e representado na mesma igualdade.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Leandro, só mais um questionamento.

Na sua opinião, hoje, para que vocês se sintam nesse pé de igualdade - porque a gente entende que, de fato, a indústria tem essa condição financeira e, aqui do outro lado, nós temos as representações do contexto geral dos produtores -, o que, na sua opinião, você acha que hoje deveria ser feito para que a gente possa, de fato, ter esse pé de igualdade para o diálogo, para essa construção saudável e transparente, e todos serem valorizados?

O SR. LEANDRO AVELINO MARTINS (Por videoconferência) – Hoje, somente a representação que nós temos no Estado de Rondônia é a Fetagro e a Faperon, que compõem o Conseleite, correto? Então, somente esses órgãos não estão tendo capacidade de influenciar positivamente para dos produtores. Estou dizendo que a união de forças de outras

entidades, de outros órgãos, vai fazer com que a gente seja representado. O Carlinhos está aí. Ele sabe quantas vezes bateu nessa tecla para que isso pudesse avançar. E eles não conseguiram.

Eu, enquanto membro do Conseleite, quantas vezes bati nessa tecla. Já tivemos reuniões e tudo mais, e isso nunca avançou. Então, precisamos ter uma política de Estado para, de fato, que o produtor seja valorizado.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Mas aí você sente a necessidade também de ter mais instituições nesse espaço ou mais a questão técnica?

O SR. LEANDRO AVELINO MARTINS (Por videoconferência) – Eu sinto a necessidade do empenho das instituições para trazer para nós esse alento. As instituições... Precisamos cobrar a Emater.

Vou dizer da Emater. A Emater teve um implemento com o Fundo Proleite. Então, por que a Emater não traz para nós esses técnicos, para trazer para nós esse alento, nesses levantamentos de custo de produção, por exemplo?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Seria uma sugestão?

O SR. LEANDRO AVELINO MARTINS (Por videoconferência) – Isso. Exato.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Hoje teria também essa legalidade de a Emater compor esse espaço?

O SR. LEANDRO AVELINO MARTINS (Por videoconferência) – Exatamente.

Já foi feita, várias vezes, essa menção de que a Emater tem que se empenhar.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Ela precisa participar, não é? Porque ela tem recurso para isso, tem conhecimento para isso e representa o segmento também.

O SR. LEANDRO AVELINO MARTINS (Por videoconferência) – Exatamente.

Na verdade, a Emater já participa de maneira indireta. Ela está lá dentro, porém não tem essa participação efetiva. Nós temos que dizer para a Emater, levar para a Emater a seguinte informação: eles precisam ser efetivos nas ações em favor dos produtores dentro do Conseleite.

É isso que nós precisamos.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Eles têm participado de todas as reuniões? Estão presentes em todas as reuniões do Conseleite?

O SR. LEANDRO AVELINO MARTINS (Por videoconferência) – Não em todas. Não em todas.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Quem é a pessoa que tem representado a Emater? Sabe me dizer o nome do técnico?

O SR. LEANDRO AVELINO MARTINS (Por videoconferência) – Cada reunião...

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – É um diferente?

O SR. LEANDRO AVELINO MARTINS (Por videoconferência) – Um diferente.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Correto.

O SR. LEANDRO AVELINO MARTINS (Por videoconferência) – Então, tanto na reunião do Conseleite quanto na Câmara Técnica também. Na Câmara Técnica eles também têm sua participação como colaboradores financeiros, podemos dizer assim. Porém, efetivamente, eles não participam.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Ok. Temos agora inscrita a Fetagro. Carlinhos, pode falar.

O SR. MANOEL CARLOS DANTAS (Por videoconferência) – Completando o que o Leandro traz, eu não digo que nós estamos em pé de igualdade. Eu digo que a nossa capacidade financeira não nos permite dedicar muito tempo nesse sentido, conforme até o Edmar tinha dito. A representação é uma representação voluntária.

Nós estamos lá, defendemos que o Conselho permaneça, que seja efetivo, que o Conselho traga mais informações. Porém, nós somos todos voluntários. Todos os conselheiros que estão aqui são voluntários. E sua instituição, quem está pela instituição. É a instituição que garante, de uma certa forma, o custo disso. Tanto é que nós fazemos as reuniões todas on-line. Todas ou quase todas.

A gente já fez muitas reuniões presenciais. Mas, pelo custo, a gente tem feito tudo on-line, porque é difícil você deslocar pessoal nosso de várias regiões do Estado, para uma reunião em Porto Velho ou que seja região central do Estado, mas as primeiras nós fazíamos presenças. Com essa ferramenta agora nós estamos conseguindo fazer on-line.

Só que, deputada, e demais deputados que compõe essa Comissão, há de convir de que nós temos dificuldade, porque a gente tem que trabalhar, tem que fazer o cotidiano, e toda vez que a gente para para ir a uma reunião a gente está deixando de produzir, deixando de cuidar do rebanho, de alimentar uma vaca ou curar um bezerro.

E a gente poderia, como proposição, nós já falamos nisso. O Hélio, inclusive, está dialogando com a Sefin, uma proposição de criar um Fundo para garantir, inclusive, o mínimo de custeio das despesas, para que o Conselho funcione com certa capacidade. Porque esse Conselho é muito bom.

Agora, de fato, nós temos dificuldade por esse fato de

sermos apenas voluntários no processo, não tem uma compensação. Nós não temos um recurso que paga, pelo menos, uma alimentação para ir a uma reunião. Reunião lá em Porto Velho, na Câmara Setorial. O Leandro que assumiu a Câmara Setorial do leite. Mas, como que nós vamos participar das reuniões, não é, Leandro? Como é que nós vamos participar disso?

Eu acho que nós precisamos, inclusive, senão do conselho do Conseleite, mas a Câmara Setorial do leite, nós precisamos dar as condições para que ela funcione. Porque lá que debatemos política, lá nós vamos dialogar, chamam os deputados, a Comissão da Agricultura, as entidades representativas, e a gente discute a política de comercialização e de produção.

Quando alguém diz assim: "Acabaram com o Fundo Proleite.". Isso é um prejuízo enorme para nós. Já estava ruim de usar esse recurso, quando acabou, piorou. O que a gente propõe aqui, é de a gente retomar na Assembleia Legislativa, no Governo do Estado, nós enquanto entidade, para que a gente possa, de fato, retomar e criar, novamente o fundo.

Os laticínios que participavam do Fundo Proleite, que tinham os benefícios do Fundo Proleite, eles continuam depositando, mas onde que está indo esse dinheiro? Se a gente não utilizar esse recurso ele vai para a Fonte 100. E o governo gasta onde ele achar que é prioridade do governo e não mais prioridade da agricultura familiar. E, nós estamos vendo, em um contexto geral, que o Governo do Estado discute a agricultura familiar, faz discurso aqui acolá sobre a agricultura familiar, mas, no entanto, hoje, nem assistência técnica o governo consegue dar para a gente, consegue oferecer para a gente.

Então, eu acho que a gente precisa retomar isso e fazer do limão uma limonada. Já que acabou com o fundo, inclusive, queimou os 40 e poucos milhões que tinham lá, a gente precisa otimizar agora e criar uma ferramenta legal, que a gente possa, de fato, ter garantias, o mínimo de estruturas para que a gente possa funcionar, nem que seja a Câmara Setorial do leite, para que a gente possa ter as condições de reunir periodicamente. Porque só um deslocamento daqui em Porto Velho, para ir e voltar, de Ji-Paraná para Porto Velho a gente gasta 400, 500 contos, se precisar de pegar um táxi lá, já vai para 500 contos.

Então, o produtor não tenho condição de fazer isso enquanto voluntário.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Correto. Carlinhos, bem interessante essa sua fala, porque um setor tão importante, que contribui tanto no desenvolvimento econômico e social do Estado não pode ser tratado à revelia, de qualquer forma, e a gente sabe também das dificuldades das instituições.

Eu também entendo que, no olhar, teria que ser isso mesmo. Acho que isso daria condições de as pessoas se dedicarem. E, eu percebo também que há muito essa condição do comprometimento técnico, isso daí é o fechamento de tudo.

Eu acho que o Conseleite em si, poderia nos auxiliar nesse sentido, colocando com bastante clareza. Isso seria para a Câmara Técnica? Isso seria para o Conselho em um todo? Para a gente poder, realmente, fazer esses encaminhamentos. Porque eu entendo, assim, que só tem condição de melhorar algumas coisas aqui se a gente partir para esse caminho. Tem sim, que ser remunerado.

Aqui na Assembleia Legislativa, se a gente for participar de uma atividade, a gente tem direito a diária, para poder fazer o nosso trabalho com dignidade. Por que não uma cadeia tão importante e que hoje arrecada para tal e não está sendo assistida?

A gente teve aqui a semana passada, eu não sei se os senhores conseguiram acompanhar, nós ouvimos Idaron, nós ouvimos Sefin, Emater, Seagri. E a participação da Emater aqui foi interessante no sentido até de nos tirar nossas dúvidas dessa questão do Proleite, do fundo que foi extinto.

Ele acumulou um quantitativo lá, de vários anos, que não foi aplicado o recurso arrecadado e, por último, foi extinto o Fundo e o recurso foi utilizado para dar esse suporte à Emater, que também trabalha vários programas voltados para a questão da cadeia produtiva do leite, mas que a gente sabe que não é suficiente. O que eles arrecadam mensalmente está sendo em torno de R\$ 1 milhão e pouco, é o que foi repassado.

Então, fazendo uma soma a nível anual, nós teremos de R\$ 12 milhões, R\$ 13 milhões acima, o que é muito insuficiente. Eu até imaginava que era um quantitativo muito maior. A gente sabe que isso é muito insignificante, porém também ajuda. Eu acho que o governo, realmente, precisa de disponibilizar mais orçamento para a cadeia produtiva do leite.

Mas, o que ficou muito esclarecido aqui para a gente, que o Presidente colocou para nós, até porque como a gente foi muito questionado nas oitivas da CPI pelos produtores sobre essa questão: "E agora, para onde está indo esse dinheiro?"

O Presidente da Emater disse o seguinte: "Olha, Fundo Proleite foi extinto", mas o Programa Proleite existe dentro da Emater, e hoje a Emater recebe esse recurso e pode ser aplicado às políticas públicas.

Então eu acho que a gente precisa fazer essa construção junto com a Emater e a gente só vai conseguir se a gente estiver muito ativo, como hoje os produtores de cacau estão, como os de café estão.

Eu acho que a gente, daqui para a frente, precisa entender que nós precisamos nos organizar para que esse orçamento seja, de fato, voltado para as políticas públicas da cadeia produtiva.

Dando continuidade, agora é o Edmar. E, antes do Edmar falar, Carlinhos, é possível então que o Conseleite faça esse encaminhamento aqui para a CPI sobre essa situação que você propôs?

O SR. MANOEL CARLOS DANTAS (Por videoconferência) – É possível, sim, e acho que é esse o caminho que a gente precisa consolidar.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Correto.

O SR. MANOEL CARLOS DANTAS (Por videoconferência) – A gente pede o apoio da Assembleia nesse sentido. Estamos à disposição. Tanto a Fetagro como a Faperon já colocaram isso. Inclusive, na época, ainda do Luciano, a gente tratava disso. Pega esse recurso então, que é do Fundo, que você disse que vai ficar no fundo, e vamos aplicar na cadeia.

O Luciano fez o compromisso, depois o Luciano deixou de ser secretário. Dialogamos com o Luiz Cláudio; agora não é mais Luiz Cláudio, agora é o Xiru. Eu acho que nós precisamos começar também com o Xiru na construção disso.

Não estou querendo dizer que tem que tirar da Emater o Fundo, é preciso a gente trabalhar isso. A nossa dúvida é: realmente esse recurso está indo para lá? Porque, deputada, quando nós tínhamos R\$ 43 milhões lá no Fundo e não foi aplicado, não é porque nós não tínhamos demanda, não é porque nós não tínhamos condição de executar.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Tem, eu sei que vocês têm.

O SR. MANOEL CARLOS DANTAS (Por videoconferência) – As regras que foram criadas, que travaram tanto, e eu digo para vocês: em 2019, a Fetagro apresentou um projeto de R\$ 3 milhões. Esse projeto não foi nem analisado pela equipe que estava na Seagri fazendo a análise. Era tanta burocracia.

O Hélio Dias, da Faperon, também é testemunha, que apresentou um projeto lá, e foram negados os projetos. Quer dizer, se o projeto não está redondo, vamos consolidar o projeto. Quando você tem intenção de ajudar, você ajuda a consolidar o projeto. "Não, as regras não permitem dessa forma, mas vocês têm de fato a demanda. Vamos trabalhar isso?" Não. Devolveram os projetos, disseram: "Não se enquadra" e pronto.

"Não se enquadra" é uma questão muito simplória de dizer as coisas; porque, se tivesse necessidade, diriam: "Por que vocês não ajustam o projeto aqui, ali, acolá? A pendência é X e Y. Ajustem!". Aí a gente ajustaria.

Na minha gaveta lá na Fetagro tem um projeto de aproximadamente R\$ 3 milhões para inseminação, para verticalização da produção, para capacitação do produtor, para diálogo com os produtores; até para buscar esses estudos, para saber qual é o custo de produção. Esse projeto não foi nem apreciado. Então, precisamos fazer isso.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – É lamentável isso. E eu acho que... O entendimento que a gente tem é que nos dias de hoje a gente elege nossos representantes, mas eu acho que a gente tem esse direito de fazer essa construção das políticas públicas junto.

Eu acho que um dos gargalos aqui, um dos desafios nossos é estar bem ativo para a gente poder ter essa

participação efetiva, para a gente também fazer essa determinação do que é mais importante para quem está lá na ponta, quem produz, quem vive na atividade. Eu acho que isso precisa ser dito por vocês, eu acho que precisa ser respeitado.

Então acho que é algo também que a gente precisa dialogar mais, e, inclusive, se vocês quiserem, a gente pode fazer uma reunião com o Xiru; vocês trazendo essa proposta, para a gente já pensar via Emater e dialogar essas questões com ele; porque a gente sabe que está no final de uma gestão, mas a gente precisa dar continuidade.

Daqui a pouco entra um outro governo e ele precisa saber o que está sendo construído e permitir que hoje o Conseleite, que é representado por essas entidades que trabalham a cadeia produtiva, tenha proposições importantes que precisam ser garantidas.

Edmar, a palavra é contigo.

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA (Por videoconferência) – Deputada Cláudia, eu queria voltar para o ponto da pergunta. A pergunta é “se nós nos sentimos representados”, concorda?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Sim, isso mesmo. Quer que ele leia novamente aqui para ti?

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA (Por videoconferência) – Não, eu só estou querendo voltar à nossa mente porque como a cadeia produtiva tem vários derivados nela, a gente fica, às vezes, isso é normal

Do ponto de vista de ser representado, a pergunta e a resposta são óbvias, porque se é paritário a gente tem que ter a mesma quantidade de pessoas representando um lado quanto o outro, senão deixou de ser paritário.

Então nós somos representados numericamente com paridade. Onde está o nosso gargalo? É que a nossa efetividade, do ponto de vista de ação, é comprometida, porque todos nós que estamos aqui como produtores estamos deixando nossas atividades cotidianas para poder servir à CPI; no caso, e à cadeia leiteira do Estado. Então é óbvio que, partindo desse pressuposto, se nós não temos essa capacidade, do ponto de vista remuneratório, para poder efetivamente dar nosso tempo de forma tranquila, nós ficamos comprometidos na nossa ação.

Não é por falta de, numericamente não sermos representados paritariamente, não é isso. É porque nós somos comprometidos na efetividade da nossa ação por conta de todas essas demandas que foram levantadas pelo Carlinhos, pelo Leandro, que nós estamos deixando de nos fazer representar.

Não porque o Conselho em si, vem nos aleijando do processo. Ao contrário. É paritário, todos nós somos ouvidos, mas a nossa efetividade fica comprometida por conta de nossas outras atividades que são necessárias para a gente ter a nossa própria sobrevivência e manter os nossos negócios.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Entendido, Edmar. Obrigada. Agora temos o Valdivino Rodrigues.

O SR. VALDIVINO RODRIGUES LAIA (Por videoconferência) – Eu penso o seguinte, o Conselho é paritário, e todos os conselheiros têm a oportunidade de falar, de expressar as suas ideias, dar o seu voto livremente, não é pressionado voto de nenhum conselheiro. Os dados que a universidade traz para o Conselho, ele é apresentado livremente, não tem nenhum questionamento sobre esses dados.

Então, assim, eu vejo na seguinte questão, nós somos uns seis conselheiros que representam os produtores. Esses seis conselheiros representam mais de 20 mil produtores. Eu estou na região de Jarú, mas eu não conheço a dor que está machucando o produtor lá no Galo Velho, no Machadinho d'Oeste, no produtor que está produzindo seus 30, 40 litros de leite, porque eu não estou naquela região.

Então, eu parto de dois princípios. Primeiro, trabalho voluntário, ele sempre será meio trabalho, ele nunca será um trabalho bem feito. Hoje, olha onde que eu estou, os conselheiros. Eu estou no meio do pasto, usando a internet da Claro para participar da reunião. Estou deixando o meu serviço, estou ali com a cavadeira beirando uma cerca ali, para arrumar uma cerca, estou parado aqui mais de uma hora, meu serviço está parado para ouvir a reunião, para participar.

Não tem ninguém trabalhando lá para mim, não está ninguém produzindo na minha propriedade. Quando eu sair dessa reunião, provavelmente já é quase meio-dia, aí eu vou ter que almoçar, vou ter que... Então, assim, o trabalho voluntário funciona assim. Então, trabalho voluntário, para nós que é conselheiro do Conseleite, nós nunca vamos conseguir estar prestando um bom trabalho e estar em pé de igualdade.

O senhor sabe por quê, senhores? O senhor sabe por quê? A maioria dos senhores das indústrias, da área da Assembleia, que estão trabalhando hoje aqui, já recebeu o seu salário, está na conta. Nós produtores vamos receber ainda dia 25. Dia 25 o senhor já gastou o salário. As indústrias já pagaram os funcionários, pagaram o gerente do laticínio, pagaram os seus colaboradores, pagaram todo mundo.

Eu acredito que os deputados que estão aí já receberam o seu saldo do mês, já está na conta, não é? A maioria. Mas nós, produtores, não. Eu estou trabalhando aqui, olha. Meu serviço está parado, voluntariamente. Eu sou conselheiro voluntário, eu não recebo nem um centavo para ser conselheiro. Como é que eu vou prestar um bom serviço em pé de igualdade? Como é que eu vou ter um trabalho técnico dentro do conselho? Você não tem tempo para isso. Como é que eu vou fazer isso?

Então, os produtores não são representados em pé de igualdade nesse ponto. Por quê? O conselheiro é livre para prestar a sua opinião na reunião do Conselho, mas ele não tem a mesma igualdade para estar processando os dados, para estar acompanhando, para estar estudando a cadeia produtiva do leite. Eu, como produtor de leite,

não tenho tempo para isso. Se eu parar de produzir, no final do mês eu não pago nem a conta da Energisa. Daí ela vem e corta a minha energia. Esse que é o problema. Então, assim, se o Estado não assistir aos produtores financeiramente para que eles possam ter capacidade para participar e produzir um bom trabalho, os produtores sempre vão estar em desvantagem. Sempre vão estar em desvantagem. Por quê? Todos os gerentes das indústrias que participam do Conselho já gastaram o seu salário, já pagaram o seu cartão de crédito, já receberam. A indústria já pagou eles. Os produtores estão para receber ainda. Ainda dia 25. Aí se manda um cheque para o produtor dia de domingo, ele só recebe na segunda, na terça. É isso que acontece.

Então, os produtores não estão ainda em pé de igualdade na cadeia produtiva do leite. Ainda não estão. Nós queremos estar. Se eu estivesse hoje em uma sala, Carlinhos, olha aqui, sem esse chapéu na cabeça, suado, tomado um banho, vestido uma camisa bonitinha, toda limpinha, no ar-condicionado, com certeza eu estaria prestando um bom serviço para a Fetagro junto com os produtores. Mas eu não posso fazer isso, porque eu sou voluntário. Eu sou voluntário. Então, se eu sou voluntário, eu tenho que primeiro prestar conta da minha propriedade e depois do meu tempo.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Certo. Concluído, Valdivino? Nós temos agora o Rodrigo inscrito. Só para comunicar a vocês, agora é 11 horas, e nós temos aqui 14 questionamentos. É que o debate é importante, eu sei que vocês têm muito a falar e muito a contribuir. E, assim, nós aqui, eu estou aqui para a gente fazer o que precisa ser feito. Então, a gente tem todo o tempo. Claro que tem a equipe aqui que, chegando na hora do almoço, tem um pessoal aqui que eles precisam de almoçar, e a gente libera.

Se for preciso, a gente pode até voltar à tarde. Só que eu preciso da concordância de vocês. Mas eu acredito que até meio-dia a gente consiga, se vocês, se a gente conseguir ser mais ágil em algumas coisas. Mas se também vocês virem que precisa de voltar à tarde, para mim não é problema, tá? Eu estou aqui para isso. A gente pode, talvez, encerrar meio-dia e volta às 14 horas de novo.

Vocês querem que a gente continue conduzindo assim, dando essa oportunidade do diálogo? Porque se for assim, vai ser um pouquinho mais demorado. Se tiver alguém que seja contra, porque pode ser que até meio-dia a gente não consiga.

O SR. MANOEL CARLOS DANTAS (Por videoconferência) – Deputada. Eu acho que a gente... nós mesmos, podemos nos corrigir um pouco. A gente às vezes alonga um pouco nas nossas falas. Vamos nos corrigir aqui para ver qual tempo a gente ganha aí, até por que a tarde...

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Está. Eu quero deixar vocês à vontade, porque eu entendo que é muito rica e importante essa discussão. Mas aí a gente, se até

meio-dia a gente conseguir, excelente, se a gente não conseguir, às 14 horas vocês entram on-line de novo e nós damos continuidade.

O meu papel aqui hoje é conduzir esse processo, como Presidente da CPI, e acredito que talvez hoje seja a nossa última reunião da CPI. Acho que nós estamos, se não for necessário, porque pode ser que no meio da caminhada a gente precise ouvir mais alguém, a gente vai chamar. Mas acredito que hoje seria a nossa última reunião já para iniciar os trabalhos do relatório.

Então, agora nós temos inscrito aí o Teófilo.

O SR. TEÓFILO SANTANA DA SILVA (Por videoconferência) - É isso mesma deputada, só vou concordar com as falas que foram feitas aí, que nós não entramos no Conseleite para ganhar dinheiro, mas também não entramos no Conselho para perder dinheiro.

O deslocamento aqui de Cerejeiras para Porto Velho são 800 quilômetros. Uma passagem de ida e volta é R\$ 1.000,00. Então, como a gente vai conseguir representar bem, se tem que tirar dinheiro do bolso? Então, é nesse sentido, essas são minhas palavras.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, Teófilo. Agora temos o Rodrigo, inscrito.

O SR. RODRIGO FIGUEIREDO BERTELLI (Por videoconferência) – Eu até baixei a mão, porque se a gente ficar se estendendo assim, nem meio-dia, nem 14 horas da tarde. Então, vamos seguir.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Está bem. Marcos, você está inscrito, mas aí assim, nós estamos aqui naquela mesma situação de ouvir aqui o Conseleite. Então eu vou pedir para você aí que anote os questionamentos, que nós vamos te ouvir posteriormente, tá? Conforme você havia nos solicitado. Então, agora nós já vamos para o próximo questionamento.

O SR. DANIEL MATIAS ASSIS – O próximo questionamento. E eu vou ressaltar que é importante que tenha um equilíbrio entre as respostas da indústria, com os produtores, porque aparentemente somente a parte dos produtores está respondendo.

A pergunta é subdividida em três. Eu acho que ela pode ser respondida bem objetivamente, cada uma delas. A primeira parte da pergunta: diante da concentração de mercado, os valores de referência calculados, inclusive o menor valor, são respeitados pelos laticínios? Aqui, uma pergunta bem objetiva. Aí, se alguém puder responder.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Teófilo, você está inscrito ou não? Deixou a mãozinha levantada.

O SR. TEÓFILO SANTANA DA SILVA (Por videoconferência) - Não. Esqueci de baixar a mão.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Ah, tá. Não tem ninguém inscrito ainda. Quer dizer, tem o Rodrigo. Rodrigo, pode falar.

O SR. RODRIGO FIGUEIREDO BERTELLI (Por videoconferência) – Eu vou tentar até compartilhar o mesmo gráfico que eu compartilhei na última minha fala, para mostrar isso.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Ok. Fica à vontade. Pode demonstrar.

O SR. RODRIGO FIGUEIREDO BERTELLI (Por videoconferência) – Está aparecendo? **(apresentação de slide)**

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Está sim. Está aparecendo aqui para mim.

O SR. RODRIGO FIGUEIREDO BERTELLI (Por videoconferência) – Está aqui. Esse é o gráfico fornecido pela reunião do Conseleite, desde janeiro de 2024. A linha vermelha é o preço mínimo, a linha azul é o preço de referência, e a linha verde é o preço máximo do Conseleite. E a linha preta é o preço médio pago pelas indústrias aos produtores. Está mostrado que o preço médio sempre foi acima do preço de referência. Então, não tem nem para onde fugir desses dados. Então, está mostrado aí. Entendeu?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto.

O SR. DANIEL MATIAS ASSIS - Alguém do segmento produtivo, dos produtores, poderia corroborar ou discordar dessa apresentação, dessa fala? A Fetagro.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – A Fetagro.

O SR. DANIEL MATIAS ASSIS - A Fetagro, acho que o senhor Carlinhos.

O SR. MANOEL CARLOS DANTAS (Por videoconferência) – Desculpa, meu microfone estava fechado. Eu tinha feito um belo discurso aqui, mas infelizmente...

Tem uma situação que a gente sempre tem feito um debate, e nossos conselheiros sempre têm questionado. É que pela resolução tem 3 tabelinhas: menor valor, valor médio e maior valor. E lá, classifica por quantidade de produção. E aí, o que tem acontecido com os nossos produtores é que lá classifica a quantidade do volume, mas também a qualidade. E hoje nós temos um problema para qualificar isso. Por exemplo: a questão da qualidade do leite. Como é que mede a qualidade do leite?

Nós temos um laboratório que foi instalado em Rondônia, se não me falhe a memória, deputada, à época que o Anselmo de Jesus era Secretário de Agricultura, esse debate que rolou... Foi passado recurso da Seagri para ser construído esse laboratório. Esse laboratório foi construído na Embrapa e, olha, que tem mais de 20 anos que foi feito isso.

Esse laboratório não funciona. Até hoje não funciona. Uma hora falta profissional, outra hora não tem dinheiro para comprar reagentes. Como é que a gente avalia

a qualidade do leite? Gordura, teor, essa coisa toda? Porque, na resolução, aparece isso como uma forma de valorizar o leite.

Então, hoje, se o leite tem qualidade ou não tem qualidade, está sendo tratado da mesma forma. O que o laticínio está usando? O volume. E aí, hoje, já não estimula o produtor a produzir um leite de qualidade, para que você seja competitivo, para que você possa obter um bom preço no mercado. A diferença que nós temos hoje é que quem produz mais leite o valor maior. Agora, quem produz pouco leite, menos de 50 litros, está longe dessa linha que o Rodrigo apresentou. Só que, quando vai pela média da produção, a linha vai lá para cima. Quem produz acima de 500 litros, mil litros de leite, por exemplo, tem um valor satisfatório. O que acontece? Quando vai para a média, eu, que tenho 50 litros, não represento porcentagem nenhuma desse valor.

Então, é preciso que a gente tenha um pouco de compreensão, e que a própria Comissão Parlamentar de Inquérito possa ter essas informações.

É que, quando aparece a linha preta acima do valor médio, é porque nós temos vários produtores grandes que puxam essa linha para cima, mas o pequeno fica lá embaixo.

Quem está produzindo até 50 litros de leite pode ter a qualidade que for, mas não está produzindo e não está sendo medida a qualidade do leite dele para que ele ganhe pelo menos o valor médio de referência. Essa é uma reclamação constante dos nossos companheiros produtores.

Os conselheiros têm feito sempre esse questionamento, mas nós temos também a falha do Estado, que não tem como aferir. Até a indústria não tem como aferir se o leite tem qualidade X ou Y para poder mostrar isso ao produtor. Ele pega o leite lá. O leite é coletado em um tanque coletivo. Então, se o Leandro colocou um leite azedo e eu coloquei um leite bom, o meu virou azedo também. Então, isso também dificulta.

A nossa infraestrutura, para o pequeno produtor, é insuficiente para que a gente possa ter essa aferição.

Aí vem a discordância. Vários conselheiros e membros da cadeia têm questionado isso: "Eu coloco um leite de qualidade, mas ele mistura com outro e mede o leite de todo mundo." "Ah, mas o leite lá está medido." Não. Você mediu a acidez, mas, depois que mistura com o outro, você não sabe.

Essa é uma dificuldade enorme que nós temos.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Certo.

Carlinhos, pessoal, desculpem, é porque tem algumas coisas que a gente precisa falar.

Eu sei que tem muita coisa, mas, assim, nesses dias em que a gente está ouvindo, ouvimos os produtores, e a lamentação é enorme por parte de todos. Porém, esse público que produz de 60 até 100 litros é o pessoal que a gente percebe que tem reclamado, porque é o que tem recebido bem menos em tudo isso.

E, assim, o quantitativo, hoje, de pequenos agricultores

produtores de leite no Estado de Rondônia é muito grande. Talvez essa seja a realidade do Estado de Rondônia, diferente do Paraná.

Até a semana passada a professora estava aqui na reunião e questionou, porque lá eles só trabalham com grandes produtores. Ela até falou para mim dessa política de agroindústria, que isso não é muito viável e tal. Mas eu falei: "A realidade de lá é outra."

E o que me preocupa é que esses pequenos têm desistido por conta desse valor, que caiu demais, não cobre o custo de produção, e há uma série de situações. E a gente consegue ver que há um equilíbrio para quem já tem uma produção maior.

Eu penso que, talvez, hoje, como envolve a questão social, e isso me preocupa, quando um produtor de leite vende a sua propriedade e vem para a cidade, quando a família e o jovem também vêm, de qualquer forma, se eles já têm uma aptidão para essa atividade.

E eu penso que, mediante esse retrato, e os senhores me corrijam se eu estiver errada, mas também, se concordarem, que a gente possa pensar em uma proposição nesse sentido. Porque hoje tem o subsídio aos laticínios, que eu acho que é justo.

E esse público que está desistindo, até porque tem dificuldade no sentido dos investimentos. Será que não seria o momento de a gente pensar em uma política, hoje, para esse pequeno que está desistindo, e que vai criar um impacto social enorme no Estado de Rondônia? De a gente pensar esse subsídio para a agricultura familiar, para esse produtor que produz e não está conseguindo esse complemento, e está desistindo. É uma sugestão aqui, porque, na fala do Carlinhos, eu senti isso.

E eu acho que o objetivo aqui, e compartilho isso com vocês, é como a gente resolver essa problemática juntos. Ela atinge todos nós. É gritante isso que acontece com o pequeno, com o médio e com o grande.

Mas quem está mais penalizado é esse pequeno, porque ele não está conseguindo complementar ali para poder ter um valor a mais. E como a gente conseguiria resolver? É claro que é uma proposição para a gente discutir junto aqui, mas eu não poderia deixar de falar.

Nós temos agora inscrito o Teófilo.

O SR. MANUEL CARLOS DANTAS (Por videoconferência) – Teófilo continua na mesma situação, não conseguiu baixar.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Ah, é? Então é o Edmar agora inscrito.

O SR. TEÓFILO SANTANA DA SILVA (Por videoconferência) – Não consigo abaixar a mão. Vocês podem abaixar para mim, por favor.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Não tem problema não, Teófilo. Tranquilo. Já vamos abaixar aqui. Então, agora é o Edmar.

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA (Por videoconferência)

– A remuneração, como disse o Carlinhos, está atrelada a dois fatores. A remuneração do leite em Rondônia. Um: no quantitativo, quantidade de leite que se entrega por produtor. E a segunda no qualitativo, qualidade do leite. Basicamente em duas situações do leite.

E, nós não temos aqui em Rondônia as condições de avaliar o qualitativo dele, a qualidade do leite. Por quê? Porque, como já foi dito, o nosso laboratório foi inaugurado, foi comprado equipamentos e nunca funcionou. E o dinheiro usado foi o do Proleite. O dinheiro que foi montado o laboratório foi do Proleite. Mas, esse laboratório nunca funcionou. Nunca funcionou por falta de gestão. Por apenas falta de gestão.

Por quê, Deputada Cláudia? Nós temos que parar de ter política de governo. E nós temos que fazer política de Estado. Nós temos que definir isso de uma vez por todas. Porque nós não podemos ficar à mercê e à deriva do bom sabor, da boa vontade de quem está no poder. Ou seja, nós temos que fazer isso de forma legalizada.

A CPI tem que encaminhar uma lei que obriga o Estado a fazer isso, a cumprir essa parte do Estado. Porque nós não temos condições de, além da indústria e do produtor deixar parte do seu dinheiro de forma arrecadatória para poder ajudar a gente na precificação do leite, inclusive, e ser tratado com desdém. Tanto a política do leite quanto o dinheiro que já foi investido.

Então, precisa ser avaliado nessa Comissão para que a Emater, por exemplo, possa ser a gestora disso, como ela faz hoje a gestão do nitrogênio espalhado por Rondônia. Nós temos que fazer isso, para poder fazer esse laboratório funcionar e a gente poder ofertar à indústria a possibilidade de fazer a análise desse leite para pagar sobre o qualitativo, a qualidade do leite do Estado de Rondônia.

Esse é um gargalo grave que nós temos, que a gente não mudará de patamar. Deputada Cláudia, não muda de patamar enquanto nós não podermos fazer a qualidade do leite no Estado de Rondônia. Então, nós não podemos pensar que a qualidade do leite de Rondônia pode ser tratada assim, se ao menos nós vamos mudar de patamar no leite. Não vamos.

Com base nisso, nós podemos fazer o selo de qualidade Rondônia, leite produzido em Rondônia. Rondoniense bebe leite produzido em Rondônia, come produtos derivados do leite produzido em Rondônia, aí nós podemos fazer uma política comercial voltada para a nossa realidade do Estado de Rondônia. Porque o Fundo foi extinto, mas a arrecadação não foi extinta. A arrecadação continua a plenos vapores.

Então nós só precisamos agora dar um destino a esse dinheiro, para que a gente consiga usá-lo de maneira que ele seja revertido para a melhoria e a quantidade de leite produzido no Estado de Rondônia. Ok?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Ok. Edmar. Leandro?

O SR. LEANDRO AVELINO MARTINS (Por videoconferência) – Pessoal, me permitam contribuir. E

eu não vou jogar a água em alguma das falas de alguns parceiros que estão aí.

É o seguinte. Com relação à questão da qualidade do leite, que é um ponto que tem que ser observado. O laboratório é importante e eu já debati muito sobre isso. Tem que colocar para funcionar para que o Estado possa avançar, de fato.

Porém, uma situação com relação à questão dos valores de referências do Estado de Rondônia. Só para vocês terem uma ideia da gravidade do que o Estado está vivendo hoje, e eu já cobrei isso dos membros da Câmara Técnica do Conseleite. O menor valor de referência no Estado, que eu posso dizer para vocês que pode chegar até quase 70% dos produtores do Estado de Rondônia, que é o menor valor de referência pago a esses produtores. A nomenclatura desse valor de referência chega a 750 mil células somáticas de CCS e 750 mil células somáticas de CBT (Contagem Bacteriana Total). Isso é contra a lei.

Então, se as empresas laticínios estão pagando os produtores dentro dessa nomenclatura, eles estão errados e estão contra a lei. E eu tenho certeza absoluta que, se as empresas de laticínios estão pegando o leite do produtor fora deste padrão, a própria empresa está incorrendo em improbidade.

Correto? Então, o que acontece hoje? Com a normativa do Ministério da Agricultura, a Normativa 51, a Normativa 77, a Normativa 76, que faz com que a qualidade do leite do Estado de Rondônia, a nível de Brasil, chega no máximo a 500 de CCS e 350 de CBT, se as empresas estão pagando fora deste padrão, as empresas estão erradas.

Então, o que acontece? As empresas não podem dizer para o produtor que o leite dele, ele tem que receber um leite com qualidade inferior ao que o Ministério da Agricultura determina, que ele está mentindo. Por quê? Nem o Ministério da Agricultura permite isso, porque, senão, as empresas estão fraudando a qualidade desse leite. Ponto.

Se o leite do produtor está dentro dos padrões do Ministério da Agricultura, certo? Consequentemente, todos os produtores, 100% dos produtores, deveriam receber um valor de referência leite padrão.

Então, nós temos que observar isso. Mudar isso para o Estado de Rondônia, porque, se está acontecendo o valor de referência sendo pago aos produtores menor valor de referência, dentro desses padrões, está errado. Está errado.

Então, por isso que eu instiguei a Câmara Técnica do Conseleite a mudar isso, para que até as empresas possam caminhar de maneira legalizada. Porque não é que os produtores estão entregando um leite ruim. Porque se eles estiverem entregando um leite ruim, a empresa não pode pegar.

Agora, nós temos que adequar à realidade e àquilo que o Ministério da Agricultura traz para nós, para que todos nós possamos caminhar e avançar. Se nós continuarmos desse jeito, a gente não vai avançar. Obrigado mais uma vez. Essa são as minhas falas.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigado, Leandro.

Agora nós temos o Valdivino.

O SR. VALDIVINO RODRIGUES LAIA (Por videoconferência) – Deputada, sobre essa questão da qualidade, eu vou trazer uma informação aqui para a reunião.

O que acontece em muitos dos casos. O pequeno produtor não tem tanque particular. O produtor que tem 50, 30 litros, 60 litros de leite não possui um tanque dele particular. Até porque a indústria não fornece o tanque para esse produtor. Não é viável economicamente para a indústria.

Então, o que acontece? Tem uma pessoa que pega um tanque, acerta lá dois tanques, ou um tanque grande de 2 mil litros; ou dois tanques para fazer 3 mil litros. Ele pega uma moto com uma carreta e sai na Linha coletando leite de 20, de 30 produtores, de 10 produtores, de 15 produtores.

O que acontece? Esse produtor tira o leite dele de manhã. Às 7h, 7h30min, o leite dele está lá disponível para ser coletado. Só que esse indivíduo passa 10 horas da manhã para coletar esse leite. Então, significa que ele já está, no máximo, 2 horas, 3 horas, para ser coletado. Esse leite vai para um tanque coletivo, onde tem 20 produtores, 10 produtores.

E aí a indústria pega esse leite até com 24 horas, dependendo do volume de leite. Faz uma rota de dois em dois dias. A qualidade desse leite nunca vai ser igual a de um produtor que tem um tanque separado, que tira o seu leite e imediatamente coloca no tanque, e ele vai ser resfriado.

Então, o pagamento que a indústria faz no Estado, por qualidade, se estão fazendo, é para alguns produtores. Porque para os pequenos produtores, que trabalham nesse sistema, não tem qualidade. O que se trabalha hoje no Estado é quantidade.

Eu queria ver um gráfico do valor médio pago para os produtores que estão entregando de 100 litros de leite para baixo, por dia. Eu queria ver um gráfico, para eu ver onde é que está esse gráfico. Porque hoje eu tenho conhecimento de vários produtores que entregam de 100 litros de leite abaixo por dia, e eles recebem o menor valor da resolução. O produtor que entrega de 100 litros para cima é que está recebendo o padrão.

Então, o que acontece? O produtor pequeno, para ele, é inviável produzir um leite de qualidade para fornecer para a indústria, porque um produtor que tem 50 litros de leite, primeiro que 50 litros de leite não toca um tanque. Para vocês que não trabalham na cadeia produtiva do leite, não sabem disso: um tanque de 600 litros, 50 litros de leite, praticamente não funciona ele; precisa de, no mínimo, 70 litros de leite para funcionar.

Então, esse produtor passa por essa dificuldade. Ele tem um intermediário, um coletor, que leva para outro tanque. E a indústria não paga esse produtor como qualidade. Não tem esse item de qualidade.

E, assim, a quantidade, eu queria ver e vou pedir, vou

pedir aqui para a CPI, para que tenham esse gráfico dos produtores que estão recebendo de 100 litros de leite para baixo, para nós vermos onde fica esse gráfico; porque eu tenho curiosidade para ver como é que estão recebendo esses produtores que estão entregando de 100 litros de leite por dia a baixo.

O que a gente recebe de reclamação — nós, conselheiros, — é que hoje tem uma política praticada no Estado que o produtor que entrega de 100 litros de leite acima é que recebe o leite padrão, o valor padrão. E de 100 litros abaixo recebe o menor valor. Esse menor valor atinge em cheio a cadeia produtiva do leite, porque é a maioria. E não é uma diferença muito pequena, pessoal.

Nós aprovamos agora, na última reunião do Conselho, com voto contrário de vários conselheiros, para deixar claro aqui, a resolução que trouxe o valor de R\$ 1,98 o menor valor; e R\$ 2,18 o valor padrão. Dá uma diferença muito grande entre esses dois valores.

Se um produtor entregar 90 litros de leite e ele não chegar aos 3 mil litros/mês, ele vai ter um prejuízo muito grande no final do mês por essa situação.

Então, aqui, eu não discordo do gráfico que foi apresentado do colega, mas, se puder, mostre um gráfico dos produtores que entregam abaixo de 100 litros/dia, para a gente ver onde é que está esse gráfico, como é a média desse gráfico.

E eu vou deixar a reunião, deputada, porque chegou minha hora. Aí já está na hora de eu almoçar, e de tarde eu já tenho outro compromisso e é inadiável, porque se eu não tratar das minhas vacas, amanhã eu não tenho produção para colocar na indústria. Tchau para vocês.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, Valdivino. Obrigada aí pela contribuição.

Agora, Alessandro, Alessandro representa qual entidade?

O SR. MANOEL CARLOS DANTAS (Por videoconferência) – Sindileite.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Ah, sim, sim.

O SR. ALESSANDRO SABINO RODRIGUES (Por videoconferência) – Deputada, eu tenho um laticínio aqui em Andreazza. Eu queria, por gentileza, por favor, repete a pergunta, por favor.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Tá.

O SR. DANIEL MATIAS ASSIS – Como eu disse, a pergunta vai ser subdividida em 3. Eu fiz só a primeira parte dela. A primeira parte é: diante de uma suposta concentração de mercado, os valores de referência calculados, inclusive o menor valor, são respeitados pelos laticínios?

O SR. ALESSANDRO SABINO RODRIGUES (Por videoconferência) – O nosso leite no Estado de Rondônia não é só de produtores grandes, e não é só de produtores pequenos. Tem mais produtores pequenos

do que produtores grandes. Eu quero falar em cima da fala do Carlinhos e do Leandro.

Carlinhos falou que o produtor grande puxa a média. Se eu colocar aqui no nosso laticínio, nós temos 2, 2 produtores acima de 500 litros. A diferença é muito grande. E o Leandro falou que realmente tem mais produtores pequenos do que grandes. Então a média do gráfico que foi apresentado não é de hoje. Se você pegar além de 2024, a indústria está pagando mais. Isso não é nós que estamos falando, é a própria universidade que está falando isso. Se classificar o produtor de 100 litros abaixo ou de 50 litros abaixo, claro que vai ter outra realidade.

Agora, falando de tanque coletivo e falando de qualidade. Vou perguntar para o Leandro - tá, Leandro? -, se a deputada permitir que ele responda. O tanque comunitário tem leite de todos, de toda espécie, inclusive o seu leite. Você teria coragem de beber o leite do tanque comunitário depois que você colocou o seu, se todo mundo chegasse lá?

O SR. LEANDRO AVELINO MARTINS (Por videoconferência) – No meu tanque, sim.

O SR. ALESSANDRO SABINO RODRIGUES (Por videoconferência) – No seu tanque comunitário.

O SR. LEANDRO AVELINO MARTINS (Por videoconferência) – No meu tanque comunitário, sim.

O SR. ALESSANDRO SABINO RODRIGUES (Por videoconferência) – Porque nós temos produtores aqui e nós estamos fazendo um trabalho de acabar com o tanque comunitário. Não existe mais produtores que têm representação acima de 500 litros, 1.000 litros. São poucos no Estado, dá para contar nos dedos. Nós temos fala aqui, deputada, que depois que coloca o leite dele no tanque comunitário, ele não tem coragem de beber o leite dele. E quem faz qualidade não é a indústria, é o produtor.

Nós temos o trabalho aqui no nosso laticínio de qualidade há 10 anos. Se a senhora pegar pela Embrapa, a senhora vai ver matérias da Embrapa. Não cito o nome do laticínio, porque a Embrapa tem uma política de divulgação. Então, seguinte: o que nós queremos dizer é que a indústria apresenta os dados de venda concorrendo com exportação e com o Brasil. É muito difícil. Como tem produtores pequenos e produtores grandes, existem laticínios pequenos e laticínios grandes.

O poder aquisitivo de um produtor grande não é o mesmo poder aquisitivo de um produtor pequeno. Consequentemente, o laticínio pequeno sofre também com o laticínio grande. Mas o sol brilha para todo mundo. Nós temos que fazer a nossa parte. Não adianta eu ficar aqui reclamando do governo, falando isso ou aquilo da indústria ou do produtor, se a minha porteira para dentro, ou se a minha, se o meu portão da minha fábrica para dentro não faz a minha tarefa.

Tenho o maior prazer de apresentar para a Comissão

Parlamentar de Inquérito, particular para a senhora, o meu trabalho de qualidade que eu faço no nosso laticínio. O maior prazer de apresentar isso para a senhora. Tem 10 anos, 10 anos. Não é um dia, não é um ano, não são cinco anos.

Agora, falar que o leite de Rondônia não tem qualidade, vamos falar de produtor que sabe fazer qualidade, que é tão simples fazer uma qualidade, e produtor que não sabe fazer qualidade. Nós temos produtor que nem sequer, nem sequer "pula" o leite. Isso é fato. Então eu tenho inveja de um produtor que tira aí 200 litros e eu só consigo ir até 50? Eu tenho que saber que eu ando de pé descalço ou eu ando de avião. São capacidades de cada um.

O que nós queremos dizer é que, do jeito que o produtor enfrenta os preços baixos ou altos, mas eu quero dizer para você que o preço do leite vem subindo há 4 meses, 4 meses. Numa pancada ele subiu R\$ 0,30. Hoje subiu R\$ 0,01, e agora subiu R\$ 0,04. E o queijo? Nós estamos concorrendo com a importação e com os grandes laticínios do Sul e do Sudeste. Quem não vende no Estado, vende em São Paulo.

Se a senhora ver a rede de pizzaria que estão fechando em São Paulo porque o salário achatou, a senhora não tem ideia. E a gente acompanha, eu acompanho porque eu tenho uma rede, um site que eu acompanho as pizzarias de São Paulo, que é onde vai o nosso queijo. Eu não vou deixar de comprar um quilo de carne para comprar um quilo de queijo. Isso é realidade.

O que eu quero dizer para a senhora é uma demanda muito grande, deputada. Parabéns pela coragem da senhora fazer essa CPI. Eu já participei da outra que foi o Deputado Cirone, que fez. Então percebem? Eu estou na atividade, eu sou uma criança na atividade, eu estou com 22 anos na atividade de indústria, e eu tento que fazer o máximo porque eu dependo da minha galinha de ovos de ouro.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto.

O SR. ALESSANDRO SABINO RODRIGUES (Por videoconferência) - A minha galinha dos ovos de ouro é o produtor. Se eu matar ele, eu matei a minha indústria. Eu sou conhecedor disso. Mas será que é só a indústria que tem que fazer a parte dela? Falar de qualidade, fala comigo, aí eu sei falar.

Não sou perfeito, não sou perfeito, tenho os meus gargalos, os meus defeitos da minha fábrica. Fui multado muitas vezes pelo MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) por divulgar uma bandeira de qualidade.

Então, fica aqui aos produtores, se eu não posso da porteira para fora, eu posso da porteira para dentro. Se eu não posso do meu portão da minha fábrica para fora, eu tenho que botar as minhas tarefas do portão da minha fábrica para dentro. Quero vender meu queijo mais caro? Quero. Assim como o produtor quer vender o leite dele mais caro. Você entendeu?

Então, a qualidade do leite, esse laboratório de Porto

Velho, eu acompanhei com a Juliana da Embrapa, por mais ou menos uns 6 anos. A Juliana pagou funcionário do salário dela para bancar o laboratório, com orçamento aprovado e orçado no governo. E o laboratório não foi. Aquele maquinário lá hoje é sucata. Eu falo com propriedade porque eu conheço, eu vivi dentro daquele laboratório. Inclusive, o Pará requisitou ele. Não sei para quê.

Então, pensa bem. Vamos falar da realidade que nós conseguimos fazer da porteira para dentro, não da porteira para fora, que depende de outras pessoas. Estou aqui para ajudar a senhora, no que eu puder ajudar, nos meus limites. Muito obrigado.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigado, senhor Alessandro. Parabéns aí pela contribuição. Agora o Hélio Dias está inscrito, pode falar, Hélio.

O SR. HÉLIO DIAS DE SOUZA (Por videoconferência) - Primeiro, parabenizar o seu Alessandro aí, lá de Ministro Andreazza. A fala dele é muito responsável e com conhecimento de causa dos dois lados. Ele próprio tem 22 anos trabalhando na pequena indústria, tentando fazer qualidade, não é para qualquer um, não. Esses problemas do setor, como qualquer um de nós estamos aqui.

Mas, deputada, foi citado aí, eu acredito que é possível rever uma boa conversa entre o Conseleite, a indústria e os próprios representantes, essa questão dessa diferença dos R\$ 0,20, que foi bastante colocado pelo Valdivino e outros, entre esse menor preço e o preço padrão.

São R\$ 0,20 realmente para quem produz pouco. Todo pouco ainda ajuda na receita dele. Então... e o leite, apesar que eu entendo que o senhor Alessandro falou que têm produtores que realmente não fazem a qualidade mínima desejável e necessária, sanitariamente falando, coloca água, a gente sabe, não cuida. O tanque comunitário é cheio de problemas.

Mas nós temos, a grande maioria dos produtores, a gente pode dizer, nós podemos confiar que são produtores, que mesmo tirando pouco, fazem o seu dever.

Então, tirando esse lado ruim que quase todo setor tem, eu acredito que é possível, porque o leite tudo é igual, tudo é leite, logicamente com a qualidade menor, mas desde que trabalhe isso, nós devíamos ter só duas faixas ali no Conseleite: quem realmente tem uma produtividade "x", e quem realmente é produtor de leite. Então, tirar essa última faixa, nivelar isso aí para que realmente a gente possa atender... O Alessandro foi mais nas métricas e nos números; eu falei em 50% que são pequenos produtores, que entregam aí até 30, 50 litros por dia. Então é a realidade de Rondônia

E, igual vai, só de um ano para cá foi 10% de saída da atividade. Vão ficar poucos, vai ficar só quem realmente se profissionalizar no manejo e em todas as boas práticas no setor do leite, a exemplo da pecuária de corte.

Em Rondônia, nós nos orgulhamos por ter uma agricultura familiar forte, um modelo de produção que a gente não pode perder, esse jeito de ser Rondônia.

Então, a gente tem que fazer de tudo.

Mas dizer, Deputada, que esse é um caminho, de reduzir essa faixa para que a gente possa ter só duas faixas nessa sugestão de preço levantada pelo Conseleite.

E outra, dizer que o problema maior nosso não está só em Rondônia. Em Rondônia nós temos um problema da baixa produtividade por vaca, por produtor, até porque a nossa base é de agricultura familiar, mas nós temos outros gargalos.

As políticas públicas do Estado são muito ruins, deputada. As políticas aprovadas, as leis estaduais, os decretos do Governador, os Projetos de Lei aprovados pela Assembleia Legislativa são muito ruins. Elas não vêm beneficiar o produtor aqui na ponta. Elas são interesses de autarquias, de instituições, interesse de governo, interesse político, idealizados por algumas lideranças que dão ideias neste Estado.

E, por exemplo, podemos ter aí essa nova proposta sendo encaminhada agora, do Fundo Garantidor de Preço, com investimento, principalmente, em financiar pequenos laticínios para sua organização, como associação, como cooperativa, para poder fazer o leite de barriga mole, ter alternativa para esse pequeno produtor.

O próprio dinheiro gerado pela cadeia tinha que ser reinvestido, e não é. Vai para os municípios em forma de ICMS. O Governador faz Projeto de Lei retirando esses recursos e redirecionando para a Fonte 100, enfim. É muito mal administrado.

Então, Deputada, muitas vezes vêm as importações, 100 milhões por ano, fazendo com que a competição do setor de lácteos fique ruim no país. E nós, com baixa produtividade, não conseguimos ser competitivos.

E vem, conforme o próprio Alessandro diz, o poder de compra, o salário mínimo do Brasil. O que a gente comprava tantos anos atrás hoje não compra mais, porque, mesmo que suba o salário mínimo, as outras coisas crescem e sobem.

Enfim, nós estamos numa situação difícil, de uma maneira geral. São vários fatores que contribuem para a dificuldade da cadeia do leite. Então, esse é o meu ponto de vista. E eu não sei se eu... Desculpa aí a gente ser muito incisivo em alguns pontos, mas é o que a gente sente no dia a dia. É isso. Obrigada.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Obrigada, Hélio, pela contribuição.

Eu até acho, assim, que a gente precisa alinhar algumas coisas no sentido dessas legislações, do que a gente precisa melhorar.

Esse momento precisa servir para isso também. Não é fácil a gente criar uma CPI, e eu acho que ela precisa dar essa condição de a gente colocar também aqui, além do processo de levantamento das informações, esses encaminhamentos daquilo que o setor deseja.

A gente deixar muito claro, porque isso vai ficar registrado aqui na Casa, isso vai ser repassado para os senhores. Então, é importante que, se vocês puderem nos encaminhar o que, de fato, nós compreendemos que pode fazer a diferença no que trata a legislação, enfim,

para a gente ajustar.

E, realmente, essa questão dos investimentos tem sido feita de uma forma que não condiz com a realidade de quem está lá na ponta. Mas isso só vai mudar se nós estivermos bem sintonizados aqui, acompanharmos esses orçamentos e também cobrarmos.

Eu acho que esse distanciamento não pode mais acontecer, não só de todas as instituições que compõem o Conseleite, mas do próprio Poder Legislativo. Eu estou aqui de passagem, mas outros estarão aqui sempre. Então, a gente precisa estar se organizando para a gente estar sempre com esse debate alinhado e sempre fazendo os ajustes necessários.

Mas foi muito boa a sua contribuição.

Agora nós temos o Alessandro. Está inscrito novamente, Alessandro?

O SR. ALESSANDRO SABINO RODRIGUES (Por videoconferência) – Deputada, só duas palavrinhas.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Ok. Pode ficar à vontade.

O SR. ALESSANDRO SABINO RODRIGUES (Por videoconferência) – A senhora sabe qual é o Estado brasileiro que mais importa leite do Uruguai e da Argentina?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – É Rondônia, não é? Esse leite está dando entrada em Rondônia.

Até, inclusive, deixa eu passar uma informação rápida aqui para vocês. Deve já ser do conhecimento de vocês, mas eu vou falar de novo, porque, na semana passada, a Sefin esteve aqui na CPI. Nós a chamamos justamente por conta desses dados.

E uma informação que nos foi passada aqui é que esse leite dá entrada no Estado de Rondônia. É o Estado que mais recebe. Porém, o que dá entrada aqui é essa questão contábil. Esse leite físico não chega em Rondônia. E é por uma lógica, até, assim: se Rondônia não fizesse isso, outro Estado faria para poder receber essa questão do imposto.

Estrategicamente, é interessante para nós o que fica de arrecadação. O que não está sendo estratégico é que esse recurso não está sendo investido, de fato, na cadeia. Mas, só para a gente fazer esse alerta, porque eu estava com uma preocupação que esse leite estava ficando em Rondônia, e não fica.

Esse leite não dá entrada fisicamente, são só as notas. E do ponto de vista de arrecadação é importante, mas acho que também nós precisamos de pontuar aqui: como é que parte dessa arrecadação fica aqui para investir, haja vista que estamos em crise.

O SR. ALESSANDRO SABINO RODRIGUES (Por videoconferência) – A Sefin falou para a senhora de quanto é a arrecadação mensal?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Olha, foi

falado aqui, mas eu não me recordo. É R\$ 7 milhões e alguma coisa? É anual, não é, parece? Parece-me que é um quantitativo, eu não sei também se o senhor tem, mas parece-me, eu preciso de confirmar, em torno de mais de R\$ 7 milhões anual.

O SR. ALESSANDRO SABINO RODRIGUES (Por videoconferência) - Eu não sei, os conselheiros podem me ajudar, mas parece que foi passado em torno de R\$ 32 milhões, ou eu estou doido?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Mas a gente confirma, porque eu também não tenho certeza. Mas nós podemos, inclusive aqui, mandar um requerimento.

O SR. HÉLIO DIAS DE SOUZA (Por videoconferência) - Passa de R\$ 60 milhões a soma de tudo.

O SR. ALESSANDRO SABINO RODRIGUES (Por videoconferência) - É, olha bem, deputada. Olha bem...

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Anual?

O SR. HÉLIO DIAS DE SOUZA (Por videoconferência) - Anual.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Ah, tá. É porque eu não tenho certeza, mas a gente também pode fazer um requerimento para solicitar essa informação transparente. É como eu disse para o senhor, não tenho certeza. Então, é um quantitativo enorme. É muito maior do que hoje o Proleite.

O SR. ALESSANDRO SABINO RODRIGUES (Por videoconferência) - O próprio Proleite.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - O Proleite está dando por ano, em torno de R\$ 12 milhões a R\$ 13 milhões somente, a gente não faz nada.

O SR. ALESSANDRO SABINO RODRIGUES (Por videoconferência) - Deputada eu já vim falando com 2 ou 3 deputados, uns daqui da minha região. Eu fui naquela caravana lá em Cerejeiras, falei com mais 2 deputados lá da região. Não tira, não muda essa lei! Não tira o leite! Não tira o leite da lei! Não tira! Importa um monte de coisa, mas não tira o leite desse trem!

Agora, se o governo está preocupado na arrecadação, por que não destina 50%, 60%, 70% desse dinheiro para a cadeia que está sendo prejudicada? É um absurdo! Mata o Estado de Rondônia e mata o Brasil. Rondônia está contribuindo com isso. Rondônia está contribuindo com isso.

Então, pensa bem. "Ah, então está bom, vamos deixar vir." Mas, então, que destina. Uma mamadeira de leite para o produtor. O que é isso? Muito obrigado, deputada. Não vou mais fazer. Muito obrigado.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Não, mas a

fala do senhor foi muito boa. E, inclusive, aqui a gente vai pedir atualizado, vamos fazer um requerimento pedindo, de fato, o valor real. E nós vamos fazer essa proposição. Eu acho que nós precisamos de lutar por isso. Porque quando a gente fala do fundo de garantia de preço, que o Hélio falou agorinha, esse recurso daria para dar essa ajuda nesse período de crise. Enfim, muita coisa poderia ser feita.

Leandro.

OSR. LEANDRO AVELINO MARTINS (Por videoconferência) - Exatamente. Essa lei é a Lei 1473/2005, depois foi feito reformulação e tudo mais. Ela vai findar em 2032. O governo não tem interesse, já falou isso, não tem interesse em abdicar dessa arrecadação. Até certo ponto, eu concordo. Porém, nós precisamos, e o Hélio Dias está aí, o Edmar está aí, estamos construindo tudo isso para trazer um fundo garantidor do leite.

Nós precisamos fazer com que esse recurso seja aplicado na ponta. Que não seja igual aconteceu com o Fundo Proleite, em que foi-se amontoando recurso e, no final, não aplicou em nada e foi destinado para alguma coisa. Então, nós precisamos tomar partido, nesse sentido, para que isso, de fato, aconteça. Que não aconteça igual como aconteceu com o Fundo Proleite. O Edmar vai falar melhor. Obrigado.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigado, Leandro. Bom, não tem mais ninguém inscrito agora aqui. Nós podemos passar para outra pergunta ou ainda tinha mais alguém querendo contribuir?

O SR. LEANDRO AVELINO MARTINS (Por videoconferência) - O Edmar vai contribuir.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Edmar?

O SR. EDMAR GOMES PEREIRA (Por videoconferência) - Só fazer menção e deixar registrado que nós já protocolamos, inclusive na CPI, a lei que nós estamos propondo como entidade, que é o Fundo Garantidor do Leite. Nós usarmos esses recursos que são arrecadados com a importação de lácteos para poder criar esse fundo e assim mantermos o homem do campo no campo, tirarmos esse sobressalto que o mercado ora propõe.

Espero que todos os nossos deputados se assim o governo, porque, por causa de vício de iniciativa isso tem que vir do Poder Executivo. E nós estamos já pleiteando no Estado, através junto com o Hélio, junto com o pessoal para a gente conseguir com que essa lei seja proposta pelo Executivo. E queremos, antecipadamente, pedir ajuda de vocês, deputados, que não apenas validem, se assim o Executivo mandar, mas nos ajudem provocando o Executivo a aceitar e admitir essa proposição, essa lei que nós estamos propondo, para que o Estado de Rondônia tenha esse ineditismo de produzir uma lei que vai produzir esse colchão de proteção a toda a cadeia produtiva, indústria e produtor. Está bom? Muito obrigado.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, Edmar.

Eu acho que a gente já faz um compromisso aqui, porque a gente quer depois compartilhar esse trabalho com vocês. Até porque, às vezes, a gente vê o pessoal falando: "Ah, essa CPI não dá em nada." E, para a gente que leva as coisas a sério, a gente fica chateado, mas a gente compreende também, porque a gente já viu muita coisa não chegar a lugar nenhum. Mas a gente tem uma construção de muitas mãos aqui que tem nos ajudado. E aí nós vamos propor, para o final, uma Audiência Pública na qual nós vamos chamar o governo para a gente inclusive entregar em mãos.

Então, eu vou tentar articular o máximo com o Governador para que ele se faça presente. Se ele não puder, mas que mande alguém que tenha essa autonomia de dar uma resposta, para que a gente entregue um anteprojeto. Como a gente não tem essa autonomia, porque detém despesa, mas a gente fazer esse anteprojeto aqui, em nome dos parlamentares desta Casa — a gente pega inclusive a assinatura — e, nesse momento, a gente entrega.

A gente quer fazer esse momento o mais breve possível e a gente quer que vocês estejam junto, porque vocês são os atores principais. A gente vai deixar isso tudo organizado, está bem, Edmar? Para fazer a entrega dessa proposição que você já mandou. A gente vai entregar como anteprojeto da Assembleia, mas a gente vai entregar na mão de quem pode fazer isso se tornar realidade.

Agora não tem mais inscrito. Agora vamos para a próxima pergunta.

O SR. DANIEL MATIAS ASSIS – A próxima pergunta, nessa mesma linha, relacionada à questão do valor de referência. Então, eu prossigo. Eu vou fazer as duas perguntas de uma vez.

O Conselho reconhece que o preço serve apenas como um teto em épocas de alta e é amplamente ignorado no momento de pagamento real?

Os preços efetivamente pagos aos produtores são ditados pela livre concorrência ou são fixados pelos segmentos que detêm maior força de mercado?

Eu acho que essa pergunta, de certa forma, já foi respondida pelos conselheiros; mas se alguém quiser fazer alguma contribuição pertinente, relativa à pergunta, fica aberta.

Isso aqui está ficando gravado, está sendo transmitido. Podem expor, enquanto a deputada retorna. Teria que se inscrever, levantar a mão. Se quiser que eu repita a pergunta, também.

O SR. HÉLIO DIAS DE SOUZA (Por videoconferência) – Repete a pergunta.

O SR. DANIEL MATIAS ASSIS – O Conselho reconhece que o valor de referência serve apenas como um teto em épocas de alta e é amplamente ignorado no momento do pagamento real?

Os preços efetivamente pagos aos produtores são ditados pela livre concorrência ou são fixados pelos segmentos que detêm maior força de mercado, no mercado?

O SR. HÉLIO DIAS DE SOUZA (Por videoconferência) – Eu posso responder da minha visão pela Federação da Agricultura, a Faperon.

Como todo mês nós nos reunimos e temos a nossa consultoria técnica, que é da Universidade do Paraná, que recebe todo o volume de leite comercializado em Rondônia, as notas; e a gente confia que isso é o caminho, a metodologia que pode levantar essa capacidade de pagamento das indústrias. Mensalmente é feito esse modelo, esse formato, e a gente acompanha a comercialização que as indústrias de Rondônia fazem em todos os mix dos produtos lá fora e internamente; em cima disso, realmente vê-se a capacidade de cada produto, o que é que evoluiu de valores ou a mais ou a menos.

E isso é lei de mercado. Então eu acredito que é a lei de mercado que tem que predominar. É assim que funciona em todas as outras cadeias. E, na verdade, o Conseleite, aqui não é preço mínimo, não é... Apenas levanta a capacidade de pagamento em relação ao preço comercializado pelas indústrias. A matéria-prima é adquirida por força da capacidade levantada e comercializada no mês.

Então, eu vejo que não há nenhuma imposição, é questão de mercado. São vários fatores que juntos contribuem ou para abaixar o preço naquele mês, ou melhorar o preço do leite. É nesse sentido. É variável. É em função principalmente da oscilação de mercado, demanda e assim por diante; poder de compra da população, importação, são vários fatores que contribuem ou para a melhoria ou para piorar o preço do leite, de mercado, naquele mês.

Mas é bom lembrar que aqui é o valor de referência. O laticínio pode pagar a mais. Não pode pagar a menos, porque levantou a capacidade mínima de pagamento, que é essa que foi levantada, hoje, nas três esferas de referência da nossa resolução.

Dizer que a mais não tem limite. Se a indústria levantou que tem a capacidade mínima de pagar aquilo, se ela, para poder comprar mais, ser mais competitiva, a indústria fica em aberto para botar o preço que quiser pagar o produtor acima daquele nível levantado da capacidade de pagamento da indústria naquele mês.

Então esse é o nosso entendimento do "mensalmente", como a gente vê no Conseleite. É isso.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Correto. O Leandro está inscrito. Mas antes de passar para o Leandro, eu só vou fazer um alerta, está dando quase meio-dia e nós estamos no questionário 5; nós temos 14. Vocês teriam essa disponibilidade continuar às 14 horas, a turma que está aqui conosco, on-line? Porque aí nós finalizaríamos esse questionamento aqui, o 5, e voltaríamos às 14 horas.

Podemos contar com os senhores? A gente precisa

muito dessa força. Eu acho que está sendo muito produtivo mesmo. Eu estou gostando bastante dos encaminhamentos, enfim, das falas. Eu acho que está sendo muito positivo. Eu sei que é difícil para os senhores, mas se a gente puder contar com vocês às 14 horas, fica assim. Se vocês ficarem em silêncio, eu estou entendendo que está todo mundo concordando.

O SR. HÉLIO DIAS DE SOUZA (Por videoconferência) – Eu não tenho agenda para tarde. Eu gostaria de dizer que eu tenho reunião às 14:30 e não vai dar certo para mim. Eu fico até 1h hoje, se for preciso, aqui. Até 13 horas.

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA (Por videoconferência) – É, à tarde também eu não poderei. Eu tenho reunião marcada.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. Então vamos tentar dar uma agilizada aqui. Então, aqui, a maioria não... quantos que não têm condições de estar aqui no decorrer da tarde?

O SR. MANOEL CARLOS DANTAS (Por videoconferência) – Eu tenho problemas também de agenda.

OSR. TEÓFILO SANTANA DA SILVA (Por videoconferência) – Eu também não consigo, deputada. Até às 13 horas é possível.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - O Daniel vai tentar aqui ver os questionamentos que são de mais importância, para a gente então resumir e tentar já finalizar, está bom? Porque aí não vai ter como a gente fazer todos, mas ele vai dar uma olhada naquilo que é mais interessante para o processo aqui do trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito. A gente vai continuando.

Leandro, pode falar.

OSR. LEANDRO AVELINO MARTINS (Por videoconferência) – Relacionado àquilo que o Daniel falou, eu já fiz isso. E a gente, igual eu já mencionei também, que a gente, eu, enquanto produtor, enquanto conselheiro, ou seja, aquilo que eu represento, nunca foi, nunca serei contra as empresas de maneira alguma. E eu já denunciei isso lá na reunião do Conseleite, quando, em fevereiro do ano passado, as empresas, de modo geral, do Estado de Rondônia, elas fizeram este, entre aspas, “pré-acordo” em que uma não comprasse leite de outra.

Isso aí a gente sabe de várias palavras, de vários produtores, que eu mesmo, eu falo por mim, que já tentei negociar o meu leite com outras empresas, não foi possível. Ou de as próprias empresas dizerem: “Ah, eu não estou precisando comprar, não vou comprar.” Beleza, ok, tudo certo. Porém, sabemos que o leite é um produto perecível.

Então, se eu não tenho condições de vender para uma outra empresa, para um outro negociador, é um produto

perecível, eu vou perder esse produto. Correto? Correto. Perfeito.

Só que o que acontece com isso? Se houve e se há esse pré-acordo nesse sentido, se eu não posso vender o meu produto para uma outra empresa, o que acontece com isso?

Já tenho relato de produtores. Eu falo produtores meus aqui — eu tomo conta de 188 famílias aqui na minha região —, de produtores meus, em que o vizinho que entrega leite para outra empresa, seja qual for, que o comprador de leite não dá satisfação. Quando tem um problema, ele não dá o apoio necessário. Então você fica refém de um sistema. Ponto. Esse é um dos pontos que eu tenho debatido já faz muito tempo, desde fevereiro do ano passado. Primeiro ponto.

Segundo ponto, que eu também levei essa discussão para as reuniões do Conseleite é que, em dezembro do ano passado, as empresas apresentaram para os produtores uma tabela de pagamentos e de produção de cada produtor, que não está em concordância com aquilo que a metodologia do Conseleite traz, que é a precificação e o quantitativo de entrega de leite.

A metodologia do Conseleite diz que um produtor que entrega até 25 litros de leite, ele recebe o menor valor de referência. Ok. As empresas trouxeram a nomenclatura da seguinte maneira: “Até 100 litros de leite, o produtor recebe o menor valor de referência.” Isso está errado. Ou é um padrão, ou é um sistema, ou é outro.

Nós temos que obedecer ao sistema. Se não houver condições de obedecer ao sistema, tem que haver lei para que isso seja cumprido. Correto? Foi o ponto que foi comentado com os produtores, com alguns de vocês aí, com relação à questão dos produtores sendo massacrados, com relação a essa diferença.

Então, assim, as empresas de laticínios lançaram isso em dezembro do ano passado, e os produtores ficaram à mercê: “Opa, a empresa A, que eu vendo leite, eu não aceito essa nomenclatura. Eu tenho que receber o que eu entrego. Se eu entrego 50, 70 litros de leite, eu tenho que receber o valor do leite padrão da minha nota de leite.” Ok. “Ah, eu não estou contente. Eu tenho que sair dessa empresa e vou para outra. Só que, porém, a outra não compra o meu leite.”

A fala que trouxe para mim foi o seguinte: “Olha, eu não posso comprar o seu leite porque você entrega para a empresa A.” E produtores, de modo geral, dentro do Estado, sempre falam isso. Isso é uma verdade. Talvez outras pessoas vão trazer outra fala nesse sentido.

Então a gente tem que trazer para nós, para os produtores, este parâmetro: para que os produtores possam trabalhar de maneira satisfatória.

Não existe essa: “Ah, eu vou pagar para você isso que eu acho que é importante.” Não existe isso. “Eu vou trazer uma metodologia, um modelo da região Sul, Sudeste, Centro-Oeste.” Nós não estamos lá no Paraná. Certo? Então nós precisamos entender tudo isso dentro dessa CPI, para que as pessoas, os produtores, possam de fato ser valorizados. Infelizmente, é o que nós não estamos vendo. Obrigado.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Obrigada, Leandro.

Agora nós temos o professor Otacílio, que está inscrito.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO (Por videoconferência) – Deputada é só assim, porque eu não sei se essa reunião vai continuar pela tarde. Tem um pessoal da UNIR que ficou de ser ouvido.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Não vai.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO (Por videoconferência) – Não vai, não é? Não seria hoje à tarde, então? Só para alertar porque a reitora tem interesse em participar, aí eu já reagendo com ela, está bom?

SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Está. O Conceleite que, no caso, a gente vai já concluir agora. Nós teremos outros que serão ouvidos à tarde, inclusive a universidade. Mas como Conceleite a gente vai finalizar porque alguns membros não poderão estar na parte da tarde com a gente.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO (Por videoconferência) – Está bom. Ok. Somente isso.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Obrigado. Vamos passar para próxima pergunta.

O SR. DANIEL MATIAS ASSIS – Deputada, aproveitando o ensejo, considerando que a senhora mencionou a questão da seriedade da CPI e como os trabalhos têm conduzido para se chegar a um resultado, é importante aqui dizer para os conselheiros que esta Comissão conta com um apoio técnico e de um grupo de pesquisa coordenado pelo Professor Otacílio, da Universidade Federal de Rondônia, a UNIR, e lá eles fazem análises de economia, análises econométricas, para ver um determinado comportamento de mercado a partir de dados, a partir de uma ciência da econometria.

Então, eles têm dado esse subsídio técnico para os trabalhos da Comissão. Inclusive, muitas coisas a gente tem tido a oportunidade de levantar. Por exemplo, o preço pago ao produtor nos últimos anos, ele tem despencado, enquanto, por exemplo, o queijo muçarela e derivados permanecem em alta.

O que foi possível demonstrar, inclusive através de audiência aqui com a Sefin, que essa inflação, foi suportada pelos produtores rurais. Daí a necessidade, talvez, de uma medida econômica precisamente para essa questão, para corrigir algumas distorções de mercado.

Então, todos os pontos aqui que estão sendo levantados, eles serão relevantes para que essa Comissão, o que os deputados, juntamente com a equipe técnica, aqui presidida pela Deputada Cláudia de Jesus, chegue a um trabalho, inclusive com o subsídio de um trabalho científico e técnico da universidade, que está auxiliando

aqui os trabalhos.

Então, tudo aqui, todas as perguntas são levantadas, são feitas para uma finalidade, todos os dados aqui serão levantados para se chegar a um resultado, demonstrando o que a deputada falou, da seriedade dessa CPI.

Não se trata de uma caça às bruxas, não é a CPI do cartel dos laticínios, não. O que se busca é levantar os dados com precisão, com fidedignidade, digamos assim, para que ao final seja pontuado tecnicamente e feitas as alterações necessárias dentro do segmento da cadeia produtiva do leite.

E, seguindo então aqui no próximo questionamento, eu vou pinçar alguns questionamentos para que a gente consiga concluir nos próximos minutos aqui. Eu vou fazer a pergunta de forma direta, e eu acho que a resposta pode ser um pouco mais objetiva, para que a gente consiga concluir aqui, até nos próximos minutos, esta Audiência.

Nas discussões do Conselho, tem conhecimento sobre diferenciação nos preços pagos aos produtores? Há discriminação baseada puramente na localização, qualidade das estradas, volume ofertado ou fidelidade, ou as variações traduzem-se em bonificações legítimas de qualidade, como gordura, proteína, CBT, e porte ou registro, SIM (Serviço de Inspeção Municipal), SIE (Serviço de Inspeção Estadual), SIF (Serviço de Inspeção Federal), dos laticínios?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Compreenderam ou gostariam que ele faça novamente o questionamento? Acho que é importante você fazer novamente.

O SR. DANIEL MATIAS ASSIS – Eu vou fazer novamente, alguém pode se manifestar, abrir o microfone e se manifestar, mas eu vou...

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Ele vai fazer novamente aqui e a gente dá continuidade.

O SR. DANIEL MATIAS ASSIS – São duas perguntas. A primeira: nas discussões do Conselho, tem conhecimento sobre diferenciação nos preços pagos aos produtores? E, seguindo, há discriminação baseada puramente na localização, qualidade das estradas, volume ofertado ou fidelidade, ou as variações traduzem-se em bonificações legítimas de qualidade, aqui eu cito gordura, proteína, CBT, e porte e registro dos laticínios?

O SR. HÉLIO DIAS DE SOUZA (Por videoconferência) – Olha, eu vou dar minha opinião, mas seria importante depois o Edmar que tem experiência, e o próprio senhor Alessandro, o que tem laticínio, ele se manifestasse o formato de como eles adotam, como um pequeno laticínio.

Mas lá na minha região, não sei porque eu sou produtor de leite, mas moro na beira do asfalto, a cada 2, 3 dias o caminhão vai lá e pega do nosso tanque, entendeu? Pega meu, do meu funcionário e dos meus dois vizinhos

que abastecem o tanque.

Então, a periodicidade, ela é 2 em 2 dias vai lá pegar, ou 3 dias, não tem problema. Agora, a gente sabe que a pequena produção muitas vezes acaba que está muito longe, no interior dos municípios de Rondônia, que não são perto. Essa questão da logística tem um custo.

Agora, quanto isso custa para a indústria, a indústria que deveria nos colocar, nos abordar, se tem alguma dificuldade, se essa precificação da logística influencia muito ou não. Mas esse modelo de transporte de leite isso é há muitos anos em Rondônia, a gente sabe da dificuldade, as estradas ruins de Rondônia. Então, tem toda uma análise muito mais profunda dessa situação.

Agora, quanto à questão da qualidade do leite, o próprio laticínio deve ter um modelo que ele adota para poder saber se o leite é ruim, é médio ou é bom. Só pelo tamanho do produtor, pelo volume, ou ele tem alguma análise que é feita diariamente? Eu desconheço, como produtor e como presidente da Federação. Não sei o formato e também nunca me ative a essa observação.

Então, seria importante que o próprio laticínio, o Carlinho, o Edmar, que têm mais conhecimento, pudesse até nos orientar. É isso.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Obrigado, Hélio.
Agora, Edmar, está escrito.

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA (Por videoconferência) – A diferença de pagamento de preço já está precificada no próprio relatório do Conseleite.

Quando ele lança a precificação do leite, já está lá: até 25, de 25 a 100 e acima. Então, menor valor, valor de referência; maior valor, valor de referência. Então, essa diferença já está precificada na resolução do Conseleite. A segunda é sobre a qualidade do leite. Como nós não temos laboratório, não tem como pagar a qualidade de leite. Inclusive, como bem disse o Leandro e o pessoal do laticínio que está aí, a nossa resolução de Conseleite hoje está fora do regramento de quantidade máxima de CCS.

Nós precisamos rever. Amanhã nós teremos reunião, inclusive, e uma das coisas que a gente tem que conversar amanhã, como Câmara Técnica, é nós adequarmos a nossa resolução dentro dos parâmetros técnicos hoje das Normativas nº 51, nº 76 e nº 77. Nós não podemos deixar uma resolução nossa do Conseleite fora do regramento máximo permitido.

Então, isso aí já está precificado, viu, amigão? Conforme a sua pergunta, existe a diferenciação de preço por volume, por volumetria. Qualidade não tem.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Correto. Mais alguém? Vamos passar para o próximo questionamento.

O SR. ALESSANDRO SABINO RODRIGUES (Por videoconferência) – Deixa eu falar aqui, Deputada.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Alessandro. Sim, Alessandro, pode falar.

O SR. ALESSANDRO SABINO RODRIGUES (Por videoconferência) – Como o Hélio citou o meu nome. Todo laticínio tem um laboratório interno dele, com condições para analisar o leite que chega à sua plataforma. Isso é informado para a rastreabilidade do produto acabado.

Então, pensa bem. Questão de frete... Eu tenho uma distância aqui, no máximo, de 600 quilômetros, mas tem indústria aqui que tem muito mais distância de leite do que eu. E a gente não repassa isso para o produtor, essa questão. Até estava falando com o Edmar, no privado. Na época da seca, agora, a nossa capacidade de um caminhão de 10 mil litros chega com 40%. E o custo vai lá para cima. Ou, às vezes, chega até com menos.

Já chegou um caminhão aqui com 35% da capacidade. Onera o frete, e eu, pelo menos, não repasso para o produtor. A gente fica com esse custo nas costas, com o frete. E, se o diesel sobe lá na bomba, o carreteiro, coitado, também está sacrificado. Ele vem para cima da gente querendo aumentar o quilômetro corrido do caminhão dele.

Mas, a questão da qualidade. Todo laticínio tem um laboratório interno para fazer a análise da qualidade, até mesmo para direcionar o produto, de que maneira vai fazer o seu queijo muçarela. Claro que tem laticínio que tem outro portfólio maior. Eu só tenho muçarela.

Então, diante disso, a gente vai determinar coalhação e a fermentação para fazer um queijo minimamente de qualidade. E tem até um velho ditado que é: "Muçarela não precisa de queijo de qualidade." Mas, assim, se o produtor não capricha na ponta, essa renda nossa, que vai de 9,2, 9,3, passa de 10 litros para fazer um queijo de queijo. Consequentemente, é outro custo para a indústria, que vai lá para cima.

Eu poderia fazer com 9, estou fazendo com 10. No fritar dos ovos, no final do mês, você não sabe o rombo que dá isso. Dá um rombo muito grande para a indústria.

Aí você faz um queijo e manda para São Paulo. Os grandes atacadistas, compradores de São Paulo, estão lá de boca aberta querendo matar os laticínios do Norte. Porque, se eu não quiser vender, outro vai lá e vende, pelo preço que ele quer comprar.

Quando eu falei de porteira para dentro, porque eu tenho que economizar de porteira para dentro. Agora, como é que você economiza dentro de uma planta em que tudo é prioridade? Não existe deixar alguma coisa para trás.

Vamos pagar o leite como prioridade. Tá, chegou o leite. Você vai ter que ter lenha para colocar na caldeira para fazer todo o trabalho. E onde é que está tendo lenha hoje? "Ah, depois da lenha, então tá bom." Vamos pagar a nossa energia, caríssima nossa energia. Caríssima, nossa energia. Nós produzimos energia e exportamos energia. Deixa de pagar a energia para você ver. Você não vai fabricar o leite que chegou do produtor.

Depois da energia, vão colocar o imposto do governo, municipal, estadual e federal. Quem é sócio, chega até 60%, 65% do que a gente fatura. Então, pensa bem. Não é fácil tocar um comércio, principalmente uma indústria de transformação.

Ah, então está bom. E o funcionário? Deixa de pagar o funcionário. Por eu não saber, deputada, há uns 6 meses atrás eu não contava o sábado como dia útil. Um funcionário jogou na minha cara: "O sábado é contado como dia útil". Eu atrasei 1 dia, fizeram reunião. Eu não sabia que o sábado era contado como dia útil. Eu tive que adequar minha Folha de Pagamento dos funcionários. Um dia de sábado. Eu não sabia disso há uns 6 meses atrás.

Embalagem primária. Onde é que nós estamos buscando embalagem? Nossa, é dificultoso. Você tem que colocar em uma programação de, no mínimo, 6 meses para conseguir uma embalagem.

Então, assim, a cadeia produtiva do leite, deputada, eu, Alessandro, acredito que é a maior cadeia que distribui renda no Estado de Rondônia. Nos 52 municípios tem produtor de leite, mas é a mais desvalorizada. Concentra no café, no peixe, na soja, no milho, no boi gordo. Mas todas essas atividades são grandes produtores que o dinheiro não vem de fora, fica aqui. O dinheiro fica lá onde estão os donos.

Agora, o produtor e a indústria produzem aqui, a indústria vende para fora e o dinheiro vem de São Paulo, do Rio, do Mato Grosso, de Manaus, de Roraima e cai dentro de Rondônia. Que atividade é essa que distribui renda em todos os 52 municípios e não é valorizada? Só querem saber de imposto, imposto, imposto. Não é assim.

Eu não posso matar minha galinha de ovos de ouro, como o Estado não deve matar a galinha. Mas não estou reclamando do Estado, não. Eu tenho que fazer a minha parte da porteira para dentro. É mais ou menos isso, Hélio. Você queria ouvir? É mais ou menos isso.

O SR. HÉLIO DIAS DE SOUZA (Por videoconferência) – É isso aí. Obrigado. Deu uma aula para nós.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Obrigado, senhor Alessandro. Leandro.

O SR. LEANDRO AVELINO MARTINS (Por videoconferência) – Vou aproveitar o Alessandro falando aí - me diz uma coisa -, eu admiro a sua empresa pela questão qualidade que você tem trabalhado e já faz muito tempo. Eu fui uma vez em uma Rondônia Rural Show, uma das primeiras, visitei um estande ao qual vocês estavam, e eu achei aquilo lá incrível.

Uma pergunta: você, por ventura, em um período de pelo menos 90 dias, você conseguiria receber um leite com células somáticas de 750.000 células somáticas de CBT e CCS?

O SR. ALESSANDRO SABINO RODRIGUES (Por videoconferência) – Leandro, é uma pergunta complicada de responder, porque nós temos parceiros aqui de compra. Eu não falo concorrente, é parceiro de compra. Eu não considero que eu tenho concorrente na compra de leite. Mas se nós levarmos, nós indústrias, levamos à risca essas 750.000 células somáticas no Estado de Rondônia, a gente não coleta 30% do leite.

Isso é realidade.

Agora, as indústrias, eu vou falar para vocês. Deputada, desculpa a minha palavra. As indústrias rebolam mais do que a loira do Tchan 10 vezes, para ficar na atividade. Eu falo isso com propriedade, porque eu não tenho receita fora do muro do laticínio. Eu só tenho receita dentro do laticínio. Então, nós temos que rebolar com isso, cara. Fiscalização que multa.

Já imaginou eu pegar o teu leite e juntar 10 mil, 15 mil litros de leite, chegar na nossa planta ter um fiscal lá, o leite está fora, e ele fala assim: "O que você vai fazer com esse leite?" A multa, fica mais barato pagar a multa e jogar o leite fora, do que jogar o leite para dentro da indústria. E isso o produtor não sabe. Quinze mil litros de leite hoje é, no mínimo, no mínimo, no mínimo, no mínimo, R\$ 70 mil. Mas a multa, às vezes, é mais do que isso. Dependendo da gravidade, é mais do que isso. Então, vão jogar o leite fora. E joga o leite fora. Chega a chorar. O industrial chega a chorar vendo aquele leite só porque está acima da temperatura de 7º graus. Porque as INs (Instruções Normativas) foram feitas para o Sul, que é frio. Rondônia é quente. E nossa energia ainda oscila. Os tanques vêm todos do sul. Não tem fábrica de tanque de resfriamento aqui em Rondônia. E aí poderia colocar um aparelho mais potente.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Alessandro, só me tira uma dúvida, desculpa interromper o senhor. Esse detalhe que o senhor está falando, como é uma questão muito técnica, eu não compreendo. Mas é uma legislação que é aplicada no Sul e que também coloca Rondônia no mesmo patamar, e isso tem prejudicado? É isso? Só para a gente entender.

O SR. LEANDRO AVELINO MARTINS (Por videoconferência) – É a mesma legislação. Exatamente. Mesma legislação.

O SR. ALESSANDRO SABINO RODRIGUES (Por videoconferência) – Essa legislação, deputada, é a nível federal. E quem fez ela fica no ar-condicionado a 20º graus. Às vezes ele até aumenta para esquentar a sala, porque lá é frio. E nós temos que ligar o nosso ar-condicionado aqui no 20ºC para tentar ficar ameno. Mas aí você coloca um tanquinho lá, o tanquinho consegue gelar. Tira do tanquinho e bota no caminhão.

O caminhão não tem resfriador, ele só é isotérmico. Ele só conserva, mas conserva subindo a temperatura, nunca descendo. E, para dizer para a senhora, eu já rebolei para embolar um trem aqui para refrigerar o leite dentro do caminhão. Você entendeu? Mas eu não consigo. Então assim, são umas IN que deveriam ser feitas por regiões, mas o fiscal do MAPA...

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Teria uma sugestão técnica hoje aqui para Rondônia, para a nossa região Norte? Eu não sei se eles têm trabalhado isso em um contexto geral, no caso, o MAPA?

O SR. ALESSANDRO SABINO RODRIGUES (Por videoconferência) – Geral. Geral.

O SR. LEANDRO AVELINO MARTINS (Por videoconferência) – Deputada...?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Mas teria alguma proposta nesse sentido, Alessandro?
Só um pouquinho, Leandro, já vou te ouvir.

O SR. ALESSANDRO SABINO RODRIGUES (Por videoconferência) – Proposta tem, deputada, o problema é conseguir. Porque, se essa proposta de 7 graus, se essa IN de 7 graus subisse para 10, 12 graus, resolvia o nosso problema. Porque, às vezes, nós vamos lá no tanque do produtor e fazemos os nossos controladores dos tanques ficarem até 4 graus. Aí quando o produtor tira pouco leite, o leite congela. Porque é pouco leite, a pá não pega, como o Carlinhos falou. Aí ele congela. Não pega, porque está congelado e estraga a qualidade do leite. E nós temos que aumentar a temperatura do tanque, e aí não chega com 7 graus.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Os fiscais, hoje, do MAPA, isso já foi passado a eles, essa fala do senhor? O que o senhor está dizendo aqui? Eles são conhecedores dessa situação?

O SR. ALESSANDRO SABINO RODRIGUES (Por videoconferência) – Mas assim, eles: “Estou cumprindo o meu dever. A instrução é assim, assim, assado”. Apesar de que eu tenho que deixar bem claro aqui, deputada, que eu não estou mais com fiscalização do MAPA. Eu não aguentei. Eu fui para o SISBI (Sistema Brasileiro de Inspeção).

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Entendi. Não, o questionamento é porque às vezes é uma coisa que nós também podemos pedir um estudo técnico mediante a situação de Rondônia. Nós temos uma bancada federal que é para isso também. Eu acho que se trata de uma questão que precisa ter esse olhar técnico.
Sim, Leandro.

O SR. LEANDRO AVELINO MARTINS (Por videoconferência) – No ano passado nós promovemos o primeiro fórum através da APROM (Associação dos Pecuaristas de Rondônia), lá em Porto Velho. E eu participei. Nós estávamos lá com vários representantes, inclusive do MAPA, vários representantes. E um dos pontos que eu mencionei foi esse: que o Estado de Rondônia não é uma ilha, é claro. Porém, a dinâmica do Estado era totalmente diferente.

Por que eu perguntei para o Alessandro se ele receberia o leite durante esses 90 dias, um leite com CCS 750 mil células somáticas? Porque está fora do Ministério da Agricultura. Então, a metodologia do Conseleite e aquilo que o Conseleite traz naquele formato está fora do padrão. Não existe aquilo lá. E os laticínios também não vão receber.

E um outro ponto que é preocupante para mim, eu falo porque o meu sogro foi fiscal do laticínio, do SIF, durante 20 anos, e eu acompanhei um pouco do trabalho dele, porque eu o ajudava, até 2019.

Então, o que acontece? Qual é a minha preocupação? As empresas de laticínios, hoje, estão saindo do SIF —, e o Alessandro não está errado nisso, por causa dessa dificuldade —, porém, quando vai para o SISBI, vai para outras instâncias de fiscalização. A Idaron, no Estado de Rondônia, é muito capacitada, mas ela não tem condições de fiscalizar.

Então, há uma preocupação muito grande quanto a isso. A gente precisa melhorar, é claro, só que a gente, muitas vezes, vai pensar em mudar a lei dentro do Estado para o próprio Estado, igual o Alessandro disse, com a temperatura do tanque de até 7 graus, 10 graus ou 12 graus, porém, a gente vai estar talvez retrocedendo, no sentido de uma qualidade do leite mais inferior ainda.

Eu acho que nós temos que buscar mecanismos para conseguir equilibrar tudo isso. Até certo ponto as empresas estão certas em poder sair do SIF, porque é inconcebível o jeito que eles fazem; porém, há uma preocupação também quando sai do SIF para o SISBI; e a Idaron tem que fiscalizar e não tem essa capacidade e competência de fiscalizar. É uma preocupação que eu tenho também.

O SR. ALESSANDRO SABINO RODRIGUES (Por videoconferência) – Um grande detalhe, Leandro, eu estive lá no SIF e agora... Eu estava no SIA, fui para o SIF; do SIF eu fui para o SISBI, agora.

Tem fiscal do SISBI que é brando, mas tem uma remessa de fiscais, novos — não é nem fiscal, é um técnico — e eles não querem conversar.

Já do Idaron, deputada, pelo menos aceita ouvir. Eles são enérgicos, fiscalizam, apontam onde é que está errado; falam para a gente o que tem que consertar; mas eles ouvem a dificuldade da cadeia; sabem o que está passando e a gente fica mais confortável diante da fiscalização.

Então, assim, eu quero dizer, na pergunta do Leandro, é complicado a gente responder isso, porque o leite de Rondônia, com temperatura alta, os tanques às vezes não dão certo, não estão gelados. Chega na fábrica depois, temperatura alta, e com essas altas, altas qualidades aí, o certo é não receber.

Só que se nós fizer isso, Leandro, aí que vocês vão chorar. Aí vocês vão chorar mesmo. Que aí não é 70% o problema da **(ininteligível)**, é 80%. Então aí não vai ter leite na fábrica também. E aí o que você vai fazer com esse leite? Vai dar para porco? Vai dar para cachorro? Vai dar para o boi de engordar? Então pensa bem, aí é uma cadeia que vai retroceder.

O SR. LEANDRO AVELINO MARTINS (Por videoconferência) – Vamos avançar, deputada.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. Podemos prosseguir, não é? Próximo, Daniel.

O SR. DANIEL MATIAS ASSIS – Eu vou fazer uma pergunta aqui, é bem objetiva também. O Conselho teve conhecimento formal ou debateu em suas reuniões a existência de acordo de divisão de mercado, retaliações logísticas, ou reuniões bilaterais entre indústrias, fora do Conseleite, para fixar preços e outros acordos? Isso chegou ao conhecimento do Conseleite? O Conseleite discutiu algo relacionado a isso?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Leandro, está inscrito.

O SR. LEANDRO AVELINO MARTINS (Por videoconferência) – Eu, eu não vou ser hipócrita de ficar calado e não dizer, não é? Os membros do Conseleite estão aí, os representantes dos laticínios. Eu, por quatro vezes, fiz isso nas reuniões de Conseleite, mencionei tudo isso, toda essa questão, e até mencionei, e por isso que a CPI está aí, nessa questão de cartelização. A gente precisa trazer o equilíbrio, porque os produtores vão morrer. Sim, eu, particularmente, eu trouxe por quatro vezes e mencionei tudo isso na reunião do Conseleite.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - No caso, você teve conhecimento de situações como essa, de reuniões à parte, sobre essa combinação?

O SR. LEANDRO AVELINO MARTINS (Por videoconferência) – Não. A reunião deles é natural. Eles têm que fazer. É o que eu sempre falo: as empresas de laticínios, elas vão jogar com as cartas delas. E eu, quem sou eu para dizer que eu estou errado nisso? O Alessandro está falando da dificuldade deles. Então eles têm que jogar com as cartas deles. Só que, nós temos que buscar, da nossa parte, fazer com que haja esse equilíbrio.

É por isso que nós estamos buscando essa interação há todo tempo. O Presidente Hélio dias está aí, o Carlinhos está aí, a gente sempre tem debatido sobre isso, e a gente tem que buscar o equilíbrio nesse sentido. O que eles estão fazendo da parte deles, aí quem é que vai dizer é a CPI, se está fazendo certo ou não. Só que reunião entre eles, natural, eles vão ter que se reunir mesmo, aí.

O Sindileite é uma instituição. Então eles têm que se reunir, é natural, faz parte. Agora, a nossa parte, a gente tem que discutir, entrar nessa discussão.

O SR. DANIEL MATIAS ASSIS – Mas a pergunta é no seguinte sentido: se o Conseleite, a diretoria, teve conhecimento formal, debateu nas reuniões que faz, a existência, se debateu a respeito da existência de acordo de divisão de mercado, de retaliações logísticas, ou reuniões bilaterais fora da... ou seja, reuniões bilaterais da indústria fora do Conselho, para fixação de preço e outros acordos? Se o Conselho chegou a deliberar, a discutir sobre isso? Se isso foi pauta de alguma reunião. Senhor Fernando, Jaime já pediu a palavra, deputada.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Leandro, só um pouquinho. O Leandro ainda quer complementar mais alguma coisa, Leandro?

O SR. LEANDRO AVELINO MARTINS (Por videoconferência) – Não, não. Pode continuar.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Jaime. Jaime está inscrito agora.

O SR. JAIME SABINO SOUZA FILHO (Por videoconferência) – Em relação a esse tipo, o Daniel, da sua pergunta, isso não acontece, pelo fato de, como o Leandro disse, às vezes ele está se defendendo em relação aos produtores. Porém, assim, toda reunião que o sindicato ou a comissão do Conseleite se reúne é para fazer tratativa para trazer melhoria dentro da atividade. Agora, se houve isso, eu não tenho conhecimento do assunto, entendeu?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto. Hélio está inscrito?

O SR. HÉLIO DIAS DE SOUZA (Por videoconferência) – Estou. O Leandro já trouxe. É bom que seja colocado aqui na reunião que o Leandro já trouxe, eu lembro, em algumas reuniões mensais, sobre o fato de alguns laticínios, um não comprar o leite do outro. O cara quer sair daquele laticínio e ir para o outro. Isso aí se chama competitividade.

Então, Leandro, eu lembro que já citou em algumas vezes que é comum acontecer isso em alguns municípios de Rondônia. Eu gostaria, Leandro, que você fosse mais claro aqui na sua colocação, já que você colocou lá, você coloque aqui também, porque nós estamos para dirimir os problemas e não é para jogar para debaixo do tapete, não.

E a outra questão, eu acho, inclusive, os laticínios têm suas armas, seu formato. Quando o leite diminui, é por várias razões, cada qual tem seu formato de comprar leite — não é? — e suas estratégias. Mas tem estratégia que muitas vezes pode coibir ou reduzir a competitividade. Isso não é bom para o setor.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Exato.

O SR. HÉLIO DIAS DE SOUZA (Por videoconferência) – Leandro, você vai falar?

O SR. LEANDRO AVELINO MARTINS (Por videoconferência) – Vou falar. Posso falar?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Sim.

OSR. LEANDRO AVELINO MARTINS (Por videoconferência) – Exatamente. O que o Presidente Hélio disse e trouxe essa fala, é justamente o que eu trouxe nas reuniões do Conseleite. Por quatro vezes, disse por quatro vezes nas reuniões do Conseleite, reuniões distintas, que havia um

cartel dentro do Estado de Rondônia. Eu disse com essas palavras. Por quê? Volto a ser repetitivo: em fevereiro do ano passado os produtores iniciaram as falas deles, com relação à questão das empresas terem feito esse acordo, certo, para uma não comprar o leite da outra. E isto foi acontecendo mensalmente, foi acontecendo.

Em dezembro do ano passado, novamente aconteceu esta mesma tratativa, em que as empresas entraram num acordo e fizeram um tabelamento do preço no Estado de Rondônia, onde lançaram para os produtores no Estado, a tabela: produtor que produz até 100 litros de leite receberia o menor valor do Conseleite do Estado de Rondônia; produtor que produziu de 101 litros de leite até 200 litros de leite receberia o valor padrão do Conseleite do Estado de Rondônia; produtor que produzia e entregava leite acima de 200 litros de leite iria receber o valor maior do Conseleite.

Porém, está errado: eles não podem fazer isso. Por quê? Está fora do padrão. A reunião do Conseleite existe, o Conseleite existe para trazer um parâmetro, um padrão. Se não andar neste padrão, se não for para favorecer o produtor, não tem como acontecer isso, não tem como permanecer isso. E várias vezes eu denunciei isso dentro da reunião do Conseleite.

Se isso aconteceu entre comum acordo, não posso dizer que estava, porque eu não estava na reunião com eles. Porém, todavia, todos os produtores que eu conheço, todos eles trouxeram esta fala em que eu não poderia tirar o meu leite e vender para um outro laticínio, porque o outro laticínio fala assim: "Você entrega leite para quem?" "Fulano." "Eu não posso comprar leite de fulano, sicrano, beltrano." Infelizmente, essa é a realidade. E eu vivo essa realidade.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto, Leandro. Alessandro? Hélio, não está escrito não, não é, Hélio? Está com a mãozinha levantada. Alessandro?

O SR. ALESSANDRO SABINO RODRIGUES (Por videoconferência) - Leandro, vamos falar assim: eu sou muito prático com minhas coisas. Dá um "pulinho" aqui no meu laticínio. Você vai ver o tanto de tanque que estava instalado, e eu tive que recolher.

Só essas são as minhas palavras: estavam instalados, produtores até pequenos, produtor médio, e estão no pátio. Então, pensa bem: essa prática, pode até ter tido comentário, de produtor para lá e para cá, mas tem que ver o pé da rama. Não vai na ponta da rama, vai no pé, onde está a batata.

Eu faço questão que você venha no meu pátio, no meu laticínio, ver o tanto de tanque que estava instalado, que agora está no pátio, que alguma fábrica pegou o leite de A, de B e de C. É a lei do comércio. Não existe isso. Quem puder mais, chora menos. É assim que eu vejo. É a mesma coisa do preço do leite. É a lei da oferta e da procura. Não tem, não tem ninguém na face da Terra que muda a lei da oferta e da procura, a não ser que tenha dinheiro sujo no negócio.

Então, eu convido, deputada, tanto a senhora quanto o Leandro, para virem no meu pátio, no meu pátio, ver o tanto de tanque que estava instalado e que está hoje no pátio do laticínio estragando. E você sabe que quando uma peça para, ela estraga.

Pode vir, não tenho receio e não vou manipular. Você vai ver que a chuva, que a poeira está ali, naqueles tanques. Não vou limpar eles para vocês verem. Não tenho essa capacidade de fazer isso.

OSR. LEANDRO AVELINO MARTINS (Por videoconferência) – Alessandro, a realidade não é só sua, eu acredito que são de várias empresas, e quase todas as empresas do Estado de Rondônia, visto que os próprios relatórios nos mostram que 10% dos produtores saíram da atividade. Isso é um ponto.

Agora, com relação ao que o senhor disse, que vai na "batata" do problema, eu falo porque eu vivi isso. Então, se eu vivi isso, eu posso dizer com propriedade que a "batata" do problema eu vivi, eu posso dizer que isto aconteceu.

O SR. ALESSANDRO SABINO RODRIGUES (Por videoconferência) - Eu posso te falar que no Conseleite, eu tenho anotado aqui, o Conseleite, no mês 2, não... no mês 1, o professor falou que fechou duas fábricas em Rondônia. E uma destas duas fábricas fechou com 150 mil litros de leite.

Para onde é que foi esse leite? Não é da minha região. Você sabe onde é que é. Onde está esse leite? Fábrica que fechou com 150 mil litros de leite.

O SR. LEANDRO AVELINO MARTINS (Por videoconferência) – Como eu disse, as falas não foram das empresas comprar leite, posso dizer com essa fala, comprar leite "defunto", não é isso que acontece. O que é a nossa fala, a fala dos produtores é que se eu tiver que vender leite para empresa A, B ou C, isso infelizmente não acontece. Não tem acontecido, pode ser que aconteça a partir de agora, com a CPI. Antes, infelizmente não estava acontecendo. Porque eu vivo isso na pele diariamente.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Leandro, até hoje isso tem acontecido ainda? Essa prática de "olha, eu estou vendendo para o laticínio A, e quero vender para o B", de não ter esse aceite, de pegar minha produção de leite?

O SR. LEANDRO AVELINO MARTINS (Por videoconferência) – Sim, sim. Eu falo com naturalidade, porque eu vivo isso.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Você hoje representa uma associação, não é?

O SR. LEANDRO AVELINO MARTINS (Por videoconferência) – Exatamente.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Isso acontece em torno de todos os seus associados de vocês?

O SR. LEANDRO AVELINO MARTINS (Por videoconferência) – Com todos os meus associados. Inclusive, no mês passado, com alguns dos meus associados, eu pedi, para que eles pudessem fazer essa investida, e não teve êxito. Foi assim: "Pode sair, pode buscar outra empresa particular. Você sai da associação, pode ir." Infelizmente, eles não tiveram êxito. Nenhum deles.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Correto. Vamos agora para o próximo questionamento. Nós temos ainda dois questionamentos. Já estamos concluindo, pessoal? Sei que está todo mundo com fome, mas já estamos finalizando.

O SR. DANIEL MATIAS ASSIS – A pergunta vai ao Conselho. O Conselho monitora a pressão que os supermercados exercem sobre os laticínios? Como explica, tecnicamente, que o preço pago ao produtor desabe, enquanto o preço do queijo muçarela e derivados no varejo permanece estável ou em alta? Para onde vai essa margem? Então, a pergunta é se o Conselho, em suma, monitora talvez uma concentração de margem em prol de algum segmento, considerando, por exemplo, que o queijo muçarela e os derivados permanecem estáveis ou em alta e, o preço pago ao produtor desabe. Esse é o questionamento. Vou pedir a gentileza de que, se possível, ser respondido dentro do próprio questionamento, sem fugir da pergunta.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Nós temos três... Dois, agora, inscritos. Edmar estava inscrito?

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA (Por videoconferência) – Três, com Edmar.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Edmar está inscrito? Retirou a mãozinha?

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA (Por videoconferência) – Eu vou falar.

O SR. LEANDRO AVELINO MARTINS (Por videoconferência) – Eu sou o primeiro.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Edmar está inscrito, é isso?

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA (Por videoconferência) – Isso. Estou inscrito.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Ah, então está, Edmar. Beleza, é contigo.

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA (Por videoconferência) – Eu estou compondo o Conselho neste ano. Então, desde o início do ano da minha atuação até agora, a gente não faz nenhum tipo de monitoramento do mercado de varejo.

Não tem como explicar isso, porque vivemos, no Brasil, a livre iniciativa e livre concorrência. Então, não tem como monitorar isso.

Seguramente, a maior margem vai ficar lá na ponta do comércio. É normal, porque eles não vão repassar 100% dessa diferença de preço que existe entre o que eles pagam para a indústria e o que eles vendem para o consumo.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Correto. Carlinhos, da Fetagro.

O SR. MANOEL CARLOS DANTAS (Por videoconferência) – A mesma linha de raciocínio do Edmar, nós não temos nem como fazer esse monitoramento.

Quando solicitamos a participação, inclusive, da Fecomércio e do sindicato do comércio, era para a gente ter uma aproximação. Mas, infelizmente, a gente não tem essa aproximação.

Por outro lado, as regras são ditadas pelo mercado. E o nosso leite aqui em Rondônia, mesmo que nós quiséssemos monitorar, grande parte da nossa produção vai para o Centro-Sul, para outros Estados do Centro-Sul. Então, depende muito do mercado de lá. A gente sofre muito aqui.

Só temos que ver o que a gente apanha aqui, enquanto conselheiros, porque aumenta-se a produção lá no Sul, Centro-Oeste e no Sudeste, o preço baixa e a gente sofre aqui as consequências, porque a gente escoar a nossa produção para lá.

É um livre mercado. E o livre mercado acaba oferecendo essas opções, que nos prejudicam no ponto de vista para fazer o monitoramento. Mesmo que a gente quisesse fazer esse monitoramento, a gente tem essa dificuldade. Porque o máximo que a gente consegue fazer aqui é pegar volume de comercialização, volume de produção, bem como, valores comercializados. Que aí é oficial e a gente consegue.

Mas monitorar essa outra parte aí, a gente não consegue não. Eu, pelo menos, não achei um caminho ainda. Se tiver, seria bom, nós estamos querendo que faça. Inclusive, os próprios produtores reclamam: "Por que, quando chega lá no supermercado, o nosso queijo ou o nosso leite está no preço "x", mas aqui, no galão, no tanque, é "y"?"

Infelizmente, é mercado. E aí nós temos vários mercados que buscam esse leite através dos produtos processados.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Correto. Hélio Dias, da Faperon?

O SR. HÉLIO DIAS DE SOUZA (Por videoconferência) – Essa história do livre mercado é uma dificuldade

muito grande para nós, produtores, compreender essa situação.

Muitas vezes, quando se trata do varejo, ele está junto com a indústria e com a gente. O Alessandro foi bastante feliz em dizer que nós temos um parceiro forte, um sócio na cadeia, que é o governo. O governo, a Sefin, no varejo.

Então, o Alessandro poderia até nos falar quanto é que ele paga de imposto sobre alguns produtos, sobre o queijo, pago ao Governo do Estado. Vamos nos prender aos impostos estaduais e impostos federais.

Tem os negócios de compensação e de imposto e toda essa questão, mas a gente sabe que o governo tem uma grande fatia na formação desse preço final ao consumidor, deputada. Então, a gente não consegue trazer junto o varejo, para que a gente pudesse saber quanto é o ganha-ganha aí.

A gente só sabe que tem o produtor, aqui na ponta, que produz. A indústria tem que processar e também tem que ter sua margem. Depois, tem um tal de atacadista no meio, que é o terceiro. E depois, tem o varejista. E, tem o consumidor final.

Então, são cinco. São cinco etapas que esse produto chegar lá na gôndola do supermercado. Todo mundo tem o seu ganha-ganha. Só que tem gente que ganha muito mais.

Talvez esse produto ultrapassa 100% quando sai do produtor. Aquele R\$ 1,92 que o produtor ganha lá, R\$ 1,91, o produtor que vende lá, o pequeno produtor, esse produto dele quando chega lá na última fase, que é o varejista, a gente entende que o varejista é o que mais ganha. Mas tem o próprio governo que tem uma grande fatia e não tem coragem de baixar o seu valor, dos seus 19,5% de ICMS, talvez podia cair para 10% para poder incentivar essa cadeia que socialmente ela é correta, mas não tem a sensibilidade.

E nem vem conversar com a gente para explicar no Conceleite. A gente já convidou, mas quando vem, vem com linguajar técnico altíssimo, com a conversa totalmente fora do nível de absorção de um conselheiro. Por mais que a gente tente entender, não entende. É tanta compensação que existe entre indústria ou comércio para comércio com a Sefin, que a gente não entende. A gente só entende que a facada vem e que quem paga a cara é o consumidor final, e quem deixa de ganhar é o produtor que entrega o seu produto.

Por isso que a gente volta a dizer, a gente gostaria que houvesse uma política pública que o próprio produtor, através de suas associações, suas cooperativas, pudesse agroindustrializar, verticalizar esse produto e que a gente pudesse pelo menos entrar nesse mercado, que é o mercado institucional. Que é o mercado do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), que é o mercado do leite para as escolas, do leite para a saúde, para os hospitais. Pelo menos a barriga mole, que esse produto pudesse se adequar nas suas entidades representativas, pudesse ajudar a aumentar a competitividade do mercado interno. Não estou dizendo no mercado externo que é o Sul do país.

Mas, infelizmente, a gente não tem um olhar diferenciado, uma conversa mais formal, mais informal por parte dos agentes políticos que poderiam nos dar atenção. Seria um Secretário de Agricultura que pudesse entender do setor, uma Secretaria de Desenvolvimento do Estado, Indústria e Comércio que pudesse ter pessoas preparadas que pudesse discutir com o setor e achasse a melhor solução. Infelizmente, ela gera muito na parte política e ainda, quando se tem um governador igual o nosso que entende quase nada de política agrícola e agropecuária, fica pior ainda a situação.

Então, deputada as coisas acontecem assim no Estado. Obrigado.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, Hélio. Agora temos Leandro.

O SR. LEANDRO AVELINNO MARTINS (Por videoconferência) - Um ponto que foi comentado com relação à questão da Fecomércio. Nós temos que trazer a Fecomércio para um ponto de discussão. Ah, talvez vai ter algum resultado positivo? Um dos resultados que vai ter é que a gente vai estar de olho naquilo que está sendo feito dentro do Estado.

Outro ponto que tem que ser observado é com relação à questão do produto que está sendo produzido no nosso Estado. Tem que haver um incentivo nesse sentido. Se nós não consumirmos o nosso próprio produto, quem vai? Outras empresas vão trazer produto de fora e vão trazer para dentro, igual está trazendo. Tem que haver esse incentivo nesse sentido para o produtor e para o segmento, para que os produtores possam vender o próprio produto dentro do Estado.

O Hélio Dias foi feliz na sua fala com relação à questão do aumento do PAA. Nós temos que triplicar esses incentivos dentro do PAA com relação à questão desse produto industrializado, das agroindústrias e tudo mais, para poder escoar esse produto dentro do próprio Estado, já fomentar isso. Então, a bancada precisa estar alerta nisso.

O ano passado, no primeiro Fórum do Leite, nós tivemos um deputado lá que até mencionou trazer recursos para poder fomentar a agroindústria dentro do Estado de Rondônia. Eu acho que é importante.

E outro detalhe que nós temos que observar, com relação à questão do escoamento de produção. As empresas de laticínios escoam os seus produtos. A maioria dos produtos vai para a região Sul, Sudeste, Sudoeste e tudo mais. E, na contramão disso, vem o Estado e libera que o Estado seja usando para abarrotar de produto lá no Sul, Sudeste, Centro-Oeste. Então, é uma concorrência desleal, infelizmente, essa realidade. As empresas estão aí e sabem disso.

Então, nós temos que trazer esse equilíbrio. Infelizmente, se não tiver esse equilíbrio, vai continuar, nos últimos tempos, os produtores, 10% dos produtores saíram. Nos próximos anos, mais 10, 15, 20, vai ficar somente alguns produtores e mais empresas fechando no Estado de Rondônia. Infelizmente, essa é a realidade.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto, Leandro.

Essa dinâmica é importante para o mercado. Eu acho que a gente ter mais alternativas de comercialização cada vez fica melhor.

Nós temos o Alessandro agora. Pode falar.

O SR. ALESSANDRO SABINO RODRIGUES (Por videoconferência) - Eu vou responder ao Hélio, deputada. Eu não vou responder a senhora. Eu não sei qual é o segmento que o Hélio tem hoje, além da Federação. Vamos supor, que você me vende uma saca de café por R\$ 10,00. Eu tenho o poder de guardar ela 6 meses, vou esperar o preço dela. A partir da hora que você me cedeu a saca de café, essa mercadoria já não é sua mais. Eu vendo ela, doo ela ou empresto ela. Então, tira toda a autoridade de quem fabrica.

Se eu vender 1 quilo de queijo para você, você vai fatiar, você vai armazenar, você vai gastar energia, mão de obra. Mas a gente vê aí, é frustrante é humilhante para uma indústria caprichar com a sua mercadoria, vender pelo preço que a gente acha que é de mercado, e vai lá na gôndola e vê o dobro do valor que você vendeu. E ninguém acredita nisso.

O SR. LEANDRO AVELINO MARTINS (Por videoconferência) - Às vezes vem mais.

O SR. ALESSANDRO SABINO RODRIGUES (Por videoconferência) - Então, assim, o que eles colocam? Que tem imposto, que tem perda, que tem isso, que tem aquilo, e você não consegue chegar nos caras porque estão com dinheiro para comprar.

E, você está doido para vender para pagar o leite e pagar as suas despesas. E ele não, ele está lá dançando. "Ah, você não quer vender não, Alessandro? Eu vou comprar do Manoel, vou comprar do José, vou comprar do Antônio." Aí o Alessandro se sujeita a vender porque ele não tem caixa para aguentar. Entendeu?

Então, assim, realmente o governo tem grandes partes dos nossos rendimentos. É um absurdo você falar de um salário mínimo de R\$ 1.621,00, que ninguém ganha isso mais; está ganhando de R\$ 2.500,00 para cima e não consegue sobreviver. E em cima desses R\$ 2.500,00, você coloca aí 40%, 50% de imposto, e ainda tem que descontar lá do cara 8% para depositar lá.

Então, o salário achata e o imposto incha. O salário achata e o imposto incha. Aí esse funcionário que custa R\$ 2.500,00, R\$ 3.000,00, ele acaba custando R\$ 6 mil, R\$ 7 mil para a empresa. E assim é o atacadista, é o distribuidor, é tudo isso aí.

E não queira entender que "vai cair os cabelos". Ó, "vai cair os cabelos"! Você não vai conseguir entender isso. Não tem jeito. Não tem jeito, Hélio. Infelizmente, o sistema do governo brasileiro é assim, cara. Não dá. Para ser empresário industrial no país, está muito difícil. E, quando você quer trabalhar em uma linha mais ou menos reta, você leva pancada. Pancada. Você é perseguido. Você não consegue estar no mercado. Mas,

rapaz, eu fiz um trabalho de qualidade, o meu produto é de qualidade, tem várias informações disso, degustação. Você tira aquela embalagem do Joia, é qualquer um. Acabou o Joia. Tirou a embalagem, acabou o Joia. É uma mercadoria qualquer. Não importa se é de Ministro Andreazza, se é de Ji-Paraná, se é de Jarú, se é de Porto Velho, se é de São Paulo, se é dos Estados Unidos. Acabou a embalagem, acabou. Não importa se é da Argentina ou do Uruguai, que está jorrando aqui 100 milhões de dólares por mês aqui no Brasil.

Então, é uma concorrência, deputada, desleal. Para quem tem salários, é uma beleza. Principalmente se for do governo. Mas para quem tem que ralar para pagar salário privado, não é fácil. Não tem mão de obra. Você engole bola de arame farpado quando o funcionário te desacata. Você não pode mandar ele embora. Isso é sério, Hélio.

E, volto a falar, deputada: o governo é o maior acionista de qualquer empresa. Não estou reclamando dele, não. Eu tenho que ralar para ele não me pegar.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - É verdade. Está certo. Nós temos agora o Idael Silva. É de qual laticínio? É laticínio?

O SR. IDAEL SILVA (Por videoconferência) - Represento a indústria, Vossa Excelência, Italc.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto. Pode falar, Idael.

O SR. IDAEL SILVA (Por videoconferência) - Estou tentando levantar essa mãozinha aqui faz tempo, mas o Leandro é mais ligeiro.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Oh, meu Deus. Não, mas quando quiser falar, se não der conta da mãozinha, pode pedir que a gente coloca você para falar.

O SR. IDAEL SILVA (Por videoconferência) - Brincadeira. Minha conexão aqui estava meio difícil. Quero primeiramente agradecer a Vossa Excelência. Tenho um carinho muito grande por você e seu pai. Sou daqui de Ji-Paraná.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada.

O SR. IDAEL SILVA (Por videoconferência) - Tenho acompanhado o seu trabalho. Parabéns.

Mediante as conversas, a gente, faz tempo que eu estou olhando aqui, estou bem quietinho, vendo um falar, outro falando ali, outro falando aqui. Mas se você hoje levantar a questão de indústrias, de laticínios, de 5 anos para cá, vou falar de 5 anos para cá, tem noção de quantas indústrias se fecharam?

Eu vejo o Leandro, eu tenho um respeito muito grande, já trabalhei com ele, nós dois somos amigos de longas datas. Quando eu vejo o Leandro falar sobre cartelização,

ele já vem falando e vem trabalhando nisso há muito tempo, na região de Urupá, onde ele reside.

E teve época, Leandro, em que você e eu, nós tivemos essa conversa - se me permite tocar nesse assunto, Vossa Excelência -, eu estive aqui querendo falar e não podia porque eu não estava com uma conexão instável. Então, Leandro, quando eu vejo você falar sobre isso, eu me lembro que nós passamos por uma época mais ou menos do que está hoje, em que você disse para mim o seguinte: "Vou partir para outros laticínios." E que eu disse para ti: "Não consigo, eu não consigo segurar naquilo que você está me reivindicando."

Só que naquela época tinha uma empresa que se instalou naquela região que te propôs o que você queria. Ela não está hoje mais. E os equipamentos dela estão todos esparramados onde? Nas propriedades nas quais que eram da sua associação. Teve um prejuízo gigantesco. Hora nenhuma te segurei, hora nenhuma foi falado para você que a gente deixaria de comprar o seu produto. Hoje nós trabalhamos num sentimento de oscilação muito grande, Vossa Excelência. Muito grande.

E as empresas que aqui estão presentes hoje são empresas que estão estruturadas, estabilizadas, e que hora nenhuma correu de uma CPI, e que hora nenhuma corre de um ofício mandado por Vossa Excelência. Jamais vai correr. Não.

Só que, assim, por outro lado, ninguém questionou. Estamos falando de preço. Mas equipamentos que a empresa investiu para dar para produtor está na propriedade assentada para produtor, que não paga, Leandro, um conserto de tanque. Nós temos quase R\$ 200 mil, Vossa Excelência — não preciso ter vergonha de falar —, só de conserto de tanque para terceiros, ir lá consertar e, às vezes, descartar um leite estragado, e tem que pagar. E tem de pagar. Eu não estou mentindo isso aqui, não. Estou sendo verdadeiro.

Quando o Leandro fala "vamos deixar de hipocrisia", é para deixar de hipocrisia. Então vamos deixar. É para falar a realidade. Então, assim, empresas que chegaram dizendo que até nós trabalhávamos errado e que aproveitariam o momento e que as coisas estariam ruins, e que se abriram as portas com preços elevados, nenhuma delas hoje está no nosso meio, Leandro.

Estou vendo alguém aí que está mandando mensagenzinha no chat, tal, assim, pessoas fluentes, pessoas fluentes, que não estão em cooperativas, que essas cooperativas saíram e deixaram um monte de prejuízo para produtor.

Então, vamos nos atentar, pessoal. Vamos nos atentar, Vossa Excelência, para que as coisas possam ser boas para ambos. Ninguém aqui está falando que é melhor do que o outro, mas que possa ter um seguimento, que possa ser bom para ambos.

Eu acho que não podemos, hora nenhuma, ser omisso, ser hipócrita. Mas se as empresas estão aqui hoje nessa reunião on-line aqui, é porque são empresas que têm compromisso com vocês. Hoje, se a gente for olhar pelo tudo que o produtor também nos pede, nós não conseguimos fechar a conta também, não.

Quando o Alessandro pediu para você, para todos aqueles que visitam a empresa dele, é para mostrar para vocês a realidade de uma indústria. E nós também estamos de portas abertas para mostrar para vocês lá, a qualquer momento, a qualquer hora.

Então, gente, vamos mudar esse linguajar quando se fala "formação de cartel", "cartelização". Olha, vocês têm que entender uma coisa. Quando se fala "estive na região do Paraná", pergunta para aqueles paranaenses se existe uma carretinha que se paga até R\$ 0,30 de frete para puxar o leite do produtor. Que é meio-dia, uma hora da tarde, está num toco, tomando sol, sem qualidade. E se você for somar isso aí, ganha mais que um produtor que tira lá 600 a 1 mil litros de leite. Ou estou mentindo?

Então, assim, é triste às vezes a gente ouvir alguns argumentos que descaracterizam aquilo que a empresa tenta fazer de melhor para o produtor. Eu acho que a gente tem que ter uma reunião também entre a gente, produtores e outras comissões, Senhor Hélio, Carlinhos, para a gente tocar nesse assunto e fazer conta, gente, mostrar para vocês o que estão recebendo, na realidade é essa.

Quando o Conseleite faz a reunião, você fala com o professor e a professora, que aqui nós temos carretinha que se pagava até R\$ 0,60 de frete. Eles não sabiam disso. Passa para eles a realidade que eles vão fazer a conta. Falam: "Então o Estado de Rondônia está recebendo mais que aqui no Paraná."

Então, Vossa Excelência, termino minhas palavras aqui. Peço desculpas pelo meu desabafo. Leandro, os demais. Mas, como você diz que não poderíamos ter hipocrisia, eu me senti na liberdade de estar falando sem hipocrisia. Meu muito obrigado.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigado, Idael. Nós temos aqui, bom, não temos mais nenhum inscrito. Vamos dar continuidade. Nós só temos mais um questionamento só. Aí só vou pedir para o pessoal ser mais breve por conta do tempo aqui que estamos esgotando.

O SR. DANIEL MATIAS ASSIS - A pergunta que vai ao Conselho, necessariamente devendo ser respondida por conselheiros que compõem o Conseleite.

Qual é a posição técnica do Conselho, caso esta CPI proponha um Projeto de Lei para transformar o preço de referência, ou melhor, o valor de referência do Conseleite, em um valor mínimo obrigatório regional, estritamente vinculado à concessão de incentivos fiscais? A forma atual suportaria essa alteração?

Aí o Conselho, através dos seus conselheiros, responderia. É importante ter resposta tanto do setor da indústria como do setor dos produtores.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Repete novamente, Daniel?

O SR. DANIEL MATIAS ASSIS - Eu vou repetir a pergunta.

E aí, por gentileza, a gente vai pedir objetividade na resposta, para a resposta se ater à pergunta. Qual é a posição técnica do Conselho, caso esta CPI proponha um Projeto de Lei para transformar o valor de referência do Conceleite em um valor mínimo obrigatório regional, estritamente vinculado à concessão de incentivos fiscais? A fórmula atual suportaria essa alteração?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Hélio Dias, da Faperon está escrito, está com a palavra.

O SR. HÉLIO DIAS DE SOUZA (Por videoconferência) - Eu, na minha opinião, como nós sempre batemos no começo aqui, eu sou do livre comércio, não é, da livre iniciativa. Então, como existe sazonalidade, o leite é um produto sazonal, tem período de seca e chuva, grandes ofertas no Sul, coincide ao contrário daqui, enquanto aqui está com baixa oferta, lá está em grande oferta no mercado.

E como o leite nosso, a grande maioria é exportado, 70%, 80% é consumido fora das nossas fronteiras do Estado, e depende de mercado mesmo, da lei da procura e da oferta, então eu vejo que é praticamente impossível a gente ditar, ou ter um Projeto de Lei que dita essa questão de ter um preço mínimo.

Mas entendo que é possível, através do próprio projeto que vai ser apresentado aqui para o Parlamento, para a Assembleia, para talvez só fazer um anteprojeto, ou vir de iniciativa negociada da Casa Civil, ter um Projeto de Lei que realmente possa, nas sazonalidades, cobrir esse custo de produção deficitário praticado em algumas épocas do ano pelo produtor.

Agora, o que tem que haver é que o governador tem que saber que todo esse recurso arrecadado, ele seja direcionado a esse Fundo Garantidor de Leite e, logicamente, com outras ações, como também apoiar a verticalização, a agroindustrialização estratégica para as entidades dos produtores.

Então, esse Projeto de Lei que, com algumas melhorias a mais, que algumas visões diferentes das federações e do Conceleite, e da própria entidade representativa Girolando e outras, que vocês possam melhorar, e a gente ter um grande projeto garantidor que a gente pudesse ter uma maior competitividade e ter, na sazonalidade do leite, quando o custo de produção estiver quase igual, aí ter uma margem para o produtor através desse fundo garantidor.

Então, essa é a minha visão. Obrigado.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigado, Hélio. Agora temos o Carlinhos da Fetagro.

O SR. MANOEL CARLOS DANTAS (Por videoconferência) - Deputada, eu acho que é um assunto para a gente debater. O que eu entendo, levando em consideração o que o Hélio faz, da Faperon, mas eu entendo que hoje quando nós fazemos um valor de referência no

Conceleite, que demonstra a capacidade que a indústria tem de pagar.

Então, eu acho que hoje, fazer um Projeto de Lei nesse sentido não onera para a indústria também. Você inibe eles a pagar menos que o valor de referência.

Agora, é claro que nós vamos ter também, o outro lado da coisa, que são as exigências sobre a qualidade do leite. E aí, é a hora que nós vamos cobrar o Estado, nesse sentido, porque é preciso também a gente responsabilizar o Estado por oferecer as condições para que o produtor possa produzir um bom leite.

Você sabe como é o mercado. O mercado diz o seguinte: "Não, você me obrigou a pagar tanto, mas eu pago tanto, por um produto X". E aí, tem o outro lado da história que é, como é que a gente pode obrigar o mercado, a indústria pagar esse valor, e a gente, como foi relatado, e ouve concordância de vários Conceleites, que nós precisamos cobrar do Estado a efetividade na infraestrutura para que a gente possa oferecer, mostrar para a indústria que o nosso leite é bom. Que não fica apenas olhando para o que a indústria vê lá e o que recebe. Porque o que reclamou aqui, é que a qualidade do leite chega péssima, chega ruim. Até se desafiando a bebermos o leite que nós botamos no tanque né?

Então quer dizer, isso significa que com uma pressão dessa, as pressões em cima do produtor podem aumentar mais. Agora, vejo que nós, enquanto produtores, estamos exigindo isso. Nós queremos que se paga, se é via Projeto de Lei, alguma coisa que garanta, nós precisamos pelo menos atingir o valor de referência.

O valor de referência não é nada absurdo, ele é baseado na comercialização, na produção, no volume comercializado. Então, é a capacidade de pagamento. As empresas que estão pagando a menos do que isso, de certa forma ela está ganhando dinheiro de algum lugar, ou ela está deixando de ganhar em algum lugar, mas o produtor que está pagando a conta.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto, Carlinhos.

É uma decisão que a gente sabe que o tempo aqui é curto para esse debate, mas é preciso, talvez, pensar com mais tranquilidade e ter também técnicos para nos orientar.

Agora, a gente faz essa abertura, mas eu acho que, nesse período aqui que estamos concluindo os trabalhos, se for o caso, a gente pode retomar essa discussão, se os senhores acharem necessário.

Temos agora escrito o Edmar.

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA (Por videoconferência) - Quanto à questão do valor de referência, ele já é pautado na capacidade de pagamento da indústria, que deriva da capacidade de venda dela.

Então, talvez, hoje, nosso maior gargalo não seja nem esse. Seja, ao contrário: é que, por vezes, a capacidade de pagamento da indústria, que está precificado no Conceleite, não é suficiente para cobrir o custo de produção de leite.

Então, essa lei que a gente está propondo, que é a do Fundo Garantidor do Leite, vai ajudar a estabilizar a cadeia produtiva. Não adianta a gente onerar a indústria para quebrá-la, e não adianta a gente continuar como nós estamos para quebrar o produtor.

Hoje, está quebrando o produtor, porque a resolução do Conseleite é precificada com a capacidade de pagamento da indústria. É o mercado que dita a regra, que o mercado é soberano. E a gente entende que o mercado é soberano.

Então, nós precisamos criar esse Fundo Garantidor do Leite para poder subsidiar o produtor no seu preço mínimo de produção, para ele, pelo menos, ser bonificado, ser ressarcido no seu preço mínimo de produção do leite.

Então, a lei nesse sentido que seria válido.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Na sua opinião, então, hoje seria trabalhar essa questão do Fundo Garantidor?

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA (Por videoconferência) – Seguramente. Porque, nos países modernos, Deputada Cláudia, existe isso, tanto os Estados Unidos quanto em toda a Europa.

Para você ter noção, o governo da França paga para um produtor de leite, ele recebe por vaca mais do que o governo brasileiro investe na saúde pública como brasileiro, “percaptamente”.

Se você pegar o dinheiro gasto na saúde pública brasileira e dividir pelo número de cidadãos brasileiros, o produtor de leite francês recebe, por vaca, mais do que é investido na nossa saúde pública.

Então, isso já existe no mundo inteiro, porque o leite faz parte da segurança alimentar no mundo inteiro. Você não pode aumentar demais o preço, sob pena de você penalizar as pessoas que necessitam do leite para sobrevivência e para saúde pública, do ponto de vista de segurança alimentar.

Então, nós temos que criar mecanismos. E, em Rondônia, seria inédito, porque seria o primeiro Estado do Brasil a bancar uma lei que poderia fixar o homem no campo, com toda a justiça possível.

E o Projeto de Lei não apenas vai tirar verba do ICMS de importação de lácteos, nem apenas do Fundo Proleite, mas também do governo federal e de emendas parlamentares. Seria um fundo de captação de recursos para poder subsidiar esse gap entre a diferença da capacidade de pagamento da indústria versus o custo de produção do produtor de leite.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Correto. Leandro.

O SR. LEANDRO AVELINO MARTINS (Por videoconferência) – O que tem que haver o entendimento desta propositura de lei do Fundo Garantidor do Leite é que ela não tem nada a ver com relação à questão da capacidade de pagamento das empresas nem com o valor de referência do Conseleite.

O que vai trazer um alento, desta lei, para o produtor é

que o produtor consiga produzir e que ela consiga ter uma garantia de que vai conseguir sobreviver. Porque o produtor, independentemente do valor de referência do Conseleite e da capacidade de pagamento das empresas, ele fica refém de um sistema.

Igual o próprio Edmar disse, a lei de mercado ninguém vai ditar, e ninguém consegue ditá-la. Isso é um fato. Porém, o Estado de Rondônia é refém de dois sistemas. O primeiro sistema é que o escoamento de produção não é para dentro do Estado. É longe, e o custo é alto. E o segundo sistema é que nós somos reféns hoje da produção, somente de um produto: a muçarela. Que é praticamente 80% a 85%, chega até 85% da produção do leite aqui do Estado de Rondônia é para produzir muçarela. Então, somos reféns de dois sistemas que não temos como mudar a curto prazo.

O produtor não pode se permitir permanecer num sistema levando prejuízos de maneira descabíveis. O Fundo de Garantidor do Leite vai fazer com que o produtor se mantenha na atividade e possa produzir de maneira satisfatória. Somente isso.

Ele não vai influenciar no valor de referência do Conseleite, não vai influenciar na capacidade de pagamento das empresas. Ele vai fazer com que o produtor se mantenha na atividade.

Nós tivemos nos últimos tempos aí, 10% dos produtores saindo da atividade. E, se isso continuar, nós não vamos ter um produtor de leite no Estado de Rondônia.

Então, é somente para isso. O Fundo Garantidor do Leite é fazer com que o produtor se mantenha na atividade.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Correto. Bom, temos o Alessandro. Alessandro, contigo.

O SR. ALESSANDRO SABINO RODRIGUES (Por videoconferência) – Posso falar Deputada?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Pode sim.

O SR. ALESSANDRO SABINO RODRIGUES (Por videoconferência) – Leandro, o último Conseleite você falou da muçarela. O último Conseleite, a muçarela subiu, o UHT abaixou, o leite em pó abaixou, o soro abaixou, o queijo Prato abaixou, a manteiga abaixou e o requeijão subiu. Se você vender uma muçarela e vender uma manteiga. Meu amigo, é muito mais fácil vender uma muçarela.

Então, pensa bem, deputada. Como diz o Edmar, achatar a indústria não vai resolver. O Fundo Garantidor pode vim com emenda parlamentar, eu não sei como funcionar isso, eu sei que político, emenda parlamentar para comprar trator, emenda parlamentar para comprar secador, emenda parlamentar para comprar máquina de café, emenda parlamentar para comprar um negócio de triturar milho de fazer ração.

Nós temos que parar com isso e, realmente, criar um Fundo Garantidor em cima do sistema que a Sefin tem, que são as notas fiscais de compra e receber pela quantidade de leite dele.

O SR. LEANDRO AVELINO MARTINS (Por videoconferência) – Exatamente.

O SR. ALESSANDRO SABINO RODRIGUES (Por videoconferência) – Se o cara produz 10 litros, recebe como 10 litros. Se ele entrega 1.000 litros, ele recebe como 1.000 litros. É a capacidade de produção de cada um.

O SR. LEANDRO AVELINO MARTINS (Por videoconferência) – Essa é a proposta.

O SR. ALESSANDRO SABINO RODRIGUES (Por videoconferência) – Mas acontece, Leandro, que você está falando da indústria. A indústria está parecendo que é a vilã de tudo, e não é, cara. A indústria não é vilã. Se o senhor falar da muçarela, eu vou defender a minha mercadoria, claro. Eu anoto. Todos os Conseleites estão aqui anotados, cara. A muçarela subiu, o seu preço de leite sobe.

Então, o que eu quero dizer para a deputada? Criar uma lei, forçar alguma coisa, não presta. Cria uma lei dentro da Assembleia que cria um Fundo Garantidor e paga por nota fiscal que o laticínio imprimir. "Ah, mas vai juntar 3, 4 produtores e vai colocar no nome do Edmar." Ué, mas aí o produtor está sendo desonesto, porque o laticínio vai pagar aquilo que o Edmar entregou, que o Leandro entregou, que o Carlinhos entregou. A nota fiscal a Sefin tem. Nós somos obrigados a emitir a nota fiscal até o dia 12. E para pagar é dia 25.

Então, você tem um prazo. O governo tem um prazo no sistema dele. Porque, para o Leandro receber a nota, o governo que autoriza emitir a nota primeiro. Por que é só a indústria? Só a indústria, só a indústria, só a indústria. Está saindo aqui o produtor da atividade, mas também está saindo a indústria da atividade. Não está aguentando mais. O senhor acha que se tivesse algum doido aqui para comprar meu laticínio no preço que eu quero e não vendia e ia embora? Eu vendia e ia embora. São 22 anos de atividade, vendia e ia embora. Porque não aguenta. Outra coisa Edmar, desculpa, o senhor pode falar a sua idade?

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA (Por videoconferência) – Tenho 57.

O SR. ALESSANDRO SABINO RODRIGUES (Por videoconferência) – Tem 57. Eu tenho 63, deputada. A atividade do leite não tem sucessor. Tem, Edmar?

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA (Por videoconferência) – Isso é uma discussão boa, porque eu estou fazendo do meu filho meu sucessor. Nós temos que parar com esse discurso de que a cadeia do leite é uma coisa ruim. Eu, inclusive, dei uma palestra na associação do Leandro abordando esse tema. Como você quer manter seus filhos no leite se você fala mal do leite, fala mal da vaca de leite, fala mal da produção do leite? Como é que você vai dizer para eles que é uma coisa boa? Só

que você esqueceu que o seu mercado veio do leite, a sua farmácia veio do leite, a criação do seu filho veio do leite. Nós precisamos mudar essa "cantinela", essa ladainha no Estado.

O SR. ALESSANDRO SABINO RODRIGUES (Por videoconferência) – Eu tenho um produtor aqui, Leandro, que ele não tinha muito leite, deve tirar uns 300 litros de leite. Ele fala que o custo dele está na mão dele. Ele nunca perdeu dinheiro com leite...

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Eu só preciso, perdão, é porque o tempo aqui está bem curto, seu Alessandro. Perdão, eu gostaria de ficar aqui ouvindo vocês, mas é que a gente tem um pessoal aqui, a equipe também. Vocês precisam de almoçar, a equipe aqui também. Nosso prazo já está bem...

Agora, para encerrar, o Edmar tinha se inscrito ali. Edmar, pudesse ser objetivo, amigo.

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA (Por videoconferência) - Muito objetivo. Eu queria encerrar minha participação querendo propor aos produtores e às indústrias e aos parlamentares, que nós tivéssemos a coragem de quebrar esse paradigma do "nós contra eles".

Que nós tivéssemos coragem de sentarmos na mesma mesa, nos tratarmos com docilidade, com decência, com toda a parceria necessária para esse negócio. É muito comum nós ouvirmos dos produtores que, se você é um produtor de leite grande, você não precisa reclamar, porque você está de barriga cheia. Esquecendo os pequenos que o custo de produção de leite do grande é muito maior, logo a sua margem de lucro é muito menor. O Leandro é testemunha de que nas reuniões de Conseleite os professores têm dito que Rondônia é beneficiada, porque o custo de produção do leite aqui é muito pequeno, porque os produtores são pequenos, logo eles têm um custo de produção baixo. Em compensação, nós nunca falamos que o produtor pequeno tem que ficar feliz. Eu nunca falei isso, mesmo que eu produza um pouco mais de leite, porque eu quero defender a cadeia como um todo.

Então, Marcos, você que está aí digitando, falando que nós, que produzimos um pouco mais, não temos que reclamar. Querido, nós somos parte do mesmo barco, nós estamos no mesmo barco, remando para o mesmo lugar. Nós temos que entender isso. Não é cada um no seu barco, não; é todo mundo no mesmo barco.

Nós precisamos quebrar esse paradigma de que nós somos os grandes contra os pequenos; o rico contra o pobre; a indústria contra o produtor; o produtor contra a indústria; o eleitor contra o deputado; o deputado contra o eleitor.

Nós somos parte de uma mesma sociedade. Se todos formos bem, a sociedade irá bem. Se nós formos mal, toda a sociedade irá ser penalizada. Então, a minha proposta é: sejamos um pouco mais uniformes na nossa mente, um pouco mais patriotas, um pouco mais concidadãos, que tenhamos mais consideração pelos

uns pelos outros. Respeito. Sim! Vamos sentir a dor do próximo. Acho que é um ensinamento do nosso Mestre Maior, Jesus. Sentir a dor do outro é muito mais louvável do que você defender sua própria dor.

E eu estou aqui, com essa disposição mental, deixando os nossos negócios para poder cuidar daquilo que é do coletivo.

Então, Marcos, se a minha vida estivesse tão boa, eu não estava aqui parando todos os meus negócios, Marcos, para cuidar daquilo que é o coletivo, meu amigo. O desejo é contribuir para que todos nós possamos viver melhor como sociedade. Porque eu acho que pensar no coletivo é o grande desafio do brasileiro.

Muito obrigado! Que tenhamos um excelente almoço e que achemos um ovo frito bem gostoso, lá em casa, com arroz.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Obrigada, Edmar. Eu quero agradecer a todos que ficaram até esse momento aqui conosco, participando, trazendo contribuição, informação, para que a gente possa, juntos, trazer uma alternativa para que essa cadeia, que é tão importante para o desenvolvimento do nosso Estado, que já fez esse Estado progredir tanto. Que a gente possa, realmente, juntos, ter sabedoria, e claro, essa compreensão também de entender que o setor precisa de apoio nesse momento, precisa de ajuda.

Aqui a gente traz as propostas, a gente traz várias situações, mas a gente precisa da compreensão também de quem tem a caneta para contribuir para que essa melhoria de fato aconteça.

Então, eu vou também solicitar a vocês que, se tiver algo que não foi questionado aqui, que não foi perguntado, ou que vocês gostariam de sugerir, que vocês possam estar encaminhando aqui para nós da CPI. Podem fazer o encaminhamento, caso tenha ficado alguma coisa que a gente não entrou no assunto, vocês têm essa liberdade. No mais, é agradecer e dizer que nós vamos manter esse contato no sentido daquilo que foi feito encaminhamento, mas também para a apresentação do relatório final dessa CPI.

Acredito que talvez hoje seja a última Reunião nossa aqui da CPI, a gente já caminha para a confecção do relatório. Se não for necessário, porque pode, no meio do caminho, precisar de buscar mais alguma informação e às vezes a gente precisar ouvir mais alguém.

Mas é só para ir compartilhando e dando essa transparência também, porque o que nós queremos realmente essa mudança, essa melhoria para toda a cadeia produtiva. Aquilo que o Edmar falou: a gente quer que o pequeno, que o médio, que o grande, todos andem bem, que a indústria ande bem.

E, claro que Rondônia tem um diferencial. Nós temos mais de 57% de produtores que estão envolvidos na atividade e que produzem um quantitativo pequeno de leite; só que faz toda a diferença para eles. Eles sobrevivem com dignidade. É um dinheirinho que chega lá e que a gente precisa se preocupar com todos. Todos são muito importantes nesse processo.

Então, eu finalizo aqui desejando um bom almoço. E nós continuamos aqui à disposição de vocês, está bom, pessoal? Muito obrigada por terem permanecido com a gente até agora.

O SR. DANIEL MATIAS ASSIS – Boa tarde a todos. Deus abençoe e bom almoço.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Então, comunicando a nossa equipe que a gente faz uma pausa nos trabalhos para o almoço e retornamos umas 15 horas. A gente tem mais alguns para serem ouvidos na parte da tarde.

(Suspende-se esta Reunião às 13 horas e 22 minutos e reabre-se às 15 horas e 32 minutos)

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Boa tarde a todos e todas. Reabrindo aqui os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito. Nós tínhamos um produtor para ser ouvido. Não sei se ele já se encontra na sala, de forma remota. Marcos, se encontra na sala? Marcos Paulo?

O SR. MARCOS PAULO SOUZA DA SILVA (Por videoconferência) – Pessoal, vocês estão me ouvindo?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Estamos sim, Marcos. Boa tarde. Se você puder abrir seu vídeo, por gentileza.

O SR. MARCOS PAULO SOUZA DA SILVA (Por videoconferência) - Abri. Está no jeito.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Está bem. Marcos, antes, só gostaria que você se identificasse, o seu endereço, município, nome completo, só para ficar registrado aqui nas atas.

O SR. MARCOS PAULO SOUZA DA SILVA (Por videoconferência) - Está ok. Meu nome é Marcos Paulo Souza da Silva. Sou produtor aqui na região da *** **(dados anonimizados conforme LGPD)**, na região de São Francisco do Guaporé, Rondônia. Ok?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto. Ok.

O SR. MARCOS PAULO SOUZA DA SILVA (Por videoconferência) - O Renildo conseguiu entrar agora.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - O Renildo está entrando também?

O SR. MARCOS PAULO SOUZA DA SILVA (Por videoconferência) - Entrou. Eu vou começar primeiro, a hora que você falar que eu posso.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Marcos, como você já havia dialogado com a gente por mensagem,

que você teria esse interesse também em contribuir, passar algumas informações que você entende ser pertinente para a CPI, então, a gente entendeu que seria importante você vir participar, passar as informações, dar o seu depoimento.

Então, assim, eu não vou fazer nenhum questionamento, vou deixar você fazer uma explanação do que você quer colocar, porque, no caso, a CPI foi criada justamente por conta de denúncia de formação de cartel, de preços combinados, de divisão de mercado.

O trabalho está sendo em torno disso. Como também alguns que têm participado conosco têm trazido algumas proposições, que eu acho que também são muito importantes. Mas aí a gente deixa você falar, a gente tem um tempo aí de 20 minutos, é o tempo que a gente tem aqui. Está bom?

O SR. MARCOS PAULO SOUZA DA SILVA (Por videoconferência) - Está bom. Eu vou tentar sintetizar tudo aqui e passar para vocês, na medida do possível.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Quem está aqui? "Cássio Henrique", é quem?

O SR. MARCOS PAULO SOUZA DA SILVA (Por videoconferência) - É o Renildo.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - É o Renildo? Ele deseja falar também?

O SR. MARCOS PAULO SOUZA DA SILVA (Por videoconferência) - Isso. Eu acho que ele vai falar também. Você quer dividir o tempo?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - A gente divide.

O SR. MARCOS PAULO SOUZA DA SILVA (Por videoconferência) - Aí você marca meu tempo e o dele.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Está bom. A gente vai marcar aqui o tempo, 10 minutos para você e 10 para ele. Está bem?

O SR. MARCOS PAULO SOUZA DA SILVA (Por videoconferência) - Está ok, então. Está ok. Eu vou começar, então, e você, em 10 minutos, você me avisa.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Só um pouquinho. Seu Manoel? Essa oitiva aqui é para ouvir esses dois produtores que haviam reivindicado para a gente, que gostariam de passar algumas informações. A reunião com o Conceleite já foi encerrada. Então, essa reunião é com esses dois produtores. Agora é uma oitiva para ouvi-los, que eles gostariam de contribuir com a CPI, está bom? Fica à vontade.

O SR. MANOEL JAMARIQUELI - Está bom, muito obrigado. Muito obrigado, viu?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Não há de quê, Senhor Manoel.

O SR. MANOEL JAMARIQUELI - Mas esses dois tinham que ser ouvidos junto com aquele pessoal lá.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - É porque era o Conceleite. A gente não, a gente faz por etapa.

O SR. MANOEL JAMARIQUELI - Mas o Renildo faz parte do Conceleite. Não chamaram o Renildo.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Mas aí a gente, eu não consigo ter controle sobre isso, Seu Manoel, porque a gente fez o convite e aí eles ficam encarregados de repassar.

O SR. MANOEL JAMARIQUELI - Sim, sim.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Mas ele vai ser ouvido. Ele vai ser ouvido aqui junto com a gente.

O SR. MANOEL JAMARIQUELI - Eu só estou passando que, naquela reunião, o Renildo teria que estar, porque o Renildo sempre bate em cima de ponto específico e ele não foi, não foi nem avisado, entendeu? Mas obrigado. Desculpa eu estar atrapalhando.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Imagina, sem problema, Seu Manoel. Marcos, é com você. Pode falar.

O SR. MARCOS PAULO SOUZA DA SILVA (Por videoconferência) - Eu queria começar pelos encaminhamentos. Tem uma pauta nossa que já tem 8 anos, que a gente já cobrou e ela não foi encaminhada, e hoje está prejudicando nós. Eu queria fazer um encaminhamento referente à questão da coleta de dados pela Idaron. Hoje o Conceleite Rondônia faz uma acareação com dados da Idaron, porém a Idaron é ligada à sanidade animal e vegetal.

Se, a gente já entrou em contato com o Presidente da Idaron pedindo que, em cada declaração do Conceleite, fosse feito um treinamento específico para que as informações do produtor de leite sejam coletadas com um pouco mais de riqueza de detalhes, para que a gente possa usar dentro da Câmara Técnica. E esses dados estão sendo usados, e os dados que estão disponíveis para a Idaron não são compatíveis com a realidade, entendeu?

Então, precisaria de ter um encaminhamento. Não sei, aquela vez que a gente pediu, não conseguimos ser ouvidos porque é produtor. Eu queria que o Renildo tivesse encaminhado dentro do Conceleite. Aí eu estou fazendo um encaminhamento para que ele compreenda, porque ele não participou da reunião do início.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Essa ficha é o cadastro do produtor que você está falando? Na Idaron?

O SR. MARCOS PAULO SOUZA DA SILVA (Por videoconferência) - É. Todo ano, todo ano existe uma declaração de rebanho. E dentro dessa declaração de rebanho, como que já existe esse sistema dentro do Estado inteiro, seria inteligente e importante da nossa parte que as pessoas que fossem coletar dados referentes ao produtor, existisse um treinamento para que essas informações fossem abastecer os dados do Conceleite, da Câmara Técnica. E isso é usado hoje, porém não existe essa enquadração — entendeu? — para que os dados sejam coletados de qualquer jeito.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Teria alguma informação específica, assim, que você sugeriria, que precisa de conter? Ou pelo menos teria...

O SR. MARCOS PAULO SOUZA DA SILVA (Por videoconferência) - Não, é, porque, eu digo assim, porque se o produtor, se ele entrega 5 litros, ele tem que falar que ele entrega 5 litros. O produtor pode chegar lá e ficar com vergonha que entrega pouco leite, ele falar uma quantidade a mais ou a menos. E isso está sendo analisado pela Câmara Técnica dentro do Conceleite. Então isso não pode.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Que ela seja uma ficha mais completa, não é? Mais, assim. Entendi, compreendi. Com mais clareza e transparência. A gente está...

O SR. MARCOS PAULO SOUZA DA SILVA (Por videoconferência) - É porque se 8 anos atrás a gente tivesse feito isso, hoje a gente estaria com um banco de dados enorme, entendeu? E com isso a gente teria um custo de produção mais dentro da realidade do Estado, entendeu?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto. A gente já, vai ficar registrado aqui na Ata e nas anotações como encaminhamentos aqui para a Idaron. Tranquilo.

O SR. MARCOS PAULO SOUZA DA SILVA (Por videoconferência) - Sim, sim. Agora, o segundo encaminhamento que eu queria fazer, que é muito importante também, um sistema de cota vinculado ao Conceleite. É um sistema de bonificação. Antigamente já existiu, vinculado com o Conceleite, hoje, onde que o pequeno produtor consiga ter uma bonificação, entendeu? Hoje o pequeno produtor carrega todo o prejuízo do setor.

Então, se existisse, vamos dizer, no período seco, que nem agora, existisse um incentivo para o produtor e para que ele conseguisse receber. Se eu estiver entregando 100 litros, 80 litros, esses 80 litros no período chuvoso vai ser pago por um preço maior, porque eu consegui manter minha produção, entendeu?

E só para que você entenda. E a partir do período das águas, onde que o leite costuma cair, aí a gente seguiria o parâmetro do Conceleite, entendeu? Atual. Mas aí

teria um sistema de bonificação justo, porque hoje os grandes recebem bonificação e os pequenos recebem só o menor valor do Conceleite e ainda têm o desconto da ajuda do tanque que tem que pagar para o proprietário do resfriador. Então, ele recebe abaixo do preço base. E ele não recebe nenhum tipo de bonificação.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto. Sim. Na região de vocês aí, vocês têm tido também os mesmos problemas sobre essa questão dos laticínios?

O SR. MARCOS PAULO SOUZA DA SILVA (Por videoconferência) - É, aqui, a indústria para a qual eu entrego, ela paga para mim o valor padrão. Eu entreguei esse mês 3.455 litros de leite.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Três mil?

O SR. MARCOS PAULO SOUZA DA SILVA (Por videoconferência) – Três mil 455 litros de leite, 45 ou 55.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Mas essa produção é só sua ou ela é associativa?

O SR. MARCOS PAULO SOUZA DA SILVA (Por videoconferência) - É só minha. Não, é só minha. É por mês. Eu entreguei essa quantidade por mês. Aí ele me paga o menor valor do Conceleite e, dentro da nota, ele me manda uma bonificação de R\$ 0,19, entendeu?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto.

O SR. MARCOS PAULO SOUZA DA SILVA (Por videoconferência) - Aí, na verdade, eu estou recebendo o preço, o menor valor, e eles colocam como, na descrição, como bonificação, aí pagou o valor padrão, porque eu ultrapassei os 100 litros/dia, entendeu? Se tiver algum produtor no meu tanque, que não é o caso, o que acontece, esse produtor vai ser tirado dele R\$ 0,15, isso quer dizer que ele não vai receber o menor valor. Esse mês que passou ele ia receber R\$ 1,79.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - A produção diária do senhor é de quantos litros?

O SR. MARCOS PAULO SOUZA DA SILVA (Por videoconferência) - É, em média, 140, 150 litros de leite por dia.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto.

O SR. MARCOS PAULO SOUZA DA SILVA (Por videoconferência) - Mas é como eu disse, se tivesse um outro produtor entregando no meu leite, no meu tanque, ele iria receber o menor valor, e desse valor que ele entregou, do menor valor de referência, ia ser tirado dele para ser convertido para a despesa do tanque, mais R\$ 0,15, entendeu?

Então esse agregado, vamos dizer assim, o agregado,

ele não recebe nem o preço base, entendeu? E eu também não recebo bonificação. Só para você entender, eu também não recebo bonificação para custear energia, sendo que antigamente a gente tinha bonificação de piquete, tinha bonificação de capineira, tinha bonificação do Senar, tinha bonificação de ordenha, e isso foi tirado tudo a partir de janeiro, entendeu?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - O senhor não recebe nada do laticínio, nenhum suporte pelo laticínio?

O SR. MARCOS PAULO SOUZA DA SILVA (Por videoconferência) - Nada, nada. Tipo assim, o que eu recebo é o valor padrão bruto. Aí eu vou ter que pagar a minha despesa com a limpeza e a energia. Quer dizer que eu não recebo nem o valor padrão. Eu recebo ele, em nota certo, o valor padrão, mas se descontar tudo e pagar energia, esse valor que eles estão pagando é um valor bruto.

Antigamente eu recebia R\$ 0,19 por litro, entendeu? Aí que eu chego num cálculo sempre que eu falo que dá em média R\$ 1.000,00 de prejuízo por pequeno produtor de 100 litros ou acima de 100 litros, porque é a perda do valor padrão, que é R\$ 0,19, e esse incentivo também, que é R\$ 0,19. Então é R\$ 0,40. Aí você faz um cálculo de R\$ 0,40 por baixo aí, em cima de 3.500 litros de leite, e você vai ver o prejuízo que cada pequeno produtor do Estado de Rondônia está levando, entendeu?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - A região aí do senhor tem muitos produtores envolvidos nessa atividade do leite?

O SR. MARCOS PAULO SOUZA DA SILVA (Por videoconferência) - Já teve muito, mas hoje pode dizer que acabou, entendeu?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Muito? Mas assim, é no decorrer do tempo ou nos últimos tempos mesmo, por agora, com essa crise que está passando?

O SR. MARCOS PAULO SOUZA DA SILVA (Por videoconferência) - Ah, dos 3 últimos anos, 4 anos para trás, o pessoal saiu mais de 80% aqui da minha região, da atividade, devido a esse descaso.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. Entendi.

O SR. MARCOS PAULO SOUZA DA SILVA (Por videoconferência) - A questão da metodologia. Agora eu vou entrar num ponto central aqui. Muito se falou na parte da manhã da questão da metodologia, que a metodologia é correta. Não. Essa metodologia nossa não é correta. Tanto a que o pessoal usa no Senar, e tanto a que usa na faculdade.

Ela é uma metodologia correta referente à questão do resultado da propriedade, mas ela não serve para custo de produção. Devido a qual motivo? Que dentro dessa parte técnica, que é dentro do Conseleite e dentro do

Senar, eles introduzem a vaca e o bezerro, vaca de descarte e o bezerro, dentro do custo direto.

E eu não sou especialista em custo de produção, mas durante esse longo período que a gente acompanha, a gente sabe que custo direto não pode entrar receita. E receita, bezerro e vaca de descarte, ela faz parte da receita da propriedade, entendeu? Ela não pode ser usada dentro dos custos diretos. Esse é um ponto, entendeu?

E a gente conseguiu informações com o Guilherme, lá de Brasília, do Senar, que confirma que a metodologia não é perfeita, entendeu? E ninguém gosta de tocar nesse ponto. E eu, como produtor, eu tenho que tocar, porque eu tenho consciência dessa parte.

Então, tipo assim, e tanto a MilkPoint e a Embrapa Gado de Leite, e a Universidade de Viçosa do Paraná também não concordam com isso, entendeu? Porque está escrito lá, porque eu fiz pesquisa e mostra que lá a indicação não é correta, você usar dentro do custo direto vaca e bezerro. Aí ela faz tipo uma maquiagem fiscal nesses cálculos, aí o produtor pensa que está tendo lucro e não está, entendeu?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. Compreendido.

O SR. MARCOS PAULO SOUZA DA SILVA (Por videoconferência) - Indo para o segundo ponto aqui. Vamos ver se eu consigo abordar aqui a questão do mix. Eu já ouvi em diversas reuniões que, se for usar o mix da grande indústria para poder fazer o pagamento aqui dentro do Estado de Rondônia, não se usa, vamos dizer assim, não se usa a questão do... se colocar a capacidade da empresa A, vamos pôr assim...

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Está para encerrar aqui o tempo do senhor, mas pode continuar.

O SR. MARCOS PAULO SOUZA DA SILVA (Por videoconferência) - Nossa, já?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Não, pode falar.

O SR. MARCOS PAULO SOUZA DA SILVA (Por videoconferência) - A questão do mix passa a questão assim: se a empresa A, que é a maior do Estado, for pagar a capacidade dela, a pequena não suporta. E dentro do custo de produção do Estado de Rondônia, o que acontece, 90% é pequeno produtor. Esse custo de produção de produtor de 5 litros, para que vocês entendam, é um custo alto.

Então, eles não querem usar o custo do pequeno produtor, porque é muito elevado. Porém, quando vão fazer a análise final dentro do Conseleite, usam o mix da pequena indústria, que também é fraca, como o pequeno produtor, para derrubar a capacidade da grande e, com isso, fazer uma resolução que favorece a indústria, entendeu?

Se o percentual de produtores é pequeno, o custo de produção tem que ser compatível com o percentual de pequenos produtores, entendeu? E isso se estende até à representação.

Quem deveria estar como titular é o representante que compõe a maior base produtiva do Estado, que é o pequeno produtor. Porém, quem representa nós dentro do Estado é o Edmar, que é um produtor de mil e poucos litros de leite, entendeu?

A gente precisaria que tivesse um produtor titular que representasse em cima do percentual, que é o pequeno produtor.

E, para finalizar aqui, que eu vou pular para outra parte, que é a questão da indicação de que foi falado na reunião anterior, a questão da nossa representatividade. Tem uma questão nossa, velha e antiga, com o Hélio Dias, que a gente pede que ele - porque o nosso Conceleite é paritário -, a questão do Cal, acho que é o José Cláudio. Eu não sei se ele é proprietário ou se coordena uma agroindústria, e ele compra leite. E, devido a esse motivo, ele não pode estar votando do lado do produtor. Eu penso assim, a maioria dos pequenos produtores não se sente bem com ele nos representando.

Era necessário que colocassem uma pessoa técnica que não comercializasse leite, entendeu?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Essa pessoa faz parte do Conceleite?

O SR. MARCOS PAULO SOUZA DA SILVA (Por videoconferência) – Faz. Ela está como suplente do Hélio Dias.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Quem? Como é o nome? O senhor pode me falar?

O SR. MARCOS PAULO SOUZA DA SILVA (Por videoconferência) – Acho que é José Cláudio, mas o apelido dele é Cal.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Ele representa os produtores?

O SR. MARCOS PAULO SOUZA DA SILVA (Por videoconferência) – Ele representa os produtores de Rondônia pela Faperon. E ele compra leite, beneficia, vende para aqueles negócios do PAA, aquelas coisas, entendeu?

Então, ele pode participar normalmente. Nós não temos nada contra ele, mas que ele esteja do lado da indústria, não do pequeno produtor. E ele ficou por mais de cinco anos fazendo o nosso custo de produção e defendendo essa tese da vaca de descarte e do bezerro dentro do custo direto.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Tem quanto tempo que ele está no Conceleite? Cinco anos, o senhor disse?

O SR. MARCOS PAULO SOUZA DA SILVA (Por

videoconferência) – Desde quando começou, em 2019, 2020. Desde quando o Conceleite começou a ser divulgado para os produtores, ele já entrou fazendo a questão da Câmara Técnica.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Ele tem agroindústria, no caso?

O SR. MARCOS PAULO SOUZA DA SILVA (Por videoconferência) – Isso. Ele tem uma agroindústria lá, que a gente vê. Não tenho nada contra a pessoa dele, mas eu acho que, por ser...

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Eu entendi a colocação do senhor.

O SR. MARCOS PAULO SOUZA DA SILVA (Por videoconferência) – Entendeu?

A questão também que se falou do cartel. Eu já encaminhei para a senhora a questão do contrato que a gente tinha com a empresa A, vamos pôr assim. E não cumprem nem o contrato com o pequeno produtor. Eles falam que tem livre comércio. Não tem.

E tem um pagamento meu aqui, que eu estava entregando para a empresa B, vamos dizer assim, que é do mês de fevereiro, e eu não recebi ainda, entendeu? Eu coloquei na Justiça para poder receber, e não recebi de fevereiro para cá, porque eu quero corrigido pelo Conceleite, e a empresa não quis pagar.

Eu queria fazer um esclarecimento. Essa empresa hoje está bem fraca. Existe um complô também para poder pegar o leite dela. As outras empresas se unem para fazer o pagamento, para poder coletar os produtores dessa empresa. E as outras não pegam o leite umas das outras. Então, tem todo esse sistema dentro do Estado, entendeu?

Tem uma empresa em específico, que eu não quero citar o nome para não me comprometer, em que todas as empresas do Estado se reúnem e se organizam para poder pegar o leite dela. E nenhuma pega da outra, entendeu? Então, isso atrapalha. E é dessa mesma empresa que eu estou tentando receber. Não recebo desde fevereiro.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Eles continuam atuando no mercado, coletando leite?

O SR. MARCOS PAULO SOUZA DA SILVA (Por videoconferência) – Continuam. Continuam atuando no mercado.

Tem vários outros pontos. Não sei se vai ter tempo para poder explicar.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Nós estamos com o tempo curto, porque nós temos aqui também outras pessoas para serem ouvidas, alguns encaminhamentos. Então, eu só preciso que o senhor veja o que é mais importante para a gente poder registrar.

O SR. MARCOS PAULO SOUZA DA SILVA (Por videoconferência) – É a questão também da coleta. Até o Hélio Dias citou, na reunião, que tem empresa que coleta com dois e com três dias, entendeu?

O SR. RENILDO AVELINO DA SILVA (Por videoconferência) – Marcos, só dá licença.

Marcos pode terminar a sua pauta, tranquilo. Se não der prazo de eu falar, não há problema, tá?

O SR. MARCOS PAULO SOUZA DA SILVA (Por videoconferência) – Não, não. É importante que você fale.

O SR. RENILDO AVELINO DA SILVA (Por videoconferência) – É importante que você finalize. Entendeu?

O SR. MARCOS PAULO SOUZA DA SILVA (Por videoconferência) – A questão da qualidade é importante também. Porque, se a empresa coleta com três dias, e o prazo legal para coletar esse leite é de 24 horas, que ela tem que estar com esse leite na indústria, o que acontece?

Aí existe muito o que se fala dentro do Conseleite, que o leite do pequeno produtor não tem qualidade. Então, tem que analisar isso, porque a empresa também tem um percentual de culpa.

O produtor tem o percentual de culpa dele, entendeu? Mas a empresa também deixa para coletar com mais dias, para poder reduzir o custo. Depois, no final das contas, fala que o nosso leite é ruim.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Perde a qualidade.

O SR. MARCOS PAULO SOUZA DA SILVA (Por videoconferência) – E paga um menor valor.

É, que não tem qualidade. E, tipo assim, fica a critério deles, entendeu? Tem muitos outros pontos, mas eu tenho que passar a pauta para o Renildo.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Mas é feita a análise desse leite para dizer se tem ou não tem qualidade?

O SR. MARCOS PAULO SOUZA DA SILVA (Por videoconferência) – Não. A indústria tem o sistema de coleta dela, que é tudo monitorado, acompanhado. Então ela faz a seleção no tanque. Acho que o tanque tem 3 compartimentos, então ele seleciona esse leite. Mas a questão é: quando eles apresentam lá, ele pode apresentar a análise mais ruim e, com isso, desclassificar o nosso produto, entendeu?

Então, lá para fora, existe um sistema de bonificação por qualidade, e é em cima de porcentagem. Tem até um sistema de desclassificação. E já em Rondônia não existe nada disso, entendeu? Eles pegam esses R\$ 0,20 do valor padrão, mais R\$ 0,20 da bonificação, e repassam para os grandes produtores.

E, o ponto central que eu tenho que frisar aqui referente a essa pauta aqui, o Fundo Garantidor, que a crise do setor leiteiro é para o pequeno produtor. Essa crise não é do grande. Porque eu desafio os grandes produtores de 500, 1000, 1500 litros, a apresentarem as notas do Conseleite, as notas que eles recebem do laticínio. E, quando vim distribuir esse recurso do Fundo Garantidor, os grandes não podem receber, porque quem está pagando essas bonificações altas que os grandes recebem, que a gente sabe que recebem, acaba que é tirado do pequeno produtor.

Agora, se montar um sistema de bonificação através de todo esse sistema que vai ser coletado em cima das importações, isso tem que ser destinado ao setor prejudicado, que é o pequeno, entendeu? De 200 litros, 100 litros abaixo. Agora, esses produtores que entregam acima de 500 litros, 1000 litros, 1500 litros, você pode pegar a nota deles lá, que eles estão recebendo acima de 3.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – É que eles têm a bonificação.

O SR. MARCOS PAULO SOUZA DA SILVA (Por videoconferência) – Então a realidade deles é diferente da realidade nossa. Porque tínhamos capineira, ordenha, piquete, acompanhamento técnico do Senar e ajuda de custo com a energia, entendeu? E em cima do contrato que eu tenho, comprova isso. Foi tirado cinco incentivos do pequeno produtor. Se for somar, dá muito mais de R\$ 0,40. Então, em cima desse produtor que entrega de 100 litros, 80 litros, ou acima de 100 litros, abaixo de 200 litros, você vai ver que o prejuízo é milionário.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Esses incentivos do senhor foram retirados quando?

O SR. MARCOS PAULO SOUZA DA SILVA (Por videoconferência) – Ah, já faz tempo. A partir de janeiro.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Mais de ano? Não tem ano ainda não, não é?

O SR. MARCOS PAULO SOUZA DA SILVA (Por videoconferência) - Não, não. De janeiro para cá foi tirado tudo. De janeiro para cá foi tirado tudo.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Ok. Entendi. Correto.

O SR. MARCOS PAULO SOUZA DA SILVA (Por videoconferência) - Eu vou passar para o Renildo. Tem mais pautas, mas deixar ele concluir. Beleza, Renildo? Passo para você.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Está bem. Obrigado, Marcos Paulo.

O SR. MARCOS PAULO SOUZA DA SILVA (Por videoconferência) - De nada.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Valeu. Renildo, é isso?

O SR. RENILDO AVELINO DA SILVA (Por videoconferência) – Renildo Avelino da Silva.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Renildo Avelino da Silva? O senhor é de qual município?

O SR. RENILDO AVELINO DA SILVA (Por videoconferência) – Eu recentemente estou em Alto Alegre dos Parecis. Eu vivi a vida toda em Rolim de Moura. Praticamente Município de Rolim de Moura. Tenho 50 anos de idade. Cheguei lá com 4 anos de idade, estava por lá até agora.

O SR. MARCOS PAULO SOUZA DA SILVA (Por videoconferência) – Abre a foto, Renildo, da câmera, para ver você.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Já está aberta aqui. Senhor Renildo?

O SR. RENILDO AVELINO DA SILVA (Por videoconferência) – Oi. Está dando de ver aí?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Está sim. Então, tem alguma situação que o senhor queira registrar aqui na CPI do leite para que a gente possa encaminhar?

O nosso trabalho é em torno da denúncia que foi trazida aqui para a gente no sentido de formação de cartel, de preço combinado, de divisão de mercado, a insatisfação também sobre a questão da metodologia do Conseleite. Então, se o senhor tiver alguma informação que o senhor acha que é pertinente apresentar para a gente, o senhor pode falar, está bem?

O SR. RENILDO AVELINO DA SILVA (Por videoconferência) – Deputada Cláudia, boa tarde. Boa tarde a todos que estão ouvindo.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Boa tarde.

O SR. RENILDO AVELINO DA SILVA (Por videoconferência) – Obrigado por esse momento de estar ajudando também o setor. E eu fico agradecido aqui. Já tinha comentado com o seu Manoel, porque eu, o Marcos e o seu Manoel estávamos querendo dar alguma contribuição desde lá de trás, mas a gente não estava conseguindo espaço. Mas agora, até então, eu acho que vai dar para falar alguma coisa.

Você tem alguma pergunta em específico?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Olha, os questionamentos que a gente tem feito aos produtores, porque a gente ouviu já os produtores, agora nós ouvimos já as entidades governamentais que representam o governo. Por último, também ouvimos as não governamentais, hoje o Conseleite. E o Marcos Paulo tinha feito contato com a gente, que ele gostaria

de passar essas contribuições, alguma situação que tem ocorrido.

Mas o nosso questionamento é em torno de saber se na região de vocês, vocês estão tendo esse problema sobre o laticínio, que, geralmente, o laticínio que pega o leite do senhor, se o senhor deixar de entregar para ele e for para o laticínio B, o laticínio B não queira pegar porque há uma combinação. Eu não sei se esse fato acontece. É uma das coisas que a gente gostaria de saber.

A questão da combinação dos preços também. Preços muito, muito equivalentes, muito próximos, iguais na maioria das localidades também, isso tem acontecido. Então é mais ou menos nesse sentido. E sobre a própria metodologia do Conseleite. Como é que o senhor avalia? O senhor acha que, de fato, tem prejudicado? Tem ajudado? O que podemos fazer para poder melhorar? Nesse sentido, o que o senhor acha pertinente?

O SR. RENILDO AVELINO DA SILVA (Por videoconferência) - Está bem. Eu entendi aí. Eu vou reforçar, então, as pautas do Marcos, uma dentro da outra, para que fique mais fácil para seu entendimento. Assim, só para ter mais clareza.

Só dizendo que, a respeito da parte da manhã, com as entidades aí e com o Conseleite. Eu, como conselheiro no Conseleite, pela Faperon, não fui informado; fiquei sabendo agora pelo senhor Manoel e pelo Marcos, depois da 1 hora da tarde. Então estamos aqui com a roupa do serviço ainda, graças a Deus. Mas vamos lá.

Questão da Idaron. Na ocasião em que eu e o Marcos enviamos um ofício para a Idaron, foi, se eu não me engano, de 2020 para cá, porque desde 2019 a gente já vem brigando aí com o Padovani, o pessoal do governo, enfim. E laticínios, isso aí já não é mais nem novidade.

Mas, na época a gente entendia que o produtor ia na Idaron, a Idaron dizia para ele: "Ó, seu gado é de leite ou é de corte?" Aí o produtor às vezes tem um gado misto que não é de leite. Aí colocava lá como vaca de leite. Quantas vacas? 100 vacas. Às vezes 50 era mista, nem leite dava; 50 talvez era de leite.

Então foi isso que o Marcos quis dizer, que tem que ter coerência; porque o pessoal que até agora, até agora, estava dentro do Conseleite, na Câmara Técnica do Conseleite, fazendo nossos custos de produção, como esse aí que o Marcos citou o nome dele, José Cláudio, o Cláudio. Ele que fazia os nossos custos de produção e a gente ficou sabendo por ele que sempre perguntavam à Idaron para levantar dados do produtor.

Isso é muito incoerente. Espero que isso não esteja mais acontecendo. Mas se isso estiver acontecendo, que a Idaron tenha técnico suficiente para saber se um produtor tem "x" vaca de leite ou não; para que não aconteça esse tipo de coisa. Porque isso, quando vai para a Câmara Técnica do Conseleite, 100 vacas, 50 brancas e 50 de leite, ela vira 100 vacas de leite. Isso fez com que... O custo hoje, o levantamento de dados, por vaca no Estado, está 5 litros de leite.

Então, isso diminuiu muito aí. Diminui o setor, diminui em si a qualidade do produto no estado. Então eu acho

que isso aí não é só para o produtor; eu acho que isso aí para o Estado e para as indústrias, isso aí seria de grande valia.

Então essa é uma das pautas que o Marcos colocou aí. Estou só esclarecendo para que se exija da Idaron. Se o Conselho vai levar para a Câmara Técnica do Conceleite, os dados da Idaron —, e esse ano eu fiquei sabendo que ainda buscaram dados lá com esses novos técnicos que foram inseridos no Conceleite, na Câmara Técnica do Conceleite —, então eles também estiveram passando pela Idaron. Então, se isso vai...

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Renildo, vocês têm levado essas ponderações para a reunião do Conceleite, sobre esses cuidados da Idaron na hora desse cadastro? Para colher essas informações com bastante, assim, que elas constem todos esses dados, para que não generalize lá: “O cara tem 50 vacas de leite e 50 de corte”, para que de fato ele possa discriminar corretamente. Vocês já têm feito esses alertas? E sabe se houve alguma recomendação para a Idaron?

O SR. RENILDO AVELINO DA SILVA (Por videoconferência) - Deputada Cláudia, eu lembro que eu e o Marcos enviamos ofício na ocasião, pedindo essa situação. E a Idaron disse que não poderia fazer nada porque ela não tinha técnico suficiente para ir a campo e saber se o produtor tem vaca de leite ou de corte. Simplesmente, o produtor chega lá e fala que tem vaca de leite. E fica por isso mesmo. Então não há uma fiscalização por essa parte.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - É, realmente, eu acho que o Estado não tem perna para isso. Mas se preencher a ficha direitinho, a gente fica, eu acho, muito próximo daquilo que é real.

O SR. RENILDO AVELINO DA SILVA (Por videoconferência) Cobramos muito dos produtores, nos últimos anos, nos grupos, para que tenha mais coerência nesses dados. Eu espero que esteja melhorando. Mas vamos... Deu para você entender, não é?

Vamos pela outra. A questão da cota que o Marcos falou, em Minas Gerais se usou muito, eu não sei se você já ouviu dizer, em cota de leite. A cota de leite é levantada no período seco, porque o período das águas, os laticínios alegam que é excesso. Exemplo: eu tenho 50 litros de leite nos primeiros 6 meses da seca. Começou a chover, eu vou para 100 litros. Então, 50 litros é excesso. O laticínio poderia continuar pagando a minha cota, que eu mantive com ele no período seco, “x”, um padrão de leite bem equalizado; e o excesso, a gente discutiria um outro preço, caso isso seja necessário. Esse seria o efeito-cota. Não sei se você entendeu quando o Marcos foi da colocação, mas seria exatamente isso aí.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - É interessante.

O SR. RENILDO AVELINO DA SILVA (Por videoconferência) - Então vamos para outra. Pode falar.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Sim. Hoje de manhã foi falado muito sobre a questão do programa garantidor do preço do leite. Eu vejo que nós precisamos de ter algum subsídio, principalmente para o pequeno produtor, porque essa crise está, quem mais está sendo prejudicado são os pequenos, que produzem aí 50, 60.

O SR. RENILDO AVELINO DA SILVA (Por videoconferência) – Isso. Exatamente.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - E nada mais do que justo do que ter uma bonificação, um subsídio, algo para ajudar esses produtores, porque esses produtores hoje, que dá em torno de uns 57%, é o que a gente sempre teve aqui em Rondônia, ou até mais. E sempre foi nessa base.

E aí hoje isso, do ponto de vista social, é um impacto negativo muito grande se a gente for perdendo esses produtores, porque eles não vivem só do leite, têm outras rendas também. Só que é muito importante essa produtividade deles hoje para a indústria, é muito importante eles permanecerem no campo, tendo dignidade.

Então, é claro, se houver um incentivo do Estado, daqui a pouco eles podem aumentar e ter mais produtividade. Então, a gente entende que hoje, ou uma cota, ou esse fundo, a gente precisa de pensar em algo, até porque a gente tem algumas fontes que dariam essa condição de ajudar esses pequenos produtores.

O SR. RENILDO AVELINO DA SILVA (Por videoconferência) - Então, eu vou até pular uma das pautas do Marcos aqui, e vamos falar sobre esse subsídio aí.

Recentemente o senhor Manoel conseguiu conversar com o governo para que ele desse um fundo aí tirado dessas importações. Porém, a gente está aguardando ainda alguns documentos para que a gente possa colocar dentro desse documento. Eu não tive acesso ainda, não sei quando esse documento vai estar pronto, mas eu preciso ter acesso e colocar várias pautas dentro dele, e espero que elas já estejam lá quando eu pegar.

Mas só para contribuir, recentemente cerca de cento e poucos produtores “pagou” dez projetos de lei que vêm direto ao produtor. Porém, a gente ainda está esperando por alguns parlamentares e ainda não sabemos se isso vai dar seguimento. Mas enfim, está parado aí em algum lugar.

O subsídio, a respeito, porque a gente teve uma reunião lá com o senhor Manoel, eu sugeri a mesma pauta, acho que o senhor Manoel sugeriu, porque o que é que acontece, Deputada Cláudia? Quando você destina esse dinheiro para uma entidade, já aconteceu lá atrás, na gestão Padovani, do Fundo Proleite. Esse Fundo aí que o Ivo Cassol criou lá em 2010, se eu não me engano, 2009, 2010, acho que ele entrou em vigor em 2013, por aí. E esse fundo é o governo que estava tomando conta dele. Mas, até então tudo bem.

Mas, o que é que estava acontecendo? Eles estavam usando esse Fundo dando calcário para hortifrutigranjeiro,

estava chegando em determinados locais que não era do setor leiteiro, vamos dizer assim. Nada contra ajudar quem está precisando, mas o nosso produtor, o pequeno produtor, esse tão sofrido, lá do cantão, nunca consegue chegar lá, porque os mais ativos, os mais "velhaco", vamos dizer assim, num mineiro mais popular, não é? Então ele chega primeiro e, quando tem uma sobrazinha, ela não chega lá.

Então, quando se destina uma entidade a fazer isso, fica difícil chegar lá na ponta. Então eu sugeri, juntamente com o senhor Manoel, que se porventura esse fundo do governo vier para o setor, que ele seja diretamente no CPF do pequeno produtor.

O Marcos falou umas coisas aí muito importantes. A gente está brigando por uma pauta aí no Conseleite pelo padrão. O Conseleite, até 25 litros é o menor valor, que hoje está R\$ 1,98. O padrão é acima de 25 a 200, ele está R\$ 2,18. E o maior valor, me parece que R\$ 2,54, se eu não me engano, me falta a memória agora, R\$ 2,50 e alguma coisa, ele é para o grande produtor, que hoje está acima de 200 litros.

Hoje, o laticínio impôs de 0 a 100 para pagar o menor. De 100 a 200 o padrão, ou seja, se você entregou 100 litros de leite só, você ainda recebe o menor valor. Temos nota aqui que comprova isso. Você tem que entregar no mínimo 101 litros de leite para você, e ainda assim tem produtor que recebeu menor.

Esse mês mesmo aqui no Município de Rolim, um produtor de 230 litros deveria ter recebido o maior valor do Conseleite, não recebeu, recebeu o padrão. Ou seja, R\$ 2,12, que era o mês passado, R\$ 2,18 para o próximo mês agora. E aí você vai procurar uma outra empresa que seja da indústria, das indústrias, esqueci agora aí como é que fala.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - O Sindileite?

OSR. RENILDO AVELINO DA SILVA (Por videoconferência) – O Sindileite, o Sindileite. Exato. Aí você procura algum deles, eles não pegam leite do A, não pegam leite do B, vamos chegar aí mais ou menos onde você estava falando já hoje. Por exemplo, hoje a gente tem a Idaron, e se você oferecer um leite do Idaron hoje para qualquer indústria, qualquer indústria, é apto a pegar no outro dia. A Idaron não faz parte do Sindileite, é a única indústria que não faz parte. As outras todas, praticamente, não é todos que estão inseridos no Conseleite, mas do Sindileite são todos; é a única que não faz.

Então é muito importante isso aí hoje. O produtor, hoje, por exemplo, uma outra coisa, eu vou acabar misturando aqui porque é muita coisa: o pequeno produtor não consegue mais a indústria colocar um tanque na propriedade dele. O produtor tem que ter acima de 100 litros.

Se ele tiver menos, então... então a indústria já está jogando fora o pequeno produtor, automaticamente já pisou na goela do pequeno produtor, porque se o pequeno produtor não tiver um vizinho com acesso aonde ele possa levar o seu leite para que possa resfriar,

e ele receber no mínimo o menor valor do Conseleite, ele já está expulso.

O pequeno produtor, às vezes, não tem condição de comprar um tanque. Acontece de ter alguns tanques de associação, de cooperativa. Então isso aí ainda está salvando o pequeno produtor, que é esse aí de 0 a 25. Mas a indústria está jogando para 100 litros.

Então, se você não tiver no mínimo 100 litros de leite hoje, você também não vai conseguir ter um tanque da indústria. Você automaticamente vai ter que arrancar do bolso aí hoje, sei lá, R\$ 15 mil, R\$ 20 mil, para você colocar um tanque na propriedade.

Isso está fazendo com que, dia após dia, eu já tenho presenciado aqui nos últimos 2 meses mais de, pelo menos, uns 8 produtores que já saíram da atividade. Produtores até razoavelmente entre 80, 70, 100 litros de leite.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - O senhor é de Alto Alegre dos Parecis, não é?

OSR. RENILDO AVELINO DA SILVA (Por videoconferência) – Eu estou em Alto Alegre dos Parecis, mas morei ali em Rolim a vida toda. Tem 6 meses que eu estou morando aqui.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - O senhor produz quantos litros diariamente?

OSR. RENILDO AVELINO DA SILVA (Por videoconferência) – Eu já ia lhe falar. Inclusive, de outubro para cá eu não estou entregando 1 litro de leite. Minhas vacas estão aqui porque lá eu tinha um grupo de produtores, e como a gente é um grupo, a gente recebia um pouquinho melhor. Estava dentro do padrão, esse aí que o Marcos falou.

Mas aqui eu virei um lobo solitário, e eu falo demais nesse Estado, da indústria, não quer saber nem de me ver. Tanto é que você sabe que nem o link da reunião hoje foi divulgado para mim, nem por entidades e nem por indústria. E olha que a gente tem o grupo do Conseleite lá, e automaticamente os links para os conselheiros vão todos naquele grupo.

Então vamos deixar isso aí, deixa isso quieto aí. Mas aqui, se eu fosse tirar a cerca hoje de leite, 80 litros de leite, que era o que eu estava tirando das últimas notas, então eu tenho as últimas notas, eu ia estar recebendo o menor valor aqui. Então o que eu fiz? O gado subiu, soltei meus bezerros para o pasto, criou uns bezerros muito bonitos, e eu vendi eles próximos a bezerro de corte. Então, eu não perdi dinheiro, eu ganhei.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - O senhor se desfez das vacas leiteiras?

OSR. RENILDO AVELINO DA SILVA (Por videoconferência) – Não desfiz. Ainda tem bastante delas aqui. Tem bastante. Então, para mim, entregar um leite aqui hoje, eu vou ter que, primeiro, procurar um tanque coletivo,

que está a cerca de 3 quilômetros da minha propriedade, e entregar leite pelo menor valor do Conseleite, que não vai me cobrir os custos.

Então, eu estou parado. E se continuar da forma que está aí, eu não tenho vontade nenhuma de voltar para o leite. Não tem condição. Vou preferir mexer com vaca branca.

Então, assim, mas vamos lá, o que interessa aqui é outra coisa. Só para refletir para você que eu não, no momento de ano, não estou entregando leite. Não adianta eu falar que eu estou entregando porque eu não estou.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Nós temos mais 5 minutos. Nós estamos aqui com outros também para serem ouvidos. Está bom?

OSR. RENILDO AVELINO DA SILVA (Por videoconferência) – Tá. Então a questão do menor valor, aí que o Marcos falou, a gente já falou, a questão da metodologia.

Eu queria refletir um pouquinho na questão da metodologia, embora a gente não entenda muito, mas a análise que o Marcos já explicou aí, que tem como melhoria a questão da metodologia.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Onde o senhor acha que é possível melhorar, do ponto de vista do senhor?

OSR. RENILDO AVELINO DA SILVA (Por videoconferência) – Essa tecnologia que o Marcos falou, que a gente buscou, que é parte da metodologia, inclusive esse Guilherme lá, se eu não me engano, ele é o presidente do CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil) de Brasília, e foi ele que direcionou um áudio para a gente. Não sei se você já teve acesso a esse áudio. Diz ele que a metodologia nenhuma é perfeita, ela cabe melhoramentos.

A gente recentemente colocou lá, por indicação, o Vitor Paiva, na Câmara Técnica do Conseleite, e ele defende que não se deve considerar a vaca e o bezerro de descarte no custo direto no levantamento de custo do produtor de leite, no caso, o de leite em si.

Então, isso aí é uma coisa que vem sendo colocado. A gente tem áudio aqui da menina do CNA, que é técnica e coordenadora hoje. Ela diz que, quando vai fazer o levantamento de custo, é usado as propriedades moldais. O que é que é propriedade moldais hoje? Qual é a porcentagem de propriedades moldais que temos no Estado? É 5%, 10%?

Então, quando se leva em consideração, acaba com o pequeno produtor, porque a propriedade modal hoje, vamos dizer, é de 20 litros. Quanto mais você tira leite de uma vaca, mais você baixa o custo. Isso é verídico, mas não é a realidade do Estado.

Então, a gente quer trabalhar com a realidade do Estado. Não que não tenha que melhorar. É claro que tem. Mas, se 80% do Estado hoje é pequeno e 20% é grande, a gente não pode levar essas considerações para a Câmara Técnica do Conseleite, porque isso derruba,

automaticamente, o preço para fazer o levantamento de custo. Eles levam para a Câmara Técnica, decidem lá o que vai ser feito.

Esses dados, quando a indústria manda para a faculdade, são mandados dessa forma. Então, ela faz em cima disso, não faz em cima do pequeno.

O SR. MARCOS PAULO SOUZA DA SILVA (Por videoconferência) – Renildo, a questão do mix... A questão do mix da indústria.

OSR. RENILDO AVELINO DA SILVA (Por videoconferência) – Só um minutinho, Marcos. Vou concluir aqui.

Quando vai para o Conseleite, por exemplo, a faculdade pegou os dados da propriedade modal e levou para o Conseleite. Esses são os custos do produtor. Mas, ela também pegou os custos da indústria, que é a indústria de 50 mil litros de leite no Estado e a indústria de 400 litros. Dá uma diferença, não é? Uma indústria grande e uma pequena.

Então, deveria levar os custos. Já que leva do produtor a propriedade modal, deveria pegar o maior laticínio do Estado e levar só o custo dele. Foi isso que o Marcos quis dizer. E não é assim que é feito.

Então, se não leva em consideração o custo do pequeno...

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Tem que levar!

OSR. RENILDO AVELINO DA SILVA (Por videoconferência) – Na hora de fazer a transferência, não faça também da indústria pequena. Faça só da grande.

Então, quando se leva para fazer lá no mix no Conseleite, eles usam a indústria grande e a indústria pequena.

Quando levam os custos do produtor, só levam os custos da propriedade modal, que é a propriedade grande. E isso tem trazido... Por exemplo, hoje está muito aberto no Conseleite...

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Leva só da grande propriedade e não da pequena?

OSR. RENILDO AVELINO DA SILVA (Por videoconferência) – É a informação que a gente tem. O professor fala isso. Automaticamente, a gente tem essa informação.

Porque, lá no Conseleite, são levados os dados da indústria grande e da pequena, os mix. Tudo é levado em consideração. Mas, quando vai fazer o custo do produtor, não leva em consideração o meu custo hoje, que está em torno de R\$ 5,70 para produzir um litro de leite, enquanto o grande produtor hoje está em torno de R\$ 3,00 a R\$ 3,50.

Então, se leva o custo do grande, que é de R\$ 3,50, e vai fazer o mix da pequena e da grande indústria, leve o meu custo também, que hoje é de R\$ 5,70 para produzir um litro de leite.

Então, isso é um desparelho muito grande, e a gente precisaria melhorar isso, sim, Deputada Cláudia, na Câmara Técnica do Conseleite. Espero que os conselheiros...

Eu tinha muitas pautas para passar aos conselheiros, tá? Mas, eles são muito entendidos, são técnicos. Então, não pode levar minhas pautas para lá, como produtor, são muito técnicos. O que eu falo não vai surtir muito efeito para eles.

Então, o pequeno produtor está sofrendo, sem voz e sem direito até de reclamar. Eu venho batendo nas indústrias desde dezembro, quando tiraram o padrão do Conseleite.

Outra coisa que não deveria estar acontecendo: a indústria alega que pode pagar o padrão acima de 25 litros, por que está aplicando acima de 100 litros? Então, isso é uma coisa que eu venho falando, inclusive com as entidades. Dou nome aqui: Hélio Dias e Carlinhos. Inclusive, fui criticado por isso.

Mas, graças a Deus, parece que, na última reunião, eles entenderam o fio da meada, eu acho, e deram um parecer favorável.

Espero que as indústrias tenham entendido isso e que, a partir daí, possa haver melhoramento nos próximos pagamentos. Caso não houver, essa é uma das pautas que caberia, sim.

Como no Rio Grande do Sul, lá tem... Como é que fala? Me ajuda aí, Marcos.

O SR. MARCOS PAULO SOUZA DA SILVA (Por videoconferência) – Tem a lei. A lei que obriga eles a pagarem.

O SR. RENILDO AVELINO DA SILVA (Por videoconferência) – Lá tem uma lei que obriga.

E aqui, pelo que eu estou entendendo, nem as entidades querem criar um meio para obrigar.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Qual é a lei, Marcos?

O SR. MARCOS PAULO SOUZA DA SILVA (Por videoconferência) – No Rio Grande do Sul tem uma lei que obriga as empresas a pagarem a capacidade ditada pelo Conseleite, entendeu? Eu sei que existe uma lei lá que faz com que a empresa pague.

E hoje, mais cedo, vocês viram que a indústria apresentou os dados do Conseleite dizendo que Rondônia está pagando o preço médio ao produtor no Brasil.

Então, isso é o que eu sempre comento: o Conseleite está servindo apenas para dar legalidade à indústria. Eles vêm, apresentam que estão pagando, porém estão pagando para o grande e tirando do pequeno.

E, quando a gente falou mais cedo que queria fazer a lei que vocês sugeriram, vocês viram que tanto a Faperon quanto a Fetagro foram contra, contra porque não querem pressionar a indústria. Então, é esse o impasse que existe.

Outra: quem tem que estar representando o produtor de Rondônia, que a base produtiva é pequena, 70% a 80%, é um pequeno produtor. E o pequeno produtor que está conversando com você nem sequer sabia da reunião. Então é o descaso que acontece dentro das entidades.

Quem representa nós é dono de uma agroindústria e um produtor que entrega mais de 1500 litros de leite, entendeu? Isso está errado. É a minha contribuição, Renildo.

O SR. RENILDO ACLINO DA SILVA (Por videoconferência) – Certo, Marcos. Obrigado.

Então, Deputada Cláudia, a questão da lei no Rio Grande do Sul, existe essa lei, obriga. E aqui os laticínios têm seu livre-arbítrio para pisar na goela do pequeno produtor e pagar o que eles bem querem. Então, eu resumo aqui dizendo para você, o mesmo que eu falei para o Hélio e para o Carlinhos, que são presidentes das entidades Fetagro e Faperon: para que o Conseleite aqui no Estado de Rondônia se as indústrias estão pagando o que querem?

Se você procurar o grande produtor hoje, que ele está recebendo o maior valor do Conseleite, para ele está bom. Propriedade modal, tudo sob controle. Não tem nada errado para eles no Conseleite. Mas a própria indústria está alegando, dentro do Conseleite, que pode pagar acima de 25 litros, e não está pagando. Está pagando acima de 100. Está mentindo na cara dura, e os conselheiros estão lá dando voto “sim” ainda para poder contribuir. É isso que o Marcos está dizendo.

Os próprios conselheiros estão dando legalidade para a indústria passar o pé nos produtores. É o que tem acontecido de dezembro até aqui. Puxa minhas falas lá nas reuniões do Conseleite, de dezembro para cá. Pode pedir as gravações lá e pega as partes que eu falei. Eu venho falando em cima disso desde lá.

Essa última reunião, que me parece que mais uns conselheiros também entenderam, como o Leandro, o Valdivino, enfim, e está ajudando a gente nessa situação. Eu espero que isso obtenha isso, pelo menos é o que a gente tem até na última reunião do dia 7.

O SR. MARCOS PAULO SOUZA DA SILVA (Por videoconferência) – E a questão do Cal, Renildo, a questão do Cal, a questão da paridade. Isso não está certo também não, porque quando o Hélio Dias não está lá dentro do Conseleite, quem vota é o Cal. A gente está com a maioria da indústria, não do produtor. Por isso, que a gente pede para tirar.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – A gente fez essas anotações aqui, mas acho que tem umas questões também que é bem interna, acho que também tem que ser colocado internamente lá para que possa ser resolvido, mas a gente vai citar isso, porque realmente, se ele representa a indústria, ele tem que estar como indústria e não como produtor.

Mas, eu agradeço a contribuição de vocês, foi importante aqui. O lamento só muda de endereço, porque o lamento de vocês é o lamento de todos os produtores. Infelizmente. A gente fica triste por isso, mas acho que é das dificuldades que vêm as oportunidades. Mas, agradeço bastante, foi valoroso a fala, no sentido de contribuir.

Vocês sentem na pele essa angústia que todos têm sentido. E, realmente, a gente sabe que dentro da cadeia todos são importantes, mas quem é que nesse momento está sendo mais penalizado? É aquele pequenininho que precisa do leite, mas ele tem lá na sua propriedade a diversidade, e que o leite é o dinheirinho mais rápido que entra ali para a família para poder sobreviver.

O SR. MARCOS PAULO SOUZA DA SILVA (Por videoconferência) - Deputada Cláudia, eu tenho uma pauta aqui rapidinho, um minuto.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Sim, pode falar.

O SR. MARCOS PAULO SOUZA DA SILVA (Por videoconferência) - Então, o Governo do Estado de Rondônia está incentivando o Italac na questão de vaca de alta produção. O que eu queria deixar bem claro é que isso feito errado vai acabar matando o produtor. A gente não adianta ter uma vaca de alta produção e não ter condição de tratar dela. Entendeu? Nós não somos contra a vaca de alta produção. É porque para poder você colocar uma vaca de alta produção dentro de uma pequena propriedade, você tem que ter uma estrutura. E a gente vê que dentro do Governo do Estado, além de eles importar por Rondônia, eles ainda estão incentivando a questão do Italac, junto com uma parceria com o Italac, que nós não sabemos nem como funciona isso direito, mas é vinculado com o Governo de Rondônia e a empresa Italac para subsidiar vaca de alta produção.

Mas, vaca de alta produção sem um contrato vinculado com o custo real de produção vai direcionar o produtor para o endividamento. Então, isso é uma coisa muito séria que está sendo feito dentro do Estado. Entendeu? É um perigo isso.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto. Está bem.

Eu agradeço, Marcos Paulo, a sua participação. Seu Renildo, também agradeço. A gente fez as anotações aqui das ponderações, mas tudo fica registrado aqui. A gente tem uma equipe técnica que está aqui atrás, que faz toda a Ata das oitivas que são feitas aqui. E a gente fez essas reuniões em alguns municípios, muitos produtores participaram, outros não puderam estar presentes, mas na medida do possível a gente tem tentado dar voz para todos para a gente entender essa problemática. Que, na verdade, a gente sabe que ela só muda de endereço, mas que é a mesma em todos os lugares.

Então, muito obrigado. E nós estamos aqui à disposição. Em breve a gente vai compartilhar o relatório. Hoje acredito que seja a nossa última reunião da CPI, e a gente já parte para a confecção do relatório.

A gente sabe que é um trabalho que se conclui, mas a gente tem as demandas que foram apresentadas, proposições, e que eu acho que o mais valioso desse processo todo vai ser a gente, realmente, dar

encaminhamentos e fazer com que essas proposições se tornem políticas públicas, mas que também elas se tornem uma política de Estado. Porque entra governo, sai governo, e a gente precisa que continuem essas políticas públicas efetivas para o setor produtivo do leite. A gente sabe que é desafiador, mas não é impossível; e quando a gente tem pessoas que têm responsabilidade, é possível isso se concretizar. Está bem? Muito obrigada. Declaro por encerrada aqui a nossa oitiva.

O SR. RENILDO AVELINO DA SILVA (Por videoconferência) - Obrigado, Deputada Cláudia. Obrigado pela oportunidade. E, só ressaltando aqui que tem muito mais a ser falado, porém eu não faço muita anotação, eu tenho de cabeça isso aí já desde 2001, o Marcos também. Então, assim, tem várias coisas...

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - O senhor representa alguma entidade também, senhor Renildo? O senhor e o Marcos Paulo? Representa alguma entidade?

O SR. RENILDO AVELINO DA SILVA (Por videoconferência) - Não, não entendi.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Se vocês representam também alguma entidade? Se estão ligados a alguma associação de produtores de leite, alguma coisa nesse sentido?

O SR. RENILDO AVELINO DA SILVA (Por videoconferência) - Eu tenho nome numa associação de leite aqui de Rolim de Moura, a APRUV (Associação dos Produtores Rurais Unidos Venceremos). Eu sou...

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - É porque, assim, como a gente está aqui numa reta final dos trabalhos, eu percebo que são proposições que vocês estão querendo fazer. Se vocês quiserem fazer um encaminhamento aqui para a gente também, por escrito, daquilo que vocês acham que é pertinente, é palpável para se propor, facilita bastante para nós, que a gente pode, inclusive, inserir dentro do nosso relatório da CPI também. Se assim vocês acharem que fica bom para vocês. Pode ser?

O SR. RENILDO AVELINO DA SILVA (Por videoconferência) - Ele pode ser individual ou ele tem que ser através de alguma entidade ou associação?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Se for através da entidade, melhor. Mas se não tiver, pode ser como produtores de leite, aí vocês só têm que me colocar os dados certinhos da Linha, do setor, para a gente poder compreender. Mas pode ser como produtor. Se tiver mais alguns que queiram se juntar nessa proposta, não tem problema. A gente recebe do mesmo jeito.

O SR. RENILDO AVELINO DA SILVA (Por videoconferência) - Qual é o prazo que a gente ainda tem?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Nós vamos agora estar trabalhando o relatório, então, assim, no decorrer dessa semana vocês conseguem? Ou até sexta-feira, ou até segunda-feira da semana que vem?

O SR. RENILDO AVELINO DA SILVA (Por videoconferência) - A gente vai entrar num grupo aqui que a gente tem, de cento e poucos produtores, pegar alguns relatórios e mais alguma coisa, e aí a gente conversa por lá e vê o que é melhor para a gente estar enviando, tá?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - O Marcos Paulo tem o meu contato. Marcos Paulo, você pode passar para o senhor Renildo, e nós ficamos no aguardo de vocês, que aí eu acho que fica melhor também, que já vem uma proposta, daquilo que vocês têm sentido no dia a dia e fica bacana a gente inserir dentro desse processo da Comissão. Da forma que vocês mandarem, nós vamos inserir aqui, está bem? Obrigada.

O SR. RENILDO AVELINO DA SILVA (Por videoconferência) - Positivo, Deputada Cláudia. Obrigada.

O SR. MARCOS PAULO SOUZA DA SILVA (Por videoconferência) - Valeu, Deputada Cláudia.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Valeu, meu amigo. Tudo de bom. Até mais.

Nada mais havendo a tratar, eu gostaria de estar fazendo o encerramento desta oitava, agradecendo aqui a todos que participaram na parte da manhã, agora no decorrer da tarde. Agradecer aqui de forma muito especial a todos os servidores da Assembleia Legislativa que nos deram suporte para que todos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito da cadeia produtiva do leite pudessem estar acontecendo. Então, declaro por encerrada esta reunião.

(Encerra-se esta Reunião às 16 horas e 35 minutos)

14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO — CPI DESTINADA A INVESTIGAR E APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES EM TODO O PROCESSO DA CADEIA PRODUTIVA DO LEITE DO ESTADO DE RONDÔNIA.

EM: 14.09.2026

INÍCIO: 14h42min

PRESIDENTE: SRA. CLÁUDIA DE JESUS

RELATOR: SR. EYDER BRASIL

MEMBROS: SR. DELEGADO CAMARGO

SR. DRA. TAÍSSA

SR. PEDRO FERNANDES

SR. EYDER BRASIL

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Sob a proteção de Deus, declaro aberta a 14ª Reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito — CPI, destinada a investigar e apurar possíveis irregularidades em todo o processo da cadeia produtiva do leite do Estado de Rondônia e dá outras providências.

Aos 14 dias do mês de setembro de 2026, no plenarinho 2 da Assembleia Legislativa, com a presença dos senhores deputados: Deputada Drª Taíssa, de forma on-line; Deputado Pedro Fernandes, de forma on-line; Deputado Eyder Brasil, presencialmente; Deputado Delegado Camargo, presencialmente; e Deputada Cláudia de Jesus, presencialmente.

Não temos nenhuma ausência justificada.

Solicito ao Senhor Deputado Delegado Camargo que proceda à leitura da Ata da reunião anterior.

O SR. DELEGADO CAMARGO - (Procede à leitura da Ata da última reunião)

Lido, Senhora Presidente.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, Deputado Delegado Camargo.

Em discussão a Ata que acaba de ser lida. Em votação. Como vota Deputado Eyder Brasil?

O SR. EYDER BRASIL (Relator) - Favorável.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Como vota o Deputado Delegado Camargo?

O SR. DELEGADO CAMARGO - Pela aprovação.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Deputada Cláudia de Jesus volta pela aprovação.

Deputada Drª Taíssa, como vota? Deputado Pedro Fernandes?

Ata aprovada.

Nós temos dois encaminhamentos aqui para fazer, deputados. Antes eu quero agradecer Deputado Delegado Camargo, Deputado Eyder Brasil, por estarem aqui convosco. A gente gostaria já de encerrar os trabalhos da CPI, porém nós temos duas informações importantíssimas para o fechamento do relatório.

Nós temos aqui uma prévia já pré-pronta, que o Deputado Eyder, junto com a equipe, já preparou, porém, é decisivo a informação de dois documentos que foram reivindicados, solicitados por essa CPI e que nós ainda não recebemos a resposta. É o documento de nº 4039 e o documento nº 5876, que foi o motivo da prorrogação dessa CPI. A última prorrogação que foi feita, que foi por esse motivo e, infelizmente, nós não recebemos essa resposta.

Então, a gente vai fazer essa prorrogação para concluir, com muita responsabilidade, esses trabalhos e também já fazer um compromisso de, além de mandar um documento aqui aprovado por essa CPI, a gente também ir in loco para pedir agilidade, até porque a gente gostaria já de finalizar esses trabalhos.

Foi uma CPI que, de fato, a gente ouviu o setor produtivo, os produtores de leite, teve debates importantes, como também muitas proposições, muitas mesmo. A gente tem demandas importantes que, se elas de fato forem aplicadas, nós teremos resoluções importantes para os produtores de leite do Estado de Rondônia.

Então, eu vou colocar aqui em votação, Deputado Delegado Camargo, Deputado Eyder Brasil, o Requerimento para prorrogar por mais 30 dias esta CPI que trata da cadeia produtiva do leite.

Nós vamos tentar agilizar ao máximo como Presidente dessa Comissão para que esses documentos cheguem, para que o Deputado Eyder, junto com a equipe, possam finalizar esse relatório e a gente volte aqui aos trabalhos o mais breve possível. A gente prorroga por 30 dias, que é o prazo que nós temos, mas a gente quer ver se agiliza esse trabalho, porque são somente detalhes, mas são detalhes importantes para o relatório da CPI.

A gente está acompanhando junto com o Deputado Eyder até porque tem um movimento muito importante, participando de vários debates. Então, estamos bem entrosados no sentido de tudo que foi discutido, bem alinhados junto com ele para ajudar também nessa conclusão dos trabalhos.

Então, eu coloco aqui em votação o Requerimento que prorroga por mais 30 dias essa CPI da cadeia produtiva do leite. Gostaria de colocar em votação.

Como vota o Deputado Eyder Brasil?

O SR. EYDER BRASIL (Relator) - Pela aprovação.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Como vota Deputado Delegado Camargo?

O SR. DELEGADO CAMARGO – Pela aprovação.

Presidente, apenas deixando registrado aqui a Vossa Excelência. Também considero indispensáveis os documentos requisitados para que sejam concluídos os trabalhos dessa CPI.

No entanto, o Supremo Tribunal Federal já esclareceu em suas decisões a possibilidade das Comissões Parlamentares de Inquérito, como estas CPIs, em determinar busca e apreensão de documentos, objetos, inclusive computadores, em locais que não são considerados invioláveis, desde que, a decisão da CPI seja tomada por um órgão colegiado como esse; sejam documentos relacionados com o fato investigado e, obviamente, a decisão esteja concretamente fundamentada.

Veja, três requisitos: decisão colegiada; fato, documento relativo ao fato investigado; e terceiro, a diligência não ocorra em domicílio ou algum local privado com uma fundamentação concreta.

Então, Presidente, apenas - eu concordo pela prorrogação -, mas peço a Vossa Excelência que faça constar nesse documento que irá reiterar a solicitação desses dados, que, uma vez não atendido no prazo, será submetido à decisão colegiada a possibilidade de exercício de busca e apreensão dos documentos

necessários para a conclusão dos trabalhos desta CPI. É como me manifesto, Presidente.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto. Eu solicito à nossa equipe aqui, que está dando suporte aos trabalhos, para que insira dentro desse Requerimento, essa indicação também sobre a questão legal, porque já foram aí 30 dias que foram feitos esses dois documentos. Eles são decisivos porque, mediante a denúncia feita, nós precisamos de informações fiscais para a gente realmente dar essa constatação sobre a denúncia que foi feita pelos produtores.

Então, que faça constar que, se não houver resposta, que iremos, através dessa CPI, tomar as medidas cabíveis. Então, assim, ficaria o Requerimento dessa forma.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Presidente, só para dar o fundamento legal aqui para a equipe técnica, pode fazer constar.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Sim.

O SR. DELEGADO CAMARGO - O caso emblemático é na CPI da Petrobras. Então, pode colocar até e anotar o Mandado de Segurança 33.666-3, que foi onde o STF esclareceu o poder de busca e apreensão das CPIs, é a CPI da Petrobras. Então, só para fazer constar no ofício, inclusive, o número: 33.666-3. Obrigado, Presidente.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, Deputado Rodrigo Camargo.

Assim fica aprovado o Requerimento, eu, Deputada Cláudia de Jesus, também voto favorável.

E fica esse encaminhamento, e a gente, o mais breve possível, deputados aqui presentes - Deputado Rodrigo Camargo, Deputado Eyder Brasil -, recebendo essas informações, a gente passa já ao Deputado Eyder para a conclusão desse relatório, para que a gente possa novamente se reunir para finalizar esse trabalho que tem sido feito com muita responsabilidade.

Eu estou crente de que nós vamos conseguir fazer um trabalho muito importante. É óbvio que não é uma decisão somente desse Parlamento, mas a gente sabe que depende muito do governo, e principalmente do futuro governo que assumir o Estado de Rondônia.

Os deputados gostariam de se manifestar, fazer alguma fala, ou podemos encerrar os trabalhos?

Bom, agradeço a participação do Deputado Eyder Brasil, do Deputado Rodrigo Camargo, de toda a equipe da Assembleia. Obrigado por todo o suporte que têm nos dado para mais uma reunião desta CPI.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Encerra-se esta Reunião às 14 horas e 58 minutos)

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS

ATO Nº 1812/2026/SEC-RH/ASTEC/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

ALLAN CRISTIAN NASCIMENTO DOS SANTOS, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-23, do Gabinete do Deputado Eyder Brasil, a contar de 01 de outubro de 2026.

Porto Velho, 01 de outubro de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINISecretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0900854

ATO Nº 1814/2026/SEC-RH/ASTEC/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

NOMEAR

ANA CRISTINA MENDES SALES, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-16, no Gabinete do Deputado Eyder Brasil, a contar de 01 de outubro de 2026.

Porto Velho, 01 de outubro de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINISecretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0900890

ATO Nº 1806/2026/SEC-RH/ASTEC/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

NOMEAR

CARINA MELGAR GARCIA BARBOSA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-20, no Gabinete do Deputado

Delegado Camargo, a contar de 01 de outubro de 2026.

Porto Velho, 01 de outubro de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINISecretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0900687

ATO Nº 1805/2026/SEC-RH/ASTEC/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.28 do §4º da LC nº 1056/2020, Acrescido pela Lei Complementar nº 1.270, de 07 de abril de 2025, e, considerando o Processo SEI Nº 100.017.000142/2026-80, resolve:

DESIGNAR:

Os servidores abaixo para integrarem, na condição de membros, a Comissão Especial Temporária de Planejamento, Organização e Acompanhamento da 4ª Corrida da Democracia da ALE/RO, instituída pelo ATO Nº 1787/2026/SEC-RH/AST/ALERO, de 23/09/2026, publicado no Diário Oficial da Assembleia Legislativa nº 178, de 23 de setembro 2026, a contar de 01 de outubro de 2026.

VIVIANNE MARINHO AMORIM
IVANETE DOS SANTOS DAMASCENO

Porto Velho, 01 de outubro de 2026

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINISecretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0900544

ATO Nº 1807/2026/SEC-RH/ASTEC/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

DEIVIDE LOPES DA SILVA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-21, do Gabinete do Deputado Ribeiro do Sinpol, a contar de 30 de setembro de 2026.

Porto Velho, 01 de outubro de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINISecretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0900694

ATO Nº 1809/2026/SEC-RH/ASTEC/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

FABIANE LEME CARVALHO DE FREITAS, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-25, do Gabinete da Presidência, a contar de 30 de setembro de 2026.

Porto Velho, 01 de outubro de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0900770

ATO Nº 1813/2026/SEC-RH/ASTEC/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

NOMEAR

GEISE ELLEN NASCIMENTO CORREA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Executivo, código DAG-02-A, no Gabinete da Presidência, a contar de 01 de outubro de 2026.

Porto Velho, 01 de outubro de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0900860

ATO Nº 1810/2026/SEC-RH/ASTEC/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

KARLA RAMIRES DE SOUZA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-25, do Gabinete da Presidência, a contar de 30 de setembro de 2026.

Porto Velho, 01 de outubro de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0900775

ATO Nº 1808/2026/SEC-RH/ASTEC/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

MARIA PAULA GONÇALVES PEREIRA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-25, do Gabinete da Presidência, a contar de 30 de setembro de 2026.

Porto Velho, 01 de outubro de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0900751

ATO Nº 1816/2026/SEC-RH/ASTEC/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

NOMEAR

TAFAREL SOUSA SILVA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-17, no Gabinete do Deputado Eyder Brasil, a contar de 01 de outubro de 2026.

Porto Velho, 01 de outubro de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0900895

ATO Nº 1811/2026/SEC-RH/ASTEC/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

TIAGO SIQUEIRA DE OLIVEIRA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Executivo, código DAG-02-A, do Gabinete da Presidência, a contar de 30 de setembro de 2026.

Porto Velho, 01 de outubro de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0900787

ATO Nº 1815/2026/SEC-RH/ASTEC/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

NOMEAR

VIVIANE SIMAO DO NASCIMENTO MACHADO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-17, no Gabinete do Deputado Eyder Brasil, a contar de 01 de outubro de 2026.

Porto Velho, 01 de outubro de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI

Secretário-Geral ALE/RO

SEI nº 0900891

ATO Nº 46/2026/SEC-RH/COO-PREV/ALERO

O **SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a promoção funcional, na Classe II - Referência 4, ao servidor **VINÍCIUS ALAN MAÇAL MOTA**, matrícula nº *****1028, ocupante do cargo de Assistente Legislativo - Técnico em Tradução e Interpretação de Libras, pertencente ao Quadro Permanente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, nos termos do Art. 31, e parágrafo 4º do Art. 32, da Lei Complementar nº 731, de 30 de setembro de 2013.

Art. 2º Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação, com os seus efeitos financeiros a partir da data de 26.06.2026.

Porto Velho, 30 de setembro de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI

Secretário Geral

SECRETARIA DE FINANÇAS

ATO DE DIÁRIA Nº 0886535/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 05 (cinco) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre Porto Velho - RO / Pimenta Bueno - RO / Porto Velho - RO, no período de 05.10.2026 a 09.10.2026 com a finalidade de Ministrar o curso de Atendimento ao Público. Capacitar os participantes para atuarem com eficiência, empatia e profissionalismo nas interações com clientes, usuários e cidadãos. Por meio do desenvolvimento de habilidades de comunicação, postura ética, escuta ativa e resolução de conflitos, o curso visa aprimorar a qualidade dos serviços prestados em instituições públicas e privadas. Além disso, contribui para a valorização da mão de obra local, promovendo o fortalecimento das relações interpessoais no ambiente de trabalho, conforme processo nº 200.185.000201/2026-22.

Nome	Cargo	Lotação
Aldo Dias Knightz	Assist. Tec. Legislativo	GAB. DO DIRETOR GERAL DA ESCOLA DO LEGISLATIVO

Porto Velho, 10 de setembro de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI

Secretário-Geral

4353

ATO DE DIÁRIA Nº 0886552/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 05 (cinco) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre Porto Velho - RO / Pimenta Bueno - RO / Porto Velho - RO, no período de 05.10.2026 a 09.10.2026 com a finalidade de Acompanhar, representar e oferecer suporte técnico e gerencial ao professor durante o curso, será responsável por reconhecer formalmente a participação dos inscritos por meio da emissão de certificados, além de desempenhar um papel fundamental no controle de frequência dos participantes, prestará apoio logístico em todas as etapas do curso, colaborando com a organização geral, conforme processo nº 200.185.000201/2026-22.

Nome	Cargo	Lotação
Daniel Severo Vargas	ASSESSOR ESPECIAL	GAB. DO DIRETOR GERAL DA ESCOLA DO LEGISLATIVO

Porto Velho, 10 de setembro de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0886568/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 05 (cinco) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre Porto Velho - RO / Pimenta Bueno - RO / Porto Velho - RO, no período de 05.10.2026 a 09.10.2026 com a finalidade de conduzir o veículo oficial para transportar os servidores da ALE/RO que irão capacitar os participantes para atuarem com eficiência, empatia e profissionalismo nas interações com clientes, usuários e cidadãos por meio do desenvolvimento de habilidades de comunicação, postura ética, escuta ativa e resolução de conflitos, conforme processo nº 200.185.000201/2026-22.

Nome	Cargo	Lotação
Carlos Eduardo Lucena de Souza	ASSESSOR DE SEGURANÇA	ASSESSORIA DE SEGURANÇA

Porto Velho, 10 de setembro de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0898556/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 04 (quatro) diárias para o Deputado Estadual EYDER BRASIL DO CARMO, pelo deslocamento via transporte aéreo Porto Velho-RO / São Paulo- SP / Porto Velho-RO, no período de 06.10.2026 a 09.10.2026 com a finalidade de visita institucional na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. A visita institucional à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo visa promover a troca de experiências entre os parlamentar e conhecer as políticas públicas e os projetos

desenvolvidos, visando identificar referências aplicáveis ao aprimoramento da atuação parlamentar e ao desenvolvimento de iniciativas de interesse do Estado de Rondônia, conforme processo nº 100.065.000290/2026-29.

Porto Velho, 30 de setembro de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0898557/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 04 (quatro) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre aéreo Porto Velho-RO / São Paulo- SP / Porto Velho-RO, no período de 06.10.2026 a 09.10.2026 com a finalidade de assessorar o Deputado Eyder Brasil durante visita institucional na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. O assessoramento ao parlamentar durante visita institucional à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo possibilitará o suporte na organização da agenda, no levantamento de informações e no registro das experiências, projetos e políticas públicas apresentadas, visando identificar referências e boas práticas passíveis de aplicação à realidade do Estado de Rondônia, conforme processo nº 100.065.000290/2026-29.

Nome	Cargo	Lotação
LYSLANE MORAIS DAS NEVES	ASS. GAB. III	Gab. Dep Eyder Brasil
SARA CRISTINA MOREIRA DA CUNHA CABRAL	Assessora Especial	Gab. Dep Eyder Brasil

Porto Velho, 30 de setembro de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0900059/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 04 (quatro) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte aéreo PVH X Belém X PVH, no período de 04.10.2026 A 07.10.2026, com a finalidade de Participação dos servidores desta engenharia no curso presencial, " Masterclass de Gestão e Fiscalização de Contratos de Obras e Serviços de Engenharia". A capacitação tem por finalidade proporcionar aos servidores conhecimentos atualizados e especializados acerca das boas práticas, procedimentos, instrumentos e aspectos técnicos e legais aplicáveis à gestão e fiscalização contratual, contribuindo para o aprimoramento das atividades desenvolvidas pela área de Engenharia desta Casa Legislativa. A participação no referido curso permitirá o aperfeiçoamento das competências dos servidores, especialmente quanto à prevenção e identificação de falhas na execução contratual, ao adequado acompanhamento físico e financeiro das obras e serviços, à análise de responsabilidades, ao controle de prazos, medições, alterações contratuais e demais ocorrências inerentes à execução dos contratos administrativos. Dessa forma, a participação dos servidores no evento mostra-se conveniente e oportuna para o interesse público, por estar diretamente relacionada às atribuições institucionais da Engenharia desta Assembleia Legislativa e por contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços prestados, para o adequado emprego dos recursos públicos e para o fortalecimento da governança e da gestão contratual no âmbito do Poder Legislativo Estadual, conforme processo nº 100.024.000040/2026-75.

Nome	Cargo	Lotação
------	-------	---------



ANDRESSA THAINÁ CUNHA LIMA	ASSISTENTE LEGISLATIVA	COORDENADORIA DE ENGENHARIA
JONATAN DIAS CAMPOS	COORDENADOR	COORDENADORIA DE ARQUITETURA E URBANISMO
FLÁVIA RENATA METCHKO	ASSESSORA TECNICA	SECRETARIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

Porto Velho, 30 de setembro de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0900447/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder (05) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre a cidade Porto Velho-RO/Alvorada do Oeste-RO/Porto Velho-RO, no período de 05.10.2026 a 09.10.2026, FINALIDADE de Ministrar o curso de Lei Lucas (Lei Federal nº 13.722) com ênfase em Primeiros Socorros. Conforme processo nº200.185.000205/2026-19.

Nome	Cargo	Lotação
Marcia Valeria de Freitas de Maia	SERVIDOR CEDIDO - MUNICIPAL	GAB. DO DIRETOR GERAL DA ESCOLA DO LEGISLATIVO

Porto Velho, 01 de outubro de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0900454/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder (05) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre a cidade Porto Velho-RO/Alvorada do Oeste-RO/Porto Velho-RO, no período de 05.10.2026 a 09.10.2026, FINALIDADE de assessorar a instrutora durante a realização do curso. Conforme processo nº200.185.000205/2026-19.

Nome	Cargo	Lotação
Luciana de Sousa Santana	ASSESSOR DE DIREÇÃO	DIVISAO DE APOIO ADMINISTRATIVO

Porto Velho, 01 de outubro de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Secretário Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0900457/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder (05) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre a cidade Porto Velho-RO/Alvorada do Oeste-RO/Porto Velho-RO, no período de 05.10.2026 a 09.10.2026, FINALIDADE de conduzir veículo oficial para viabilizar o deslocamento dos servidores conforme processo nº200.185.000205/2026-19.

Nome	Cargo	Lotação
FRANCISCO EVANDRO DA SILVA	ASSESSOR ESPECIAL	Departamento de Transporte

Porto Velho, 01 de outubro de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Secretário Geral

SECRETARIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE DESFAZIMENTO DE BENS CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026/NCP/ALE/RO Processo Administrativo nº 100.1721.000108/2025-21

A **Secretaria de Compras e Licitações - SCL**, por meio de seu Agente de Contratações, designado através do **ATO Nº 1932/2025-SUP-RH/ALE/RO**, torna público que procederá ao **DESFAZIMENTO DOS BENS ELENCADOS NO ANEXO I DO EDITAL**, nos termos do art. 76, inciso II, alínea "a", da Lei nº 14.133/2021 e Capítulo VI da Resolução nº 662/2026, na forma do art. 19, inciso II.

1. O presente Aviso contempla o desfazimento de bens ociosos e antieconômicos, em 3 (três) lotes distintos, conforme descrito no Anexo I.
2. Os interessados deverão encaminhar suas solicitações no período de **13/10/2026 a 15/10/2026**, em expediente dirigido a Comissão de Baixa de Bens, mediante o modelo constante no Anexo II - MODELO DE SOLICITAÇÃO DE DOAÇÃO DE BENS. A vistoria dos bens poderá ser efetuada no local no referido período.
3. As solicitações deverão ser entregues na Departamento de Almoxarifado e Patrimônio, situada com sede na Av. Farquar, 2562 - Bairro Olaria - CEP 76.801-189, na cidade de Porto Velho/RO, no horário de **08:00 às 12:00**, horário de Rondônia
4. Os interessados devem apresentar a SOLICITAÇÃO DE DOAÇÃO DE BENS – Anexo II, assinada por representante legal, nos dias **19/10/2026 e 20/10/2026**, no horário compreendido das **08:00 às 12:00**, **horário de Rondônia**.
5. O resultado da classificação das Solicitações de Doações será proferido em sessão pública, a ser realizada no dia **21 de outubro de 2026, às 10h00min**, na sala de Departamento de Almoxarifado e Patrimônio, e publicado no sítio www.ale.ro.gov.br e no Diário Oficial Eletrônico da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.
6. O prazo para retirada dos bens é de até 5 (cinco) dias úteis.
7. Eventuais dúvidas devem ser dirigidas à Comissão Permanente de Desfazimento de Bens no endereço eletrônico - patrimonio@ale.ro.gov.br.
8. Os casos omissos porventura existentes serão resolvidos em conformidade com a legislação vigente.

CONSULTAS E EDITAL: <http://transparencia.al.ro.leg.br> - (Licitações); www.comprasnet.gov.br/; Esclarecimentos: cpl@ale.ro.gov.br; Telefone (0xx) 69-3218-1496

Porto Velho/RO, 01 de outubro de 2026.

Everton José dos Santos Filho
Agente de Contratações

4357